

Dulce Filgueira
Alfredo Feres Neto
(organizadores)

ESPORTE E LAZER:

A CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO



coleção
DOSSIÊ
THESAURUS



Universidade de Brasília

O núcleo da Rede Cedes da Universidade de Brasília, criado em 2006, é constituído por investigadores sociais que têm como foco de suas pesquisas as políticas de esporte e lazer brasileiras.

Situa-se na Faculdade de Educação Física e atualmente apresenta nova conformação, tendo pesquisadores que estudam as mídias e a comunicação, sociologia do esporte e do lazer, educação física escolar, formação profissional, corpo e cultura, entre outros temas correlatos.

Compreende os seguintes grupos de pesquisa cadastrados na plataforma Lattes do CNPq: NECON, LabMídias e AVANTE.



ESPORTE E LAZER: A CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

Análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade



Dulce Filgueira
Alfredo Feres Neto
(organizadores)

ESPORTE E LAZER: A CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

Análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade

Autores:

- Alfredo Feres Neto • Ana Amélia Neri • Carlos Emanuel Sautchuk
• Diego Guedes Considera • Dulce Filgueira • Edson Marcelo Húngaro •
Fernando Mascarenhas • Ingrid Dittrich Wiggers • Juarez Oliveira Sampaio
• Júlio Ferreira da Costa Neto • Luana Sousa Damasceno • Lucas de Melo
Ferreira • Luiz Renato Vieira • Pedro Fernando Athayde
• Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo • Roberto Lião Junior
• Simone Tourinho da Silva

colecção
DOSSIÊ
T H E S A U R U S



© by Rede CEDES – 2012

FICHA TÉCNICA:

Capa

Thiago Sarandy

Ilustração da capa

Socorro Motta

Invasão x Faces de Brasília

Diagramação

Carlos DTarso

Editor

Victor Tagore

Conselho Editorial

Aldo Antonio Azevedo • Alfredo Feres Neto • Cristiane de Mello Sampaio
Dulce Filgueira de Almeida • Edson Marcelo Húngaro • Fernando Mascarenhas
Ingrid Dittrich Wiggers • José Machado Pais • Komiku Misuta • Lino Castellani Filho
Lourdes Bandeira • Manuela Alegria • Sadi Dal Rosso

ISBN: 978-85-409-0123-0

F478e Filgueira, Dulce
Esporte e lazer: a cidadania em construção / Organizado por Dulce
Filgueira, Alfredo Feres Neto. – Brasília: Thesaurus, 2012.

164 p. ; il. (Coleção Dossiê)

1. Política Públicas 2. Lazer e Esporte 3. Educação. I. Filgueira, Dulce
(org.) II. Neto, Alfredo Feres (org.) III. Título

CDU 379.8

CDD 379

Todos os direitos em língua portuguesa, no Brasil, reservados de acordo com a lei. nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou informação computadorizada, sem permissão por escrito dos organizadores. THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA. SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 – Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2533, www.thesaurus.com.br, e-mail: editor@thesaurus.com.br

Composto e impresso no Brasil / Printed in Brazil

Dedicamos este trabalho a
todos aqueles que acreditam
na realização da *cidadania social*

AGRADECIMENTOS

Coordenar uma pesquisa dessa magnitude, com recursos públicos obtidos pelo meu primeiro Edital enviado à Financiadora de Estudos e Projetos/Finep, foi para mim um grande desafio, desafio compartilhado com uma equipe de trabalho competente e dedicada. Com o término, percebe-se o quanto o trabalho com a pesquisa é envolvente, interessante e estimulante, contribuindo de forma substantiva na formação de estudantes, pesquisadores e também de professores que atualizam seus conhecimentos, retroalimentando suas atividades de ensino.

Pesquisa concluída, mais do que devidos são os agradecimentos.

Gostaria de agradecer à Financiadora de Estudos e Projetos/Finep pelo financiamento liberado, sem o qual a pesquisa não seria realizada. Nesse particular, gostaria de partilhar o agradecimento com Sandra Almeida Carvalho, técnica responsável pelo projeto.

À Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos/Finatec pela gestão conjunta do projeto, em nome da Débora Santos, também responsável pela gestão do projeto.

À Universidade de Brasília pelo apoio institucional recebido.

Aos funcionários Eber Lucio de Oliveira, Welton Jorge Martins de Moura, Gleide Moreira, Quelbia Castro, aos professores/pesquisadores, que se dedicaram à pesquisa e, particularmente, ao grupo de estudantes por mim orientado, em parceria com alguns colegas, e que se dedicaram com primor à finalização do trabalho de pesquisa. Aqui farei o registro nominal de cada um deles: Alberto Nery Fernandes Moreira, Alessandra Dias Mendes, Aline Protta Lanna, Ana Amélia

Neri, Arthur José Medeiros de Almeida, Caroline Vechi da Silva e Silva, Conrado Henrique Volnei Costa, Diego Guedes Considera, Geisa Fullin Rettore, Isabela Ribeiro Marques, Jaqueline Ribeiro Cordeiro, Juliana de Oliveira Campos, Juliana Milhomem, Luana Damasceno, Lucas de Melo Ferreira, Maria Denise Dourado da Silva, Otaviano Gontijo, Pedro Athayde, Pedro Osmar Figueiredo, Priscila Almeida Suassuna, Samantha Santana Costa, Simone Tourinho da Silva, Suzana Pereira da Silva Fernandes, alguns deles, inclusive, mestres e doutorandos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
ESTADO, PODER E PROGRAMAS SOCIAIS: PELC E O GOVERNO LULA	21
<i>Alfredo Feres Neto, Luiz Renato Vieira, Pedro Athayde</i>	
O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE E A SOCIEDADE CIVIL NO DISTRITO FEDERAL	57
<i>Edson Marcelo Húngaro, Juarez Oliveira Sampaio, Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo, Roberto Lião Junior</i>	
PARTICIPAÇÃO, COTIDIANO E INTERVENÇÃO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE	97
<i>Dulce Filgueira, Ingrid Ditrich Wiggers, Fernando Mascarenhas, Ana Amélia Neri, Simone Tourinho da Silva, Diego Guedes Considera</i>	
ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DE GEOPROCESSAMENTO NA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE DO MINISTÉRIO DO ESPORTE	133
<i>Júlio Ferreira da Costa Neto, Carlos Emanuel Sautchuk, Luana Sousa Damasceno, Lucas de Melo Ferreira</i>	
SOBRE OS AUTORES	161

APRESENTAÇÃO

O Núcleo da Rede Cedes da Universidade de Brasília, criado em 2006, é constituído por investigadores sociais que têm como foco de suas pesquisas as políticas de esporte e lazer brasileiras. O Núcleo da Rede Cedes, que se situa na Faculdade de Educação Física, atualmente apresenta nova conformação, tendo pesquisadores que estudam as mídias e a comunicação, sociologia do esporte e do lazer, educação física escolar, formação profissional, corpo e cultura, entre outros temas correlatos.

A presente publicação é resultado de um estudo realizado entre os anos de 2006 e 2011, tendo como foco a análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade tanto em nível nacional como local, particularmente referindo-se ao contexto do Distrito Federal e entorno.

O Distrito Federal é constituído de 30 Regiões Administrativas (RAs) que possuem relativa autonomia de gestão, estando vinculadas à Secretaria de Governo (GDF), quais sejam: RA I Brasília, RA II Gama, RA III Taguatinga, RA IV Brazlândia, RA V Sobradinho, RA VI Planaltina, RA VII Paranoá, RA VIII Núcleo Bandeirante, RA IX Ceilândia, RA X Guará, RA XI Cruzeiro, RA XII Samambaia, RA XIII Santa Maria, RA XIV São Sebastião, RA XV Recanto das Emas, RA XVI Lago Sul, RA XVII Riacho Fundo, RA XVIII Lago Norte, RA XIX Candangolândia, RA XX Águas Claras, RA XXI Riacho Fundo II, RA XXII Sudoeste/Octogonal, RA XXIII Varjão, RA XXIV Park Way, RA XXV SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Cidade Estrutural e Cidade do Automóvel), RA XXVI Sobradinho II,

RA XXVII Jardim Botânico, RA XXVIII Itapoã, RA XXIX SIA - Setor de Indústria e Abastecimento, RA XXX Vicente Pires.

Para tanto, e tendo em vista a complexidade do fenômeno social investigado, foi necessária a combinação de diferentes técnicas de investigação e de análise, a fim de dar conta de um objeto de estudo dinâmico, que diz respeito a um programa social de nível federal atualmente em desenvolvimento no Brasil. Portanto, precisamos de mediações quantitativas na pesquisa qualitativa pelos seguintes aspectos: natureza do objeto do estudo; pretensão de generalização e, por fim, a busca por uma análise um pouco mais aprofundada e que abrangesse aspectos objetivos, mas que gozasse, em certas circunstâncias, de perspectivas interpretativas.

Com esse ímpeto, decidir por um caminho metodológico tortuoso, mas, ao tempo, prazeroso trouxe grande aprendizado para a equipe.

Inicialmente, fizemos entrevistas com gestores públicos federais – em 2007 – responsáveis pela execução do programa¹. Essas entrevistas apresentavam um roteiro flexível, em que, em função do cargo ocupado pelo gestor, havia modificação ou inserção de uma ou mais perguntas. Todavia, ainda no mesmo ano, sob a coordenação do prof. Alfredo Feres, foi feito um detalhado levantamento bibliográfico. Com base nesses dois momentos, pudemos construir um redesenho do projeto em 2008 e optamos pelo desenvolvimento de estudos de caso dos núcleos do programa no Distrito Federal e entorno, a fim de possibilitar a pormenorização de dados com fundamento em um trabalho empírico, incluindo, nesse íterim, a aplicação de questioná-

1 Estas entrevistas foram por mim realizadas e consistem em um banco de dados do Núcleo da Rede Cedes/UnB. Parte deste material foi analisado durante a realização de pesquisa de pós-doutoramento na Universidad de Salamanca/España, no ano de 2007. Também é oportuno salientar que a partir da realização do pós-doutorado, houve um redesenho metodológico da pesquisa, particularmente, em relação à combinação do uso de técnicas de investigação distintas para a leitura do mesmo fenômeno social a ser investigado. Assim, agradeço ao Prof. Mariano Fernández Enguita pela oportunidade de participar de seu grupo de pesquisa sobre “Capital humano, formación y empleo”, bem como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes pelo financiamento do pós-doutoramento durante o ano de 2007. Sou também grata ao Prof. Dr. Alfredo Feres Neto que, durante este período, assumiu a coordenação geral da pesquisa e à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, que possibilitou meu afastamento.

rio com a população atendida pelos núcleos do programa, o que não estava inicialmente previsto.

A utilização desse percurso metodológico possibilitou maior aproximação com os núcleos do programa, seus coordenadores, agentes e, principalmente, a população atendida. O desenvolvimento desse procedimento teve como base a técnica da observação direta, com visitas periódicas aos núcleos – muitas delas sem agendamento prévio e outras com agendamento –, a fim de detectar a regularidade ou não das atividades desenvolvidas pelos núcleos do programa nas distintas regiões do DF e entorno². O processo de observação se baseou em anotações em diário de campo, conversas informais e registros fotográficos³. Cada núcleo – em função da distância e de aspectos como periculosidade urbana – era visitado por dois ou três pesquisadores, de modo que fizemos uma combinação para que todos pudessem visitar o seu núcleo e ter conhecimento da realidade urbana do local em que cada núcleo estava inserido. Essas informações eram apresentadas em forma de seminário nos encontros semanais da equipe de pesquisadores, favorecendo, assim, a troca de experiências de campo e a iniciação em pesquisa para a equipe de trabalho.

Dados como tamanho populacional, índice de desenvolvimento humano, índice de violência urbana, infraestrutura (saneamento, água encanada, entre outros), disponibilização de espaços públicos para o lazer, escolas, postos ou centros de saúde, entre outros, também constavam das pesquisas. Foram visitadas – em todas as cidades analisadas – as delegacias, a administração regional (nos casos do Distrito Federal) e/ou a prefeitura (nos casos do estado de Goiás). A essa etapa do trabalho designamos de estudo diagnóstico do local em que estava inserido o núcleo e os dados constaram como objeto de um relatório final confeccionado com base em cada cidade onde estava situado o núcleo do programa⁴.

2 Esse trabalho de observação só foi possível graças à formação de uma equipe de trabalho consistente, interessada e multidisciplinar, da qual participaram estudantes da Educação Física, prioritariamente, estudantes das Ciências Sociais (Sociologia) e Geografia.

3 Também consiste em banco de dados do Núcleo da Rede Cedes/UnB.

4 Para este trabalho a equipe foi sendo paulatinamente ampliada, de modo que chegamos a contar com aproximadamente vinte bolsistas de iniciação científica, quatro estudantes

A aplicação dos questionários aconteceu em duas etapas e com a construção de dois instrumentos.

Conforme dito anteriormente, nosso objetivo foi identificar a caracterização tipológica dos trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade, para caracterizar seus respectivos estilos de vida. Ressalvamos que, no âmbito do programa, esses trabalhadores são denominados agentes sociais e se reúnem oportunamente em seus núcleos, em encontros pedagógicos e em reuniões nacionais para participarem de uma ação educativa denominada formação continuada. Esta, de acordo com o manual de orientação do programa, consiste em um dos objetivos do programa (BRASIL, 2008: s/p).

O universo pesquisado contou com (N) 3.256 sujeitos, número correspondente à população total de agentes sociais do programa em nível nacional. Trabalhando com um erro amostral de 5%, definimos o tamanho da amostra por um cálculo básico correspondente à amostra (a) que é igual a $1/E^2$ (erro estimado ao quadrado), obtivemos 400 sujeitos e uma confiança de 95%. Para assegurar uniformidade dos procedimentos, mantivemos essa amostra tanto para o nível nacional, quanto para o nível local.

A pesquisa foi aplicada em dois momentos, particularmente para construir um diagnóstico inicial sobre o perfil dos sujeitos investigados. Para esse diagnóstico, utilizamos um questionário composto de vinte e quatro questões, dos tipos: fechadas com múltipla escolha, escalares, mistas e uma questão aberta, em que se pedia para avaliar o programa e, em seguida, tecer comentários a respeito da avaliação. Todos os quesitos possuíam o mesmo peso, exceto a questão final aberta, isto é, não havia atribuição de notas distintivas entre as questões formuladas do questionário. O questionário foi objeto de teste em 2006.

A aplicação do questionário se deu em dois momentos distintos. No primeiro, em nível nacional, durante a Reunião Nacional dos

de pós-graduação Prof. Ms. Pedro Osmar Flores, Prof^a. Ana Amélia Neri, Prof^a. Maria Denise Dourado, Prof. Ms. Pedro Athayde e seis professores-pesquisadores, nomeadamente, Prof. Dr. Alfredo Feres Neto, Prof. Dr. Carlos Sautshuk, Prof. Ms. Júlio Ferreira, Prof. Esp. Juarez Sampaio, Prof. Dr. Luiz Renato Vieira e Prof^a. Dr^a. Dulce Filgueira de A. Suassuna, além de um estagiário de pesquisa – Diego Considera – que contribuiu em várias etapas do trabalho – e uma secretária administrativa Sra. Quelbia Castro.

Agentes Sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade⁵, em que tivemos respondentes de 15 estados brasileiros – Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e do Distrito Federal, compreendendo 45 cidades brasileiras⁶. E o segundo momento, que coincidiu com a intenção de fazer um estudo mais pormenorizado da realidade do Distrito Federal e entorno, para aprofundar a pesquisa, que, no caso desse locus, teve complementação de dados resultantes da observação direta nos núcleos do programa. No Distrito Federal, foram objeto de análise os núcleos instalados em Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, no Cruzeiro, no Núcleo Bandeirante e no estado de Goiás, nas cidades de Valparaíso e Cidade Ocidental. A aplicação desse instrumento se deu durante o processo de formação dos agentes sociais. Os dados apresentados fizeram parte do Questionário 1.

As informações obtidas em nível nacional e no Distrito Federal e entorno são aqui analisadas de forma comparativa, por meio da descrição. Para a análise, utilizamos o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 15.0.

À medida que o trabalho de campo se desenvolvia, formamos um grupo de estudo para análise do material documental obtido durante todas as etapas. Esses documentos – principalmente sobre o PELC – formaram um banco de dados do programa e sobre ele fizemos uma análise documental, que norteará parte dos capítulos que compõem este livro.

5 A política de formação do programa, que consiste em reuniões nacionais e encontros pedagógicos, está relacionada com a ação educativa que, conforme documentos oficiais dispostos no sítio do programa, diz respeito à: "formação continuada de gestores, agentes, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual e municipal, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural" (BRASIL, 2011, por meio de <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia1.jsp>. Data de acesso: 19/5/2011).

6 Os questionários relativos aos dados expressos em nível nacional foram obtidos durante a I Reunião Nacional dos Agentes Sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que correu em Brasília, no ano de 2006. Essa reunião tem por objetivo principal promover a formação continuada aos trabalhadores do lazer, estando associada à estratégia de ação educativa do referido programa, no âmbito do Ministério do Esporte.

O processo de aplicação de questionários à população atendida teve início em 2009, de modo simultâneo, em todos os núcleos do programa no Distrito Federal e entorno, cobrindo as cidades Ceilândia/DF, Núcleo Bandeirante/DF, Cruzeiro/DF, Recanto das Emas/DF e Samambaia/DF, Valparaíso/GO e Cidade Ocidental/GO. Para tanto, se fez necessária a definição de um universo amostral representativo da população-alvo.

Para a definição da amostra relativa à população atendida, consideramos como universo 2.400 sujeitos, visto que cada núcleo do programa atende a aproximadamente 400 pessoas por núcleo, o que é uma exigência do Ministério do Esporte, para que seja firmado o convênio com as instituições, sejam elas o estado, o município ou as Organizações Não Governamentais (ONGs). Desse modo, aplicamos 358 questionários no total, o que corresponde a uma distribuição média de 33 sujeitos por núcleo, conforme uma amostra aleatória simples. A escolha da amostra aleatória simples funcionou como facilitadora para o acesso à população atendida, correspondendo a nossas expectativas, por ter contextos socioeconômicos e familiares similares e os sujeitos respondentes ao acaso. O único critério definido *a priori* era participar das atividades promovidas pelo núcleo do PELC em sua cidade. Dessa forma, considerando-se 2.400 sujeitos como população-alvo (universo – N) – visto que cada núcleo do programa atende a aproximadamente 400 pessoas – e uma confiança de 95%, a variação máxima (variância) da distribuição da variável utilizada no cálculo da amostra e um erro de 5% na estimativa da proporção populacional, obteve-se o tamanho da amostra aleatória simples igual a 332. Esse valor é inferior ao número de questionários recolhidos, que correspondeu a 358 (amostra – n). Considerando que ultrapassamos a meta de 332, embora tenham sido aplicados 358 questionários, o erro foi de 4,8%, o que é estatisticamente pouco significativo.

Para a aplicação do Questionário 2, os entrevistadores, após o contato no núcleo do programa, visitavam a casa do respondente e deixavam o questionário para ser respondido e entregue no núcleo do programa. A possibilidade de visita tinha dois objetivos, verificar *in locus* a situação socioeconômica dos entrevistados e possibilitar a análise geoespacial – com base na definição das coordenadas pela localização das casas – próximas ou distantes – do núcleo do programa. Essa análise está apresentada no capítulo que trata do estudo do geoproc-

samento e poderá ser um interessante instrumento para futuras ações de programas sociais, estritamente voltados para o esporte e lazer, ou de outra natureza.

A análise dos dois questionários utilizados (agentes sociais e população atendida) com base no programa SPSS versão 15.0 buscou o estabelecimento de padrões e considerou níveis ponderáveis de perdas (*missing*). Para subsidiar a análise estatística, utilizamos dados das falas dos sujeitos recorrentes nos diários de campo, nas entrevistas gravadas com gestores e em narrativas orais – objeto de conversas informais durante o período de realização do trabalho de campo. Quando foi identificado – de alguma forma – um padrão desviante, buscamos entendê-lo conforme a revisão do padrão inicialmente estabelecido, o que pode ocasionar, em alguns momentos, a possibilidade de encontrar uma análise do tipo indução analítica.

Dulce Filgueira

Coordenadora da Pesquisa

Pedro Osmar Figueiredo

Pesquisador

ESTADO, PODER E PROGRAMAS SOCIAIS: O PELC E O GOVERNO LULA

*Alfredo Feres Neto
Luiz Renato Vieira
Pedro Athayde*

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem o objetivo de analisar o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), cotejando os princípios presentes em sua concepção com sua prática social. Para tanto, inicia-se o capítulo com o contexto histórico, social e político da elaboração do programa.

Esse quadro é formulado com base na identificação dos principais eixos da ação estatal no tratamento da questão social no Brasil. Busca-se, com essa breve caracterização das formas de enfrentamento da pobreza e desigualdade no País, identificar o olhar do setor público sobre a sociedade, caracterizando a inflexão a partir do início do Governo Lula. Essas transformações dão lugar ao cenário em que o PELC surge como política pública estruturada, integrada a um projeto específico de mobilização da sociedade e de transformação social.

O PELC é analisado, portanto, como parte de um processo de amadurecimento institucional e de desenvolvimento da capacidade de o Estado enfrentar, em sua complexidade e em suas múltiplas dimensões, a pobreza estrutural e a enorme desigualdade que marca a sociedade brasileira.

Passa-se, em seguida, à análise das concepções do PELC, como desdobramento de uma série de ações governamentais que se iniciam

com a criação do Ministério do Esporte (ME). Procurar-se-á demonstrar que, nesse contexto, a formulação do programa insere-se em uma trajetória de ruptura com uma tradição de políticas públicas de caráter assistencialista. Após a identificação desses fundamentos teóricos, o texto passa à análise do perfil dos agentes sociais do programa em nível nacional. Não obstante o alcance e a complexidade do programa, busca-se uma interpretação dos principais limites dessa política pública no que se refere ao trabalho dos agentes.

Finaliza-se com a leitura crítica do programa, tendo como método o cotejamento de seu desenho conceitual com sua efetiva implementação. Procura-se, dessa forma, identificar os principais óbices à concretização de uma proposta que representa uma mudança significativa nos padrões de atuação do Estado no setor do esporte e lazer.

POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As políticas sociais representam, há décadas, pontos nevrálgicos das políticas públicas no Brasil, uma vez que lidam com o tema da reprodução da desigualdade. Segmentos da sociedade brasileira, que historicamente construíram discursos de justificação da desigualdade na atribuição de comportamento avesso ao esforço e ao trabalho, tendem a classificar, genericamente, determinadas políticas como reforçadoras da pobreza. Desse modo, classificam-se, generalizadamente, como assistencialistas formas de intervenção que, em diversos outros países, se mostraram altamente eficazes no enfrentamento da pobreza e da desigualdade.

As razões históricas e culturais não podem ser desconsideradas, na explicação da resistência de vários setores da sociedade às ações do Estado nesse campo. Uma pesquisa realizada na década de 90, tomando como fonte de informação um *survey* sobre a cultura política de quatro setores da elite brasileira (políticos, burocratas, líderes empresariais e líderes sindicais), entrevistas em profundidade e matérias assinadas sobre essas questões publicadas em jornais

de grande circulação, revelou aspectos interessantes desse discurso (REIS, 2000).

Um primeiro aspecto é que a questão da pobreza e da desigualdade revelou-se um tema central para as elites brasileiras, constituindo, juntamente com o baixo nível educacional, as principais ameaças à ordem democrática. Igualmente, as elites conferem prioridade a questões sociais quando indagadas sobre os principais problemas do Brasil.

Um segundo aspecto interessante é que, quanto à melhor forma de combater esses problemas, apontaram-se soluções que não implicam uma ativa redistribuição de renda e riqueza, destacando-se a educação, indicada como a dimensão estratégica para *policy intervention*. Essa visão apoia-se na crença de que a educação cria oportunidades de mobilidade social, em uma perspectiva otimista da era desenvolvimentista, quando havia maior possibilidade de mobilidade estrutural.

Em uma alusão ao preconceito racial, embora a sua existência seja reconhecida, a adoção de políticas afirmativas, a discriminação positiva como a introdução de sistema de cotas, é rejeitada não só pelas elites, que expressam sua preferência por iniciativas universalistas, como também pelas contraelites.

Observa-se, portanto, um discurso que, com suas variações, está presente em diversas formulações das elites a respeito das ações do Estado no tratamento dos temas relativos à desigualdade. A consequência dessa formulação ideológica não poderia ser outra senão uma abordagem paternalista e assistencialista do problema. Consolidou-se, então, a partir da década de 30 do século passado, a forma de ação governamental característica do Estado getulista que passou a ser conhecida como “gestão filantrópica da pobreza” (SPOSATI, 1988).

O olhar do setor público sobre a sociedade, sob a perspectiva ideológica do trabalhismo, parte da dualidade que separa, de um lado, o trabalhador-cidadão e, do outro, o pobre. Este é um aspecto fundamental para nossa análise: a ênfase na antinomia trabalho-pobreza nos discursos das elites sobre a questão social no Brasil. Essa abordagem do tema, configurando essencialmente um discurs-

so classista, tende a responsabilizar os pobres por sua condição, desprezando as causas históricas e culturais da pobreza e da desigualdade¹.

A presente análise resulta da pesquisa sobre iniciativa governamental que, em grande medida, reflete um momento de ruptura com essa perspectiva. Procuraremos demonstrar que o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) configura uma série de iniciativas que se integram a uma estratégia ampla de enfrentamento da questão da pobreza e da desigualdade em uma nova perspectiva.

Assim, as ações relacionadas com o esporte e o lazer em exame nessa pesquisa, com suas características de consulta à população interessada, participação das comunidades nas instâncias decisórias e adoção de princípios fundados no compromisso ético e político do Estado com o desenvolvimento social, precisam ser tratadas no contexto de uma importante inflexão no campo do tratamento da questão social no Brasil.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que são fundamentais as intervenções estruturadas, multifacetadas e de caráter perene do Estado para o enfrentamento de temas complexos como o da pobreza. Essa reflexão nos conduz à necessidade de retomar a noção fundamental e estruturante de política pública. Nesse sentido, é oportuno recorrer à formulação de Enrique Saravia:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório (SARAVIA, 2006, p. 28-29).

1 "Pobreza transformada em natureza: pobreza transfigurada em imagens que desfiguram diferenças, desigualdades e conflitos num território indiferenciado para além da sociedade e, portanto, para além da história. É isso que esclarece o sentido de uma exclusão que se processa na lógica de uma cidadania restituída em que os direitos não se universalizam" (TELLES, 2006, p. 105).

Tem-se, portanto, uma noção de política pública que nos remete diretamente para as necessidades da sociedade que, filtradas pelas relações de poder estabelecidas, conseguem ingressar na agenda governamental. No Brasil, esse processo de reestruturação da agenda, rumo a uma atuação verdadeiramente democrática e popular do Estado, tem sido lento e tortuoso. Mesmo tendo havido avanços que se expressam na presença de representantes identificados com as classes populares à frente do poder, no Governo Federal e em algumas Unidades da Federação, são muitos os obstáculos a superar. Isso porque, no Brasil, os projetos de mudança política esbarram, com frequência, em estruturas pesadas, de caráter patrimonialista e, ainda, oligárquico.

No campo das políticas sociais, o assistencialismo costuma ser a principal característica dessa forma de fazer política. E as políticas sociais, em virtude de sua peculiaridade de estabelecer o contato direto dos órgãos do Estado com o cidadão-eleitor, são particularmente vulneráveis à apropriação por esses mecanismos. Vejam-se as observações que se seguem sobre o tema:

Como instituidoras de direitos de cidadania, as políticas sociais passaram a se localizar em um plano que subsume o Estado e as classes e que chamaríamos de societário ou ético-político, onde os indivíduos atuam não no sentido restrito da maximização de seus interesses privados, sejam eles econômicos ou não, mas onde concordem em abrir mão de recursos em prol de um bem comum, mesmo que dele não se utilizem diretamente, mas que reconheçam seu retorno pela responsabilidade que imputam a si mesmos pelas conseqüências advindas da ausência de respostas a essas necessidades. Esse plano é o que entendemos por esfera pública, que transcende o Estado e a sociedade e que não é passível de ser apropriada privadamente (LOBATO, 2006, p. 309).

O esforço de construção de uma rede de atenção social, de formação de um aparato institucional capaz de dar suporte a uma política social eficaz precisa, portanto, ocorrer juntamente com o fortalecimento da esfera pública, como destacado no trecho acima. E, nesse

sentido, após a redemocratização, tem-se caminhado de forma consistente em alguns setores².

É preciso compreender essa trajetória no contexto do longo e complexo processo iniciado com a redemocratização do País, a partir de 1985. Por determinação da Constituição Federal de 1988, por exemplo, o princípio da participação encontra-se presente em diversos processos de formulação e execução de políticas sociais, com destaque para as áreas de saúde, educação, assistência social e atenção à criança e ao adolescente³.

Esse fato reflete a entrada em cena de uma série de novos atores sociais que, por meio de segmentos organizados, reivindicam oportunidades de participação em espaços institucionalizados para intervir na formulação de políticas públicas e influenciar as ações governamentais em suas áreas de interesse. Vários são os dispositivos inscritos na Carta Política que estabelecem a obrigatoriedade da participação popular na formulação de políticas, seja por meio de organizações representativas, seja pela participação em conselhos gestores.

A literatura especializada registra, de fato, um crescimento surpreendente do número desses fóruns de participação popular, em todo o País, a partir do início da década de 90, e aponta os riscos de que essas entidades atuem mais como elementos de legitimação do Estado do que como efetiva representação da sociedade⁴. Cumpre ressaltar, entretanto, que a crítica, necessária e oportuna, da atuação dos conselhos gestores de políticas públicas não pode impedir o

-
- 2 Entende-se esfera pública como o espaço de organização, no âmbito da sociedade civil, em que se encontram todos os segmentos da sociedade e se confrontam os diferentes discursos e visões de mundo. Trata-se de uma das características fundamentais das sociedades democráticas no mundo contemporâneo. Ver, a respeito, Habermas (2003).
- 3 “Com o fim do regime militar e a elaboração de uma nova Constituição (1988), numa década de vigor dos movimentos sociais e sindical – com a criação do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conseguiu-se inserir na lei maior do País reivindicações históricas desses movimentos, dando um estatuto legal para instauração de uma seguridade social de fato universal” (DRUCK e FILGUEIRAS, 2007, p. 28).
- 4 Ver, por exemplo, as análises de SILVEIRA, Jacqueline Passos da. Arranjo institucional dos conselhos. Disponível em: www.ceter.mg.gov.br/i_seminário/arranjo_institucional.doc, p. 1; e SOARES, José Arlindo e GONDIM, Linda. “Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local”. In: SOARES, José Arlindo e CACCIA-BAVA, Silvio. Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo : Cortez, 1998, p. 87.

reconhecimento dos avanços que eles representam para a sociedade brasileira no sentido de construir uma nova cultura política e um novo modelo de gestão participativa e democrática. Esses espaços colegiados de discussão, implementação e acompanhamento de políticas públicas, não obstante todas as limitações e distorções que enfrentam, contribuem efetivamente para a superar a existência de traços clientelistas no relacionamento das instituições do Estado com a sociedade civil e para conferir maior publicidade às ações do Poder Público. Essas entidades contribuem para a superação do problema da falta de *accountability*, recorrente na implementação das políticas públicas no País.

Tem-se, na realidade, uma série de medidas que, historicamente, não conseguiram enfrentar adequadamente o problema da pobreza e da desigualdade no País. A tradição autoritária e oligárquica do Estado brasileiro consolidou, no imaginário das elites – de qual se difundiu para toda a sociedade – a percepção de que nossa tradição valoriza a igualdade, a espontaneidade e aspectos inclusivos. Dessa forma, o poder público, ao reforçar essa cultura política e esse discurso, muito raramente ultrapassou os limites do clientelismo e do patrimonialismo em suas ações para os mais pobres.

Reforçam-se, assim, os valores que compõem o imaginário de uma sociedade “democrática”, o que contribui fortemente para a legitimação da desigualdade e termina por perpetuar estruturas fortemente hierárquicas e excludentes. Desse modo, como ressaltou Roberto DaMatta no clássico estudo *Carnavais, Malandros e Heróis: Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, a sociedade que se vê como o lugar da solidariedade e da espontaneidade é aquela em que, paradoxalmente, vigora o rigor da hierarquia entre ricos e pobres, simbolizado no rito do “você sabe com quem está falando”? (DAMATTA, 1997).

Evidencia-se, dessa forma, uma cultura política que representa um relevante obstáculo à implantação de políticas sociais eficientes, uma vez que sua adoção tem como pressuposto escolhas, no campos orçamentário e fiscal e em outras áreas, que implicam realocação de recursos. Essas opções são ainda mais tensas em contexto de restrição orçamentária e diante da dimensão e da complexidade das demandas dos diversos segmentos da sociedade.

Como se verá ao longo dos diversos trabalhos que compõem o presente relato de pesquisa, em diversas iniciativas governamentais de propor políticas de esporte e lazer, essas características se evidenciam, sobretudo porque os modelos de políticas públicas de alcance nacional atualmente adotados no Brasil adotam, geralmente, a articulação de órgãos nacionais com a gestão dos programas em âmbito local.

Fortalecem-se, assim, os pontos de contato com a sociedade civil, que passa a intervir diretamente no processo de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. No caso brasileiro, esse debate é particularmente importante em virtude do fato de possuímos uma forte tradição centralizadora, que precisa ser considerada, ao analisar o funcionamento de mecanismos de participação social na gestão do Poder Público.

Com a Constituição Federal de 1988, o tema da participação popular, ao lado da descentralização das políticas públicas, passa a integrar a agenda nacional. No contexto de consolidação da ordem democrática, criaram-se conselhos em quase todas as áreas da administração federal, com o propósito de viabilizar a participação popular na formulação das políticas públicas, com destaque para as políticas sociais.

Nesse cenário extremamente dinâmico, destaca-se a noção de controle social como um instrumento fundamental para a consolidação democrática e para o fortalecimento da cidadania. A demanda da ampliação das formas de controle exercidas diretamente pela comunidade é a expressão mais clara da importância que vem adquirindo a democracia participativa nos tempos atuais. Envolve a construção e o fortalecimento de espaços institucionais de participação popular que desempenham importante papel em sociedades marcadas pela desigualdade⁵.

Estamos, na realidade, no campo da discussão dos novos modelos de relacionamento do Estado com a sociedade civil, sobre os temas do controle social – não apenas no plano legal, mas na prática cotidiana

5 Para uma análise do papel dos conselhos gestores de políticas públicas, ver TATAGIBA, Luciana. "Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil". In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo : Paz e Terra, 2002, p. 54. Segundo a autora, os conselhos gestores reúnem três características fundamentais: são espaços públicos com composição plural e paritária, têm no processo dialógico o instrumento privilegiado de resolução de conflitos referentes aos interesses em jogo e funcionam como instâncias deliberativas.

da gestão pública – e da formação da cidadania e de uma nova cultura política no Brasil.

AS POLÍTICAS SOCIAIS NO GOVERNO LULA

Atualmente, a maioria dos estudiosos da questão social no Brasil reconhece os significativos avanços do governo Lula no campo das políticas de combate à pobreza. Ao analisar de uma perspectiva ampla, considerando a gestão da questão social desde a redemocratização, o governo Lula representa um marco na formação de uma agenda social para o Estado brasileiro.

Mesmo que se possa afirmar, com razão, que ainda falta organicidade às políticas sociais, e que a capacidade de integração dos programas é precária, são inegáveis os resultados no segmento específico de medidas de combate à pobreza e, sobretudo, à pobreza extrema desde 2003.

De acordo com dados do IBGE, a parcela de domicílios brasileiros que recebe alguma ajuda social do Estado aumentou de 15,6% para 18,3%. Ou seja, praticamente um em cada cinco domicílios brasileiros recebe benefício assistencial de programas do governo. As avaliações têm indicado o grande impacto desses programas na melhoria da renda dos domicílios mais pobres, atuando efetivamente como fator de redução da desigualdade social.

Não obstante haja questionamentos de diversas ordens sobre aspectos técnicos de sua implementação e, sobretudo, o uso político de seus resultados mais imediatos, são raras as discordâncias quanto aos avanços obtidos pelos programas implementados desde o início do governo Lula, em 2003. Entre os progressos evidentes, ressalte-se a constatação de que, nos primeiros anos de governo, cerca de 10 milhões de brasileiros ultrapassaram a linha da pobreza. O número de indigentes no País caiu de 27,5 milhões para 20,3 milhões⁶.

6 Consideram-se indigentes aqueles que têm renda inferior a meio salário mínimo mensal. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada “O crescimento das políticas de transferência de renda e a elevação do salário mínimo, com impacto também nos valores dos benefícios previdenciários e assistenciais, contribuíram decisivamente para a queda desses índices” (IPEA, 2007).

Evidentemente, é necessário considerar um contexto internacional favorável e políticas macroeconômicas que, independentemente de representarem continuidade de governos anteriores, têm contribuído sobremaneira para a formação de um cenário em que as políticas sociais se aplicam de maneira mais eficaz.

Em síntese, cabe ressaltar que os últimos anos foram marcados pela reativação das atividades econômicas, com elevação das taxas de crescimento; pela recuperação do poder de compra dos salários, especialmente do salário mínimo; e pela expansão dos programas governamentais de transferência de renda, os quais desempenharam importante papel no combate à pobreza no Brasil. Assim, a combinação de crescimento econômico com redução da desigualdade de renda foi decisiva para reduzir as taxas de pobreza do país durante a primeira década do século XXI (PAIVA e MATTEI, 2009, p. 192-193).

São frequentes as críticas ao Programa Bolsa Família (PBF) que destacam seu suposto caráter assistencialista. Entretanto, diversas avaliações, empreendidas por pesquisadores reconhecidos no campo das ciências sociais e da análise de políticas públicas provam o contrário: demonstram a eficácia dos programas de transferência de renda – e em particular do Programa Bolsa Família – principalmente no que concerne à erradicação do trabalho infante-juvenil, à melhoria da condição nutricional das famílias e ao desempenho escolar das crianças. Romper os mecanismos de reprodução da pobreza é algo bem mais complexo do que apenas amenizar a condição de vida das famílias pobres. A maioria dos programas de transferência de renda procura fazê-lo por meio da exigência de contrapartidas, sobretudo, de cuidados com a saúde e acompanhamento da vida escolar das crianças.

Seguindo a tendência internacional na implementação das políticas sociais na forma de programas de ações de transferência de renda com condicionalidades, o Programa Bolsa Família exige o cumprimento, por parte das famílias atendidas, de contrapartidas como acompanhamento da saúde, frequência escolar, educação alimentar e o cumprimento de agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

Os especialistas na área têm demonstrado que uma estratégia social mais eficiente no Brasil depende de uma melhor integração dos

diversos programas, criando “portas de saída”. Faz-se necessário incrementar ações interinstitucionais capazes de articular programas em andamento em áreas como educação (incluindo alfabetização de jovens e adultos), saúde, microcrédito, geração de emprego e treinamento profissional. Apesar do esforço de aperfeiçoamento gerencial dessas iniciativas nos últimos anos, ainda há muita ineficiência e desarticulação. O programa Bolsa Família vai se consolidando como a porta de entrada para a política social, que deve ser pensada de forma mais ampla e articulada entre os diferentes setores representantes das áreas sociais.

O Programa Bolsa em termos de PIB, Gasto Social (GS) e Assistência Social (AS) do Governo Federal (2000-2008)

Ano	Gasto Social*	Assistência Social		Bolsa Família **		
		% do PIB	% do GS	% do PIB	% do GS	% da AS
2000	11,57	0,38	3,24	0	0	0
2001	12,08	0,41	3,38	0,14	1,13	33,59
2002	11,93	0,44	3,67	0,15	1,22	33,43
2003	12,10	0,5	4,11	0,2	1,65	40,45
2004	12,28	0,71	5,83	0,29	2,34	40,38
2005	12,63	0,74	5,83	0,3	2,38	40,88
2006	13,05	0,91	6,97	0,3	2,33	33,51
2007	13,05	0,93	7,12	0,3	2,28	32,17
2008	13,45	1,00	7,43	0,32	2,36	31,87

Fonte: SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal/Secretaria do Tesouro Nacional) e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). * Inclui gastos com Saúde, Educação, Habitação, Assistência, Cultura, Trabalho, Saneamento, Previdência Social e Direitos da Cidadania. ** Os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação foram federalizados apenas em 2001. Depois de 2003, foram unificados sob o nome de Programa Bolsa Família.

Note-se que a unificação dos programas sociais, em 2003, foi acompanhada de um relativo crescimento dos recursos destinados aos pobres. O gasto com Bolsa Família passou de 0,2%, em 2003, para 0,3%, em 2008. Esse aspecto tem motivado intensas discussões entre os especialistas na área de política social pelo fato de o programa Bolsa Família responder por um elevado percentual dos gastos

em assistência social. A despeito da reconhecida qualidade de gestão do programa, questionam-se a sua escolha como carro-chefe da política social e a necessidade de articulação com outras iniciativas governamentais.

Sem desconsiderar os enormes desafios ainda existentes no campo do combate à pobreza e à desigualdade, pode-se afirmar que a unificação dos programas federais de transferência de renda e sua ampliação representa significativo avanço no resgate da dívida social no Brasil. Mais do que destacar as ações do atual governo nesse setor, entendemos que é importante constatar a existência de um processo, embora mais lento do que o necessário, de amadurecimento institucional e de desenvolvimento da capacidade operacional de o Estado brasileiro implementar políticas de combate à pobreza estrutural e de promover a inclusão social.

PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC): DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS E CONJUNTURAS PRESENTES NA SUA GÊNESE

O cenário apresentado nos itens anteriores descreve o avanço do investimento governamental no atendimento às demandas sociais da população brasileira a partir da chegada à presidência da República de um governo democrático-popular. Além disso, destaca introdutoriamente as barreiras ainda presentes para a superação de uma perspectiva eminentemente assistencialista dos programas e projetos sociais implementados pelo Estado, bem como as fronteiras para adotar uma gestão que privilegie uma perspectiva inter-setorial.

Considerando o panorama descrito, nesse momento do capítulo começaremos a nos debruçar sobre o objeto principal deste livro, ou seja, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Atentando-nos para o exercício dialético de análise das políticas públicas e/ou sociais, demonstraremos que o PELC é permeado por avanços e limites semelhantes àqueles presentes no contexto mais amplo da política social do País.

No primeiro dia do ano de 2003, o atual governo iniciou sua gestão com a publicação da Medida Provisória (MP) nº 103/20037, a qual dispõe sobre a organização da presidência da República e dos ministérios e que foi, posteriormente, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 20038. Para o setor esportivo, essa lei marcou a criação de uma pasta ministerial específica para tratar dos temas afetos à área do esporte e lazer.

A criação do Ministério do Esporte (ME) não poderia ficar à margem dos desencontros das abordagens ideológicas, filosóficas e políticas que historicamente demarcaram os debates sobre o direito de acesso ao esporte e lazer. O processo de estabelecimento do ME caracterizou-se pela incorporação das tensões e contradições presentes na esfera esportiva e de lazer pelo Estado. As oposições e conflitos do setor esportivo se acirraram e ficaram evidentes no momento de criação de um Ministério específico para o esporte (ATHAYDE, 2009).

Figueiredo (2009) identifica um consenso quanto à necessidade de implantação de uma pasta específica para o esporte, no entanto, essa anuência era demarcada por interesses e justificativas radicalmente opostas. De acordo com o autor:

Essa demanda (criar uma pasta ministerial específica para o esporte) era apresentada por grupos heterogêneos e, portanto, com interesses diversos. De um lado, o bloco hegemônico formado pelas/ as grandes instituições corporativas na área do esporte que buscavam fazer parte da nova estrutura e, por conseguinte, ter maior influência no desenvolvimento das políticas do Ministério. Do outro, as demais instituições representativas de pesquisadores, professores e sociedade em geral, certos da importância da implantação de políticas públicas de esporte e lazer para apropriação dos brasileiros a esses direitos sociais [...] (FIGUEIREDO, 2009, p. 27).

7 Documento disponível no sítio eletrônico da Presidência da República, no seguinte endereço eletrônico: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm. Acesso em: 25 nov. 2008.

8 Documento disponível no sítio eletrônico da Presidência da República, no seguinte endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm. Acesso em: 22 mar. 2010.

Com relação à fundação do ME, cabe destacar a consideração feita por Suassuna et al. (2007 apud FIGUEIREDO, 2009, p. 27):

Para a formulação e planejamento de políticas nos âmbitos do esporte e lazer, acreditava-se que a criação de uma pasta ministerial para tratar do esporte propiciaria a ampliação do debate sobre esse tema, contribuindo para legitimar a discussão e ao esporte, bem como ao lazer, um redimensionamento.

Tão importante, porém, quanto ressaltar os reflexos e as alterações presentes na criação do ME, se faz o reconhecimento da mudança de discurso sobre o esporte e o lazer a partir da chegada à presidência da República de um governo democrático-popular. Historicamente, as políticas públicas, assim como os programas e projetos sociais, voltados para o esporte e lazer pautaram-se por uma perspectiva assistencialista, respaldada por um discurso salvacionista e por uma ação focalista.

O cenário para as políticas sociais para o esporte e lazer reproduz as características de um panorama muito bem descrito por Behring (1998) em análise de governos anteriores, que não favorece a criação de condições para a luta social: “nem consumo coletivo, nem direitos sociais, apenas assistência focalizada para aqueles ‘com menor capacidade de pressão’ (1998, p. 187).

Com relação ao início de uma abordagem diferente do esporte e lazer a partir da assunção do Governo Lula e da necessidade histórica e social de transformação do trato, até então, dado às políticas públicas e sociais esportivas e de lazer, é importante destacarmos a constatação de Castellani Filho et al. (2008, p. 78) sobre os princípios e diretrizes que balizaram a ação governamental.

Não havia dúvidas de que era na dimensão democrática que ocorreria a síntese da política que apontava para um Brasil de Todos, já que o combate às desigualdades econômicas e sociais era entendido como condição necessária para que fosse garantido o direito a todos do status de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante o Estado. A transparência do setor público com controle da sociedade, a descentralização, o planejamento participativo e gestão

pública orientada para o cidadão e para as minorias integravam as diretrizes do direito ao Esporte Recreativo e ao Lazer, indicando a presença de um Governo voltado para o atendimento das necessidades do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados.

De acordo com os autores citados, era de conhecimento do ME a premência de elaboração e implementação das políticas sociais esportivas norteadas pela lógica da gestão democrática. Ao mesmo tempo, Castellani Filho et al. (2008) destacam a necessidade de que o princípio da *Inclusão Social*, historicamente vinculado ao esporte, fosse abordado pela ótica da garantia do acesso aos bens sociais (esporte e lazer) a todos aqueles que, de acordo com a história, tiveram cerceados esse direito.

Nesse sentido, foram resplandecentes as mudanças logo na primeira gestão (2003-2006) do governo Lula e do próprio ME, materializando-se na realização da 1ª Conferência Nacional do Esporte (CNE) no ano de 2004, sob o título *Uma Nova Realidade para o Brasil*, e na aprovação da Política Nacional de Esporte (PNE) em 2005, tendo como título *Esporte, Uma questão de Estado*.

Segundo Castellani Filho et al (2008, p. 64), o período de preparação para a 1ª CNE, representado pelas Conferências preparatórias⁹, caracterizou-se como um momento histórico para o Esporte e Lazer, uma vez que jamais esse campo vivenciou de forma tão intensa “o princípio democrático de participação popular, superando-se na prática política da construção coletiva do saber, a dicotomia pensar/fazer”. Essa afirmação é amparada pela verificação de um amplo abarcamento de diferentes segmentos e setores ligados ao esporte, ao lazer, à cultura e à educação no processo de discussão e consolidação da 1ª CNE.

Para estabelecer diálogo com a ampla gama de representações, bem como apreciar a diversidade temática, que perpassam o esporte e lazer, o ME foi impelido a buscar uma estruturação técnica e adminis-

9 A 1ª Conferência Nacional de Esporte foi precedida por 60 Conferências municipais e 116 regionais, em 873 municípios. Além disso, houve 26 Conferências estaduais e a do Distrito Federal, totalizando a participação de 2.500 municípios e culminando com a eleição de 861 delegados para a etapa nacional. (CASTELLANI FILHO et. al., 2009).

tratativamente capacitada e, ao mesmo tempo, capaz de atender à variedade de assuntos e interesses que subsistem no mundo esportivo. Para cumprir essa tarefa, o ME constituiu a seguinte estrutura organizacional: a) órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado; b) órgãos específicos singulares; e c) órgão colegiado¹⁰. Os “órgãos específicos singulares” correspondem à Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE), Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR). Essas secretarias são responsáveis por coordenar, formular e implementar as políticas do Ministério.

Devido ao foco deste texto, nos ateremos, dentro do organograma do ME, à criação e estruturação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), principal responsável pelo objeto de nosso estudo¹¹. Diferentemente das demais secretarias ministeriais, a SNDEL adotou em seu nome a palavra *Desenvolvimento*. Essa decisão não foi uma escolha meramente estilística. Segundo Castellani Filho et al (2008, p. 65):

Desenvolvimento era o conceito-chave contido no nome estabelecido para a Secretaria em questão. Com ele pretendíamos chamar a atenção para a necessidade de se estabelecer políticas de Esporte Recreativo, Lazer, Ciência & Tecnologia a partir do entendimento de “excelência” para além daquele construído com base no parâmetro do rendimento, hegemônico por toda a história da política esportiva brasileira, desde a elaboração do primeiro documento legal definidor das diretrizes e bases do esporte nacional (Decreto-Lei 3.199/41) até a Lei 9.615/98 (Lei Pelé), passando pela Lei 6.251/75 e pela Lei 8.672/93 (Lei Zico).

Atrelada à compreensão dada à palavra *Desenvolvimento* e à justificativa de sua adoção estava a pretensão de ruptura de distorções historicamente vivenciadas pelo esporte, como, por exemplo, o subsídio estatal à figura da *pirâmide esportiva*¹². Nesse sentido, é

10 Estrutura organizacional dada pelo Decreto n.º 4.668, de 9 de abril de 2005.

11 Referimo-nos ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

12 Trata-se de clássica ilustração utilizada na Educação Física, em que o vértice da pirâmide é composto pelo esporte de alto rendimento e o centro e a base são, respectivamente,

bastante elucidativa a consideração de Bracht (2005, p. 86) sobre a dificuldade das políticas públicas esportivas brasileiras estarem descoladas do modelo tradicional da pirâmide esportiva.

[...] o parceiro de interação do Estado, para assuntos de esporte, sempre foi a organização ou os elementos do sistema esportivo nacional construído exatamente para tal. Assim, hoje existe uma dificuldade enorme do poder público perceber outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial e, também, a enorme dificuldade de superar o modelo de pirâmide, que coloca como coroarmento do esporte a obtenção de resultados internacionais (estaduais e municipais) expressivos, porque é dessa forma que o retorno em termos de capital simbólico, traduzível em capital político, para o sistema político, se efetiva.

Concomitantemente à perspectiva de ruptura com o *status quo* das políticas públicas de esporte, buscava-se a geração de novos sentidos e abordagens ao esporte recreativo, traduzidos na compreensão do esporte enquanto patrimônio cultural da humanidade e na percepção de ser dever do Estado a garantia de acesso ao esporte, ideia reforçada pelo princípio da inclusão.

Buscando o alcance desses objetivos, a SNDEL estruturou-se em dois departamentos: a) Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer; e b) Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte. Para esse texto é importante destacarmos o funcionamento do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer, que pretendia assumir a responsabilidade pela execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer, tendo como objetivo a garantia de acesso a essas práticas como direitos sociais.

O conjunto das ações empreendidas pelo Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer foi alocado no programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que compreende o objeto principal a ser debatido e analisado pelo conjunto de textos que dão forma a este livro. O PELC foi inscrito no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, denominado Brasil,

formados pelo esporte recreativo e o escolar, sendo estes últimos subordinados aos objetivos presentes no ápice da pirâmide.

Um País de Todos. Neste PPA, com a rubrica nº 1.250, e identificado com o objetivo de “promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer¹³”.

Quanto à criação do PELC, Figueiredo (2009, p. 32) faz a seguinte análise: “O próprio nascimento do PELC ocorreu de forma aligeirada na perspectiva de garantir um programa com características mais universalizantes e diversificadas que o carro-chefe do ME, o Programa Segundo Tempo”.

De acordo com o portal eletrônico do ME: “[...] o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é um programa do tipo finalístico. Criado em 2003, o problema gerador que ainda hoje justifica a sua existência é a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira¹⁴”.

O documento Orientações para Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (BRASIL, 2008, s/p) aponta como compromisso do PELC:

[...] suprir as carências de políticas públicas e sociais, que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

Novamente o portal eletrônico do ME apresenta como objetivos centrais do programa: “[...] ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social”. Para além de seu compromisso e objetivos centrais, o PELC, atualmente, ancora-se em três eixos centrais, quais sejam: a) Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer; b) Funcionamento da Rede CEDES; e c) Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer.

O primeiro dos eixos destacados, ou seja, o *Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer* se relaciona com a operaciona-

13 Informação disponível no sítio eletrônico do Governo Federal, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.planobrasil.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2010.

14 Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>. Acesso em: 23 mar. 2010.

lização do programa, uma vez que o PELC organiza-se por meio de núcleos de esporte e lazer, que correspondem aos espaços de atendimento à comunidade. Figueiredo (2009, p. 36) descreve o funcionamento e estruturação dos núcleos do PELC, destacando-os como locais que:

[...] abrangem oficinas de diversas manifestações culturais possibilitando a caracterização de um espaço de convivência social. As oficinas culturais, como atividades sistemáticas, ocorrem de duas a três vezes por semana em espaço e/ou equipamento de lazer inserido na comunidade. E os eventos, como atividades assistemáticas, ocorrem de acordo com a culminância das ações de um determinado núcleo.

O eixo correspondente ao *Funcionamento da Rede CEDES*¹⁵ consubstancia a preocupação inicial do PELC de criar vínculo entre a produção do conhecimento acadêmico-científico e a prática social desenvolvida pelos professores e agentes sociais nos núcleos do programa. A criação da Rede CEDES, ligada às instituições de ensino superior públicas, tem o intuito de viabilizar a produção de estudos balizados por referenciais teóricos originários das ciências humanas e sociais, buscando interlocução com grupos de estudo e pesquisa já consolidados ou em fase de consolidação. Essa iniciativa almejava aproximar a produção científica da prática social realizada nos núcleos de atendimento do PELC, rompendo o histórico hiato entre o conhecimento acadêmico e a realidade concreta.

No terceiro e último eixo central do PELC, encontramos a *Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer*, demanda de significativa importância dadas a sua abrangência e a possibilidade de exploração política e, por vezes, partidária dessa ação¹⁶. No que tange a esse eixo, o portal eletrônico traz a seguinte interpretação: “[...] prevê a construção e reforma de equipamentos,

15 A sigla “CEDES” corresponde a Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.

16 Para termos a compreensão da importância política dedicada a essa ação, basta verificar o orçamento destinado ao ME. Segundo Figueiredo (2009, p. 28): A previsão orçamentária do Ministério do Esporte para o ano de 2008 foi de R\$ 1.147.694.668,00, porém destes cerca de R\$ 853.049.142,00 vieram com rubrica para a construção e manutenção de equipamentos esportivos (obras de infraestrutura). Esse montante financeiro é, comumente, resultante de Emendas Parlamentares.

ação executada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte”. No entanto, Castellani Filho et al (2008, p. 82) destacam que, para além da construção, reforma, ampliação e provimento de equipamentos e materiais esportivos e de lazer, esse eixo pretendia “oportunizar o acesso a modelo conceitual arquitetônico de equipamento esportivo e de lazer afinado com a lógica de funcionamento dos Núcleos”.

Por fim, é imprescindível destacar que o PELC ainda é permeado por um leque de princípios, diretrizes e ações, os quais serão abordados na sequência do texto. Do mesmo modo, pretendemos identificar e debater quais são os avanços e estagnações que diferenciam o PELC dos demais programas e projetos sociais esportivos. Nesse sentido, iniciaremos essa tarefa, buscando traçar o perfil dos agentes sociais que ocupam papel destacado no desenvolvimento do PELC.

O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC) E SUA REALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS AGENTES SOCIAIS DO PROGRAMA EM NÍVEL NACIONAL

A esfera do lazer, entendido dentro da perspectiva engendrada pelo processo de reivindicação social por melhores condições de vida e menores jornadas de trabalho iniciado em meados do século XIX, especialmente na Inglaterra, vem se construindo como um tempo e um espaço de vivências multifacetado e complexo. Em outras palavras, ele só pode ser compreendido em sua relação com o trabalho, porém abre possibilidades muito maiores em relação a este último, à participação cultural mais ampla, como prática ou fruição.

Esse entendimento pode ser encontrado em Marcellino (2005), para quem o lazer, como fruto da sociedade urbano-industrial, incide dialeticamente sobre ela. Desse modo, dada a sua abrangência, essa esfera da vida humana deve ser abordada, segundo o autor em foco, de uma perspectiva interdisciplinar. A compreensão mais ampla das questões do lazer e de seu significado para o homem contemporâneo, por suas características abrangentes, não pode ficar na dependência exclusiva de uma disciplina, exigindo a contribuição de

várias ciências humanas, de filosofia e de profissionais ligados direta ou indiretamente, como arquitetos, professores de educação física, terapeutas ocupacionais, trabalhadores sociais, arte-educadores, etc (2005, p. 20).

Não obstante o entendimento anterior, encontramos interpretações diferentes do aspecto interdisciplinar do lazer, que têm influências na própria esfera da atuação profissional. Conforme Suasuna (2009), o campo de atuação na esfera do lazer é marcado por conflitos de interpretação sobre a qualificação profissional do agente comunitário¹⁷.

Estas disputas, pelo que se compreende, têm como substrato o fato de os trabalhadores do lazer não terem formação em Educação Física, sendo assim considerados *leigos*. Todavia, o fato de serem considerados leigos e, por conseguinte, defender-se a sua exclusão do Sistema Nacional pode representar um empecilho para o desenvolvimento e/ou fortalecimento de programas voltados para políticas sociais – como no caso – o Programa Esporte e Lazer da Cidade, motivando, com a aceitação dessa posição, contradições no contexto governamental (SUASSUNA, 2009, p. 8).

Essa questão, uma vez que se refere a um entendimento reduzido da formação profissional do agente comunitário, terá reflexos mais amplos no próprio Sistema Nacional de Esporte e Lazer, uma vez que, entre outros aspectos tratados ali, se encontra a dos sujeitos que o compõem, conforme segue:

Quando se fala em estrutura do sistema de esporte e lazer refere-se ao conjunto de instituições, organizações sociais e entidades esportivas com seu aparato de normas, funções e finalidades, sua infra-estrutura, sua capacidade financeira, os produtos que geram e os sujeitos que a compõem – dirigentes, trabalhadores, usuários que acatam seus princípios, diretrizes e objetivos e, mantendo sua autonomia, aproximam as finalidades e ações próprias de cada um às do sistema nacional (BRASIL, 2008).

17 Os trabalhadores do lazer ou agentes comunitários do esporte e lazer (cf. definição do Ministério do Esporte – BRASIL, 2008).

A questão do entendimento meramente disciplinar da formação do agente comunitário/social, considerado trabalhador do lazer, pode ser também analisada com base nas capacidades e saberes necessários a esse ator social:

- “compreender a realidade econômica, política e sociocultural brasileira no sentido de situar a sua prática com o lazer, as relações profissionais inscritas no contexto social e os nexos que são estabelecidos com a educação;
- intervir na organização do trabalho pedagógico com o lazer, com competência técnica, autonomia intelectual e compromisso político;
- sistematizar, organizar e produzir saberes pedagógicos, tomando como referência os problemas gerados com a prática educativa;
- dominar o processo de diagnóstico e avaliação, utilizando estratégias e instrumentos que possam captar toda a realidade do grupo e todo o conjunto de limites e avanços resultantes do processo de investigação;
- intervir no processo educativo, utilizando metodologias de trabalho pedagógico que busquem a interdisciplinaridade do lazer e maior articulação da teoria com a prática;
- produzir, difundir e estimular a produção de conhecimentos na área do lazer” (MASCARENHAS, 2004).

Essa abordagem mais ampla da formação do agente comunitário pode ser encontrada no texto Formação dos Agentes Sociais de Esporte e Lazer – Limites e Desafios, parte componente do Material Didático (2008) do PELC, orientações que dão conta da necessidade da formação de um profissional multifacetado, buscando atender a princípios bastante diversificados, como o trato intergeracional, o trabalho coletivo, o planejamento participativo, entre outros. Atualmente, o programa está presente em 182 municípios, com aproximadamente 3.256 agentes sociais em formação (SUASSUNA, 2009).

A compreensão do agente social, neste documento, é considerada em dois níveis, a saber, do ponto de vista “funcional” e “real”.

No primeiro, ele é contextualizado tanto no Projeto Social, como no Projeto Científico. Na primeira instância, ocupam as funções de coordenador-geral, coordenador de núcleo, bolsistas e agentes de serviços gerais. A estes podem se somar estagiários, professores e monitores, indicados como contrapartida pela comunidade local. Na segunda, estão pesquisadores e bolsistas, nos diversos "nós" da denominada Rede Cedes, localizadas em especial nas universidades que concorreram em editais de pesquisa sobre o PELC.

A formação do agente social é ampliada para outros atores da comunidade, como professores da rede municipal, estudantes secundaristas e de cursos de magistério, e educadores populares e lideranças comunitárias, entre outros. Essa característica da formação reforça a importância dos núcleos do PELC enquanto mobilização da comunidade e dinâmica das manifestações da cultura corporal, além das artes, em geral. Ela é fortemente calcada nos elementos da Educação Popular, quais sejam, a necessidade de construção de soluções coletivas; o fortalecimento da identidade local e consequente ampliação do sentimento de pertencimento, dialética entre o resgate das expressões populares e o diálogo com o novo e moderno, conscientização crítica e coletiva dos processos de alienação da indústria cultural e esportiva; a readequação da relação da comunidade com os espaços e equipamentos; a reconstrução da vida pública e política, entre outros.

Ao analisarmos a proposta em foco, verificamos que a abordagem dessas possibilidades não é feita de modo abstrato, mas levando em consideração alguns de seus limites. Dentre esses, são destacados a sobrevalorização do indivíduo em relação ao coletivo (em grande medida como um desdobramento/reflexo da sociedade capitalista), o desencontro das políticas públicas com as necessidades da comunidade, o senso comum dos agentes comunitários sobre o esporte e lazer, marcados, sobretudo, pela hegemonia dos valores do esporte de alto rendimento sobre essa manifestação cultural enquanto lazer, que tem como um de seus exemplos o perfil das "escolinhas de esporte" nas políticas públicas desse segmento.

Estruturalmente, a formação é desenvolvida em três níveis, o local, o regional e o nacional. No nível local, ele se constitui, em um

primeiro momento, no “Encontro de Formação”, “com carga horária mínima de 32 horas/aula de atividades entre oficinas, grupos de estudos, palestras, mesas e planejamento e que seguem a orientação do Ministério do Esporte/SNDEL na construção dos módulos de formação” (EWERTON et al., 2009, p. 20). Nessa instância, há o desenvolvimento dos temas centrais do PELC, como os aspectos de lazer, esporte recreativo, intergeracionalidade, inclusão, diversidade cultural, entre outros, bem como aqueles ligados ao planejamento estratégico e participativo de todas as ações do programa.

Esse encontro é repetido ao final da vigência do convênio, em uma perspectiva de sua avaliação, buscando-se identificar seus avanços e limites. Há, ainda, a “Formação Continuada em Serviço”, “que acontece de forma articulada ao próprio funcionamento dos núcleos, em atividades de planejamento sistemático e assistemático, além de estudos semanais e/ou quinzenais (a critério das condições locais de cada convênio) (EWERTON et al., 2009, p. 20). Essa etapa depende, fundamentalmente, da auto-organização do local de acordo com a necessidade dos agentes sociais no desenvolvimento das atividades do programa. Já nas formações regional e nacional, a ênfase recai na nacionalização dos aspectos teórico-práticos do programa, bem como de seus procedimentos técnico-administrativos.

Os principais temas presentes na formação dos agentes sociais, tanto em sua dimensão continuada quanto em serviço, se localizam no campo da “cultura corporal”, em especial os relacionados com esporte, dança, lutas, jogo, bem como com as artes em geral, teatro e música. Também o estudo da comunidade em que os agentes se inserem, as interfaces do PELC com as diferentes áreas de conhecimento que o constituem é abordado.

O PELC apresenta outras barreiras que, ao longo dessa pesquisa, serão exploradas e problematizadas. Dentre elas, destacam-se questões relacionadas com os limites interpostos à formação/capacitação dos agentes sociais ligados à execução do programa, uma vez que o modelo utilizado possui problemas tanto de ordem administrativa quanto pedagógica.

Outro obstáculo ao desenvolvimento do programa diz respeito à falta de reconhecimento e valorização profissional dos agentes

comunitários, muitas vezes responsáveis pela intervenção pedagógica nos diversos núcleos de atendimento do PELC espalhados pela periferia do País.

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES PARA UMA LEITURA CRÍTICA DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC): DO DESENHO CONCEITUAL À PRÁTICA SOCIAL

A parte anterior do texto caracterizou-se pela utilização de uma narrativa eminentemente descritiva, na qual realizamos um percurso histórico, perpassando pelo período de redemocratização brasileiro, pela chegada de um partido democrático-popular à presidência da República, pela criação do Ministério do Esporte, pela realização da 1ª Conferência Nacional de Esporte, pela elaboração da Política Nacional de Esporte, pela estruturação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer e, finalmente, pela implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Todavia, agora, buscaremos uma leitura mais acurada da organização e desenvolvimento do PELC.

Nesse sentido, pretendemos realizar uma leitura crítica de alguns aspectos do programa, realçando possíveis contradições em seu interior, bem como apontando, ainda que introdutoriamente, alguns avanços, estagnações e retrocessos do PELC em comparação com as políticas anteriores no campo do Esporte e Lazer. Para cumprir essa tarefa, vários passos serão necessários, entretanto iniciaremos por aquele que tem sido apontado, por pesquisadores que se dedicam ao estudo do PELC, como seu principal avanço, referimo-nos ao *modelo/desenho conceitual*.

Ao analisarmos uma política pública, faz-se necessária a análise sobre duas de suas dimensões, a relativa ao seu *modelo conceitual* e a que diz respeito à sua *implementação* propriamente dita. O *modelo/desenho conceitual* compreende o conjunto de conceitos e definições que confere sustentação teórica à concepção do programa, a seus objetivos e aos impactos esperados (ATHAYDE, 2009).

Segundo Castellani Filho (2007), o sentido inovador presente no desenho conceitual do PELC foi engendrado por experiências administrativas de governos populares e democráticos, bem como por intensos diálogos estabelecidos entre gestores, acadêmicos, movimentos sociais e instâncias partidárias. De acordo com o autor, a inovação presente no modelo conceitual adotado pelo programa foi, “rapidamente, identificada por gestores, movimentos sociais e outros setores políticos que, mesmo diante da ausência do apelo orçamentário, atinaram-se ao impacto da proposta de política de lazer nele contida, levando-a para seus municípios” (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 2).

Outro fator de destaque presente na gênese do PELC é seu vanguardismo epistemológico e teleológico. O PELC, desde seu princípio, demonstrou sua inquietação com a garantia de um trato intergeracional e de um amplo atendimento das manifestações culturais, respeitando a identidade e diversidade da cultura local. Além disso, para Figueiredo (2009, p. 32), pretendia-se “propiciar uma educação sistemática para o tempo livre (lazer), dotando de sentido os espaços da cidade (a rua, o parque, as praças), valorizando e ressignificando as práticas sociais comunitárias”.

É pertinente destacarmos que o desenvolvimento de um desenho conceitual inovador para o PELC estava calcado no emprego de conceitos basilares do programa como o *lazer* e o *esporte recreativo*, forjados no campo progressista da Educação Física. Ilustra essa afirmação o conceito de *lazer* adotado pelo programa, ou seja, a compreensão desse fenômeno como: “prática social contemporânea resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2005).

Em relação ao *esporte recreativo*, o PELC buscava, por meio das manifestações culturais esportivas, destacar o caráter sociabilizador, aglutinador e lúdico do fenômeno esportivo, “possibilitando a construção do entendimento do como e do porque ele se faz presente em praticamente todos os quadros culturais das sociedades modernas” (CASTELLANI FILHO et al., 2008, p. 81).

Se, entretanto, a identificação e o reconhecimento do avanço conceitual existente no PELC são evidentes, em contrapartida, pre-

cisamos verificar em que medida esse progresso é assimilado pelos atores responsáveis pela gestão do programa, bem como seus reflexos na prática social do PELC, o que pode demandar uma análise mais complexa e menos translúcida. Ao mesmo tempo, é importante observar que, para estender a evolução identificada em seu *desenho conceitual* até as atividades realizadas nos núcleos de atendimento, o PELC necessitava materializar esse modelo em princípios, diretrizes e objetivos que traduzissem a perspectiva crítica presente no delineamento conceitual adotado.

O PELC adotou os seguintes *princípios norteadores* da Política Nacional de Esporte e Lazer (PNE): a) Da reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social; b) Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; c) Da universalização e inclusão social; e d) Da democratização da gestão e da participação. (BRASIL, ME, 2008, s/p). Esses princípios sintetizam o debate acerca do esporte e lazer que fundamenta o *desenho conceitual* assumido pelo programa, tendo uma clara preocupação com a garantia de reconhecer o esporte e lazer como direitos sociais, de valorizar os aspectos sociais atrelados a esses fenômenos e de “reforçá-los como instâncias de emancipação e desenvolvimento humano” (CASTELLANI FILHO et. al., 2008, p. 81). Segundo Figueiredo (2009), a admissão dos *princípios norteadores* da PNE foi um passo importante para a qualificação do *desenho conceitual* do PELC.

Norteados pelo conjunto desses princípios citados, a SNDEL elaborou um leque de *diretrizes* para o PELC: (1) auto-organização comunitária; (2) trabalho coletivo; (3) intergeracionalidade; (4) fomento e difusão da cultura local; (5) respeito à diversidade; e (6) intersetorialidade. As diretrizes apresentam concepções que deveriam influenciar e permear a implementação, gestão e desenvolvimento do PELC. Para Figueiredo (2009, p. 34): “Essas diretrizes são fundamentais para a orientação da organização do trabalho pedagógico, bem como na escolha dos objetivos; da metodologia; das seleções de conteúdos; dos critérios de avaliação e da prática pedagógica dos agentes sociais de esporte e lazer”.

Faz-se, portanto, necessária à materialização dos *princípios* e *diretrizes* a tradução desses em objetivos exequíveis. Nesse sentido, para

dar aparência objetiva a seus princípios e diretrizes, o ME delineou uma série de *objetivos* referentes às ações do PELC. De acordo com o Manual de Implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (BRASIL, ME, 2008, s/p), os objetivos do PELC são:

- Democratizar o acesso a políticas públicas de esporte e lazer;
- Reconhecer e tratar o esporte e lazer como direito social;
- Articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte e lazer, de modo que se privilegie a unidade conceitual do programa;
- Difundir a cultura do lazer pelo fomento a eventos de lazer construído e realizado de forma participativa com a comunidade;
- Formar permanentemente agentes sociais de esporte e lazer (professores, estudantes, educadores/comunitários, gestores e demais profissionais de áreas afins envolvidos no programa);
- Fomentar e implementar instrumentos e mecanismos de controle social;
- Aplicar metodologia de avaliação institucional processual às políticas públicas de esporte e lazer;
- Fomentar a ressignificação de espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de esporte e lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural local/regional;
- Orientar a estruturação e condução de suas políticas públicas de esporte e lazer nos poderes públicos municipais e estaduais.

A apresentação, realizada até o momento, dos princípios, diretrizes e objetivos que compõem o conjunto de ações do PELC demonstra que há uma harmonização desses com o *desenho conceitual* do programa. Esse fato permite-nos apontar para uma consideração e difusão do avanço conceitual do PELC para a criação de seus documentos legais. Todavia, é nosso intuito verificar em que medida o

avanco identificado na conceituação do programa é reproduzido nas atividades desenvolvidas nos núcleos de atendimento do programa, bem como na compreensão por parte dos atores sociais sobre o esporte e lazer.

O PELC estrutura-se por meio de Núcleos¹⁸ de esporte recreativo e de lazer, compostos de espaços ou equipamentos¹⁹, que são os locais onde há as atividades sistemáticas e assistemáticas²⁰, possibilitando a caracterização de um espaço de convivência social. Segundo o Manual de Orientações para a Implementação do PELC (BRASIL, 2008, s/p), esse modelo de organização e gestão apresenta-se como outro relevante avanço do programa, uma vez que “o grande diferencial dos núcleos em nosso programa é a ressignificação dos espaços existentes e a busca de espaços alternativos onde a comunidade exatamente não tem sido atendida por não ter espaço específico de lazer”.

O funcionamento dos Núcleos de esporte recreativo e de lazer é uma ação protagonista no desenvolvimento do PELC, uma vez que se apresenta como eixo articulador das demais. De acordo com Castella-Filho et al. (2008, p. 82):

É a partir dela que podemos visualizar a lógica inerente ao projeto social Esporte e Lazer da Cidade, o qual possibilitava aos municípios, em última instância, autonomia na implementação de suas políticas para o setor, caracterizando-as como atividades da Cidade, diferente do que comumente vimos ocorrer ao longo da história brasileira, onde os momentos esportivos e de lazer eram oportunizados apenas em ocasiões festivas e pontuais na Cidade (grifos dos autores).

18 Cada núcleo é constituído de um coordenador de núcleo e 6 bolsistas. Para cada dez núcleos, o convênio prevê a figura de um coordenador-geral.

19 De acordo com Figueiredo (2009, p. 36): O espaço e/ou equipamento pode ser público ou privado. Como exemplos no âmbito público, existem as praças; os parques; as quadras poliesportivas; os ginásios; os campos de várzea; o teatro comunitário/municipal; as escolas; as praias; os skates parques; as ruas; entre outros. E como exemplos na esfera privada têm-se os salões comunitários; as igrejas; os clubes sociais; as associações de moradores; os sindicatos; entre outros.

20 As atividades sistemáticas compreendem oficinas culturais e ocorrem com uma frequência de duas a três vezes por semana em espaço e/ou equipamento de lazer inserido na comunidade. Já as atividades assistemáticas, normalmente desenvolvidas por meio de eventos, acontecem de acordo com a culminância das ações de um determinado núcleo (FIGUEIREDO, 2009).

Inicialmente, a implementação, a reforma e a modernização dos espaços e equipamentos do PELC buscavam promover o acesso ao modelo conceitual arquitetônico de equipamento esportivo afinado com a lógica de funcionamento dos Núcleos. Contudo, atualmente, essa ação do PELC pode estar se configurando em um exemplo de transfiguração de políticas e projetos sociais em práticas patrimonialistas e clientelistas.

Ao fazermos um estudo de acompanhamento dos recursos investidos no PELC, essa pesquisa apontará para um grande crescimento do montante financeiro empregado nesse programa. Contraditoriamente, essa “pseudovalorização” do PELC não é acompanhada por uma valorização desse programa entre as prioridades ministeriais.

Na prática, verificamos que o grande aporte financeiro aplicado a esse programa é consequência de um significativo número de emendas parlamentares, destinando recursos à construção e manutenção de equipamentos e espaços comunitários de esporte e lazer. Todavia, os recursos são comumente endereçados a regiões de atuação política do parlamentar responsável pela emenda, o que sinaliza uma preocupação política e, por vezes partidária, de garantia de manutenção do eleitorado. Essa distorção tem consequências de ordem orçamentária e política, impactando diretamente o financiamento do PELC e o funcionamento de seus núcleos.

Cabe, portanto, à equipe técnica da SNDEL, responsável pelo programa, garantir mecanismos de aplicação orçamentária idôneos e democráticos que vão ao encontro das diretrizes e objetivos do PELC, reforçando a preocupação inclusiva presente nos documentos oficiais do programa. Parte dessa tarefa deve ser compartilhada com o grupo gestor²¹ responsável pela execução do PELC na comunidade.

21 O grupo gestor é composto de: (a) o coordenador-geral do projeto; (b) representante da entidade conveniada; (c) representante da(s) entidade(s) parceira(s); representante da instância de controle social; (d) representante dos coordenadores de núcleos; (e) representante da comunidade atendida. (BRASIL, 2008: s/p). E possuem as seguintes atribuições: “acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do convênio; efetivar a avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas; realizar reuniões regulares” (BRASIL, 2008, s/p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo caracterizou-se por uma descrição ampla do contexto das políticas públicas no Brasil, apresentando os limites historicamente existentes e ainda presentes nas políticas voltadas para o esporte e lazer, bem como os avanços detectados nas ações empreendidas pelo atual governo. Nesse sentido, adotamos como objeto de análise o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que é o foco de debate desta obra.

Ao abordar essas descrições e problematizações, percebemos que a condução das políticas públicas no Brasil, principalmente aquelas de atendimento às necessidades sociais dos cidadãos, é tradicionalmente marcada por um viés filantrópico e assistencialista. As políticas sociais, em virtude de sua peculiaridade de estabelecer o contato direto dos órgãos do Estado com o cidadão-eleitor, são particularmente vulneráveis à apropriação pelo assistencialismo, que passa a ser sua principal característica no percurso histórico da política nacional.

Faz-se, entretanto, necessário o reconhecimento dos significativos avanços do governo Lula no campo das políticas de combate à pobreza. Nesse sentido, analisando de uma perspectiva ampla, considerando a gestão do aspecto social desde a redemocratização, o governo Lula ocupa papel destacado na formação de uma agenda social para o Estado brasileiro. Apesar dos avanços existentes nos últimos governos, reconhecemos que no Brasil o processo de reestruturação da agenda rumo a uma atuação verdadeiramente democrática e popular do Estado e a consequente garantia dos direitos sociais tem sido lento e tortuoso.

A preocupação com o atendimento às demandas sociais, por meio das ações estatais a partir de 2003, teve repercussões no campo do esporte e lazer. Podemos observar uma notória modificação do discurso governamental para esses setores com a chegada à presidência da República de um governo do campo democrático-popular. Alguns pesquisadores indicam como uma primeira sinalização dessa alteração no trato com o esporte e lazer a criação do Ministério do Esporte.

As políticas públicas, assim como os programas e projetos sociais, de esporte e lazer, historicamente, pautaram-se por uma perspectiva assistencialista, somada a um discurso salvacionista e a uma

ação focalista, comumente atreladas aos interesses dos campos conservadores da política nacional. No entanto, com o advento de um governo voltado para o atendimento das necessidades do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados, originou-se uma compreensão de que o esporte e lazer precisariam ser entendidos como direitos sociais, com acesso garantido à população.

Dentro dessa perspectiva, identificamos como uma das iniciativas que materializaram esse novo olhar governamental para o esporte e lazer a implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). A despeito de sua criação aligeirada, averiguamos que o programa pretendia garantir uma visão universalizante e diversificada para as políticas públicas esportivas e de lazer, aspectos que, *a priori*, o diferenciavam dos demais programas e projetos sociais elaborados para o setor.

Observamos um esforço para que o PELC se consubstanciasse em uma possível ruptura com o *status quo* das políticas públicas e/ou sociais de esporte, em busca de novos sentidos e abordagens do esporte recreativo, traduzidos na compreensão desse fenômeno como patrimônio cultural da humanidade e na concepção de ser dever do Estado a garantia de acesso ao esporte e lazer, ideia reforçada pelo princípio da Inclusão.

Concomitantemente, concluímos que a maior parte do vanguardismo presente no PELC está condensada em seu modelo conceitual adotado. Segundo Castellani Filho (2007), o sentido inovador presente no desenho conceitual do PELC era consequência das experiências administrativas de governos populares e democráticos, bem como o resultado de intensos diálogos estabelecidos entre gestores, acadêmicos, movimentos sociais e instâncias partidárias.

Em virtude, porém, da dialética e complexa dinâmica com a qual as políticas públicas e/ou sociais se desenvolvem, o avanço presente na gênese e no desenho conceitual do PELC foi, posteriormente, confrontado com limites inerentes ao campo político e profissional da Educação Física, do Esporte e Lazer. Dentre as barreiras identificadas pelo nosso estudo, destaca-se uma enorme dificuldade do poder público perceber outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial, bem como a espantosa limitação em superar o modelo piramidal ligado ao

esporte, que estabelece como coroaamento esportivo a obtenção de resultados internacionais (estaduais e municipais) expressivos.

Outro significativo obstáculo ao desenvolvimento do programa diz são os conflitos ao interpretar a qualificação profissional do agente comunitário. Notamos que as discussões do campo de atuação na esfera do lazer são marcadas por disputas, por vezes, corporativistas, que sustentam a crítica aos trabalhadores do lazer (agentes sociais e comunitários) pela falta de uma formação inicial em Educação Física, sendo, assim, considerados *leigos*. Contudo, essa justificativa desconsidera as barreiras sociais e econômicas que dificultam o acesso ao ensino superior no País, além do fato de que a exclusão desses atores do Sistema Nacional pode se configurar em um relevante entrave ao desenvolvimento e/ou fortalecimento de programas voltados para políticas sociais como, no caso, o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Ressaltamos a preocupação de que o PELC pudesse vir a se configurar em um arquétipo de transfiguração das políticas e projetos sociais em práticas patrimonialistas e clientelistas. Essa inquietação emana do relevante montante financeiro que vem sendo aplicado a esse programa em consequência de um significativo número de emendas parlamentares, principalmente destinadas à construção e manutenção de equipamentos e espaços comunitários de esporte e lazer. Essa prática pode se traduzir em um propósito apenas político e, por vezes partidário, de garantia de manutenção do eleitorado, consubstanciando-se numa política do “toma lá da cá”.

Concluimos, portanto, que o PELC é permeado por um processo dialético de avanços e estagnações, fruto do histórico processo de assistencialismo e clientelização da política social esportiva e de lazer no Brasil. O PELC apresenta sinais de rompimento com esse legado, desde o seu desenho conceitual e sua harmonização com os princípios, diretrizes e objetivos do programa. Todavia, faz-se necessário verificar até que ponto o avanço identificado na conceituação do programa espraia-se para as atividades desenvolvidas nos núcleos de atendimento, bem como na compreensão dos atores sociais envolvidos na sua implementação e desenvolvimento.

Nesse sentido, finalizamos este capítulo apontando para a premente necessidade de pesquisas futuras que venham a se dedicar

mais enfaticamente aos avanços e limites presentes na relação entre o modelo conceitual elaborado e a prática social adotada pelos núcleos do PELC. Compreendemos que uma parcela de contribuição para suscitar esse debate será dada a partir dos próximos capítulos deste livro. Ao mesmo tempo, cientes de que o PELC é um programa em vigência, portanto apanhado por constantes mudanças e reorganizações, reconhecemos os limites das conclusões elencadas neste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **A política social no governo Lula**. *Novos Estudos*, n. 70, 2004.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone de. **Programa segundo tempo: conceitos, gestão e efeitos**. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998. 199 p.
- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Manual de implementação do programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: ME, 2008.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CASTELLANI FILHO, Lino. (org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007. 138p.
- CASTELLANI FILHO, Lino et. al. O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência & tecnologia no âmbito da Política Nacional do Esporte no 1º Governo Lula – 2003/2006. In: HÚNGARO, Edson Marcelo & DE SOUSA, Wilson Lino (orgs.). **Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas**. Santo André: Alpharrabio, 2008.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Ri de Janeiro: Rocco, 1997.
- DRUCK, Graça e FILGUEIRAS, Luiz. **Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula**. *Revista Katál*, v. 10, n. 1, 2007.

EWERTON, Andrea Nascimento e ISAYAMA, Hélder. **Análise da formação profissional no programa esporte e lazer da cidade (PELC): o olhar dos agentes sociais.** Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Bahia: Salvador, 2009.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **Política e formação: o programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno.** 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IPEA. **Boletim Políticas Sociais.** Brasília: IPEA, 2007.

LOBATO, Lenaura. **Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas.** In: SARAVIA, E. e FERRAREZI, E. **Políticas públicas – Volume I,** Brasília : ENAP, 2006.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer: Formação e Atuação Profissional.** Campinas: Papirus, 2005.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude.** 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer.** 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PAIVA, Beatriz Augusto de e MATTEI, Lauro. **Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI.** *Revista Textos & Contextos.* Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2009.

REIS, Elisa P. **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 15, n. 42, 2000.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública.** In: SARAVIA, E. e FERRAREZI, E. **Políticas públicas – Volume I,** Brasília : ENAP, 2006.

SOARES, F. V., SOARES, S., MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R. **Cash transfer programmes in Brazil: Impacts on inequality and poverty.** Working Paper, 21, 2006.

SPOSATI, Aldaísa. **A vida urbana e a gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 1988.

SUASSUNA, Dulce Maria Filgueira de Almeida. **O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais.** Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Bahia: Salvador, 2009.

TATAGIBA, Luciana. "Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil". In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. "Conselhos de políticas públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa?" In: CARVALHO, Maria do Carmo e TEIXEIRA, Ana Claudia. **Conselhos gestores de políticas públicas**. São Paulo: Pólis, 2000, p. 103.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2006.

CAPÍTULO II

O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE E A SOCIEDADE CIVIL NO DISTRITO FEDERAL

Edson Marcelo Húngaro

Juarez Oliveira Sampaio

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo

Roberto Lião Junior

Depois da vitória eleitoral, em 2003, ascendeu ao governo uma coalizão encabeçada por Luiz Inácio “Lula” da Silva – sobre a qual muita esperança foi depositada. Os segmentos subalternizados da população brasileira ansiavam que a direção desse novo governo apontasse na perspectiva da superação do quadro de desigualdade econômica que, então, assolava o País.

Nesse sentido, a expectativa era de que a política econômica e a política social se voltassem para garantia e ampliação dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que se conteria o avanço do capital financeiro.

No campo do esporte e lazer, especificamente, almejava-se o rompimento do alinhamento estatal com os setores conservadores e privatistas, alçando essas manifestações culturais humanas à condição de direitos sociais e as consolidando.

Em suas primeiras ações, o governo Lula apontou para o atendimento dessas expectativas, ao criar o Ministério do Esporte e, dentro dele, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL). Nessa Secretaria se materializou uma ação que reforçava ainda mais a expectativa de que os anseios dos setores progressistas do campo do esporte e do lazer seriam atendidos: a elaboração e implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Esse programa, fundado no acúmulo teórico de caráter crítico dos investigadores ligados às temáticas do esporte e lazer e nas experiências

concretas de administrações democráticas e populares, compreendia os fenômenos aludidos como direitos sociais a serem atendidos e universalizados. Nessa empreitada, as unidades da federação seriam os aliados fundamentais para o atendimento desses direitos sociais.

Na ausência do interesse dos governos estaduais e municipais na implementação de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade, a relação institucional por meio de convênio “terceiro setor” poderia ser estabelecida com instituições representativas da sociedade civil, desde que estas fossem sem fins lucrativos.

No Distrito Federal, pela oposição política ao Governo Federal, a materialização dos programas federais – para implementar os núcleos do programa em questão – foi inviabilizada na relação entre os entes federativos. Nessas circunstâncias, os militantes progressistas do campo do esporte e lazer que residiam no Distrito Federal tiveram que buscar saídas para que a população pudesse ter acesso a essa política do Governo Federal. A solução política foi a criação de um consórcio de entidades da sociedade civil, com tradição de lutas sociais, vinculadas ao esporte e lazer.

Como se sabe, a constituição de Organizações Não Governamentais (ONGs) está associada ao avanço das políticas neoliberais. Nessa inspiração, o atendimento dos direitos sociais, em geral, deixa de ser uma responsabilidade do *Estado* e passa a ser uma ação de solidariedade protagonizada pela *Sociedade Civil*.

Por essa lógica, ainda o *Estado* é portador de todos os defeitos (corrupto, moroso, burocratizado etc.) e a *Sociedade Civil* de todas as virtudes (é expressão de organização popular, de democratização, de controle social, etc.).

Compreendendo em que bases se sustentam as defesas das Organizações Não Governamentais e em uma circunstância de ausência do protagonismo estatal – no caso do Distrito Federal –, os setores progressistas do campo do esporte e lazer tiveram que elaborar uma ação aparentemente paradoxal: lutar pela garantia do esporte e lazer como direito social – com a implementação de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade –, articulando a criação de um Consórcio de Entidades dentro dessa perspectiva.

A presente exposição relata, à luz da reflexão teórica inspirada em Marx, essa experiência de luta pelo esporte e lazer como direitos sociais – na implementação do Programa Esporte e Lazer da

Cidade – nas condições singulares do Distrito Federal, apontando seus avanços e retrocessos, suas tensões e contradições. Para isso, o percurso expositivo será o seguinte:

1. Inicialmente, faremos uma sumária recuperação do entendimento da relação entre Estado e Sociedade Civil no processo de construção da ordem burguesa e da percepção da antinomia “estado de natureza” e “estado civil”;
2. Em seguida, demonstraremos – focando o embate de Marx com Hegel (a expressão mais apurada do pensamento político burguês), os avanços trazidos pela elaboração marxiana para compreender a relação entre *Estado e Sociedade Civil*, e o refinamento dessa compreensão consignado por certa tradição marxista – as contribuições de Gramsci, Poulantzas e Vacca;
3. Uma vez recuperado esse percurso, adentraremos na compreensão contemporânea da relação entre *Estado e Sociedade Civil* (resultado do avanço do neoliberalismo) na qual se funda a defesa do Terceiro Setor (que reúne OSCIPs, ONGs, entidades filantrópicas, etc.);
4. Caracterizado o debate teórico do que “lança luzes” para o entendimento das modernas organizações da sociedade civil, passaremos à caracterização da geopolítica do Distrito Federal, suas regiões e o entorno para, em seguida, discutir as particularidades dos núcleos de esporte e lazer (situação geográfica, cultura local, comunidade atendida, características dos agentes sociais). Para isso, nos valem os dados coletados por pesquisadores da Rede Cedés¹/UnB e os resultados por eles sistematizados no período compreendido de 2007 a 2008;

1 A Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer) é uma ação do Ministério do Esporte, por meio da SNDEL (Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer) que tem por finalidade: (a) fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico-tecnológico voltadas para a gestão de políticas sociais de esporte e de lazer; (b) estimular estudos e projetos de avaliação do esporte recreativo e do lazer, visando à formulação e gestão de políticas públicas, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação dessas atividades, bem como ao estabelecimento de indicadores de desempenho em todo o País; (c) qualificar gestores e agentes sociais de esporte e de lazer responsáveis pela oferta dos serviços de esporte e lazer à população; (d) celebrar convênios com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnico-científico-cultural e financeira.

5. Por último, em nossas considerações finais, apontaremos os limites e os avanços, bem como as tensões e contradições dessa experiência, do ponto de vista da emancipação humana.

O SOLO GENÉTICO EM QUE EMERGE A PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL

Entre os séculos XVI e XVIII, deu-se o processo de erosão da ordem feudal. Nesse contexto, desenvolveram-se novas formas de relações econômicas – motivadas pelo ressurgimento do comércio (desde o século XI) –, nas quais a circulação simples de mercadorias permitiu o acúmulo de dinheiro (riqueza mobiliária) que gerou uma classe social com interesses antagônicos aos dos proprietários de terra (riqueza imobiliária).

Essa nascente classe social – a burguesia –, para o atendimento de seus interesses imediatos, fortaleceu, provendo com metais e exércitos, alguns senhores feudais, para que esses exercessem domínio sobre outros e constituíssem um Estado Nacional – formação geopolítica que atendia aos seus interesses de acumulação.

Essa operação, em âmbito cultural, trouxe, historicamente, algumas consequências do ponto de vista da sociabilidade: a) a des-sacralização do mundo; b) a passagem do teocentrismo ao antropocentrismo; e c) o surgimento do indivíduo social com interesses e particularidades (a fratura entre o público e o privado).

Representando os interesses universais da época, a burguesia empreendeu um processo revolucionário que, num longo período cronológico, a colocou como o principal protagonista político, pois, ao final desse processo, consolidou uma nova maneira de produzir, estabeleceu sua hegemonia cultural e protagonizou o exercício do poder. Vários pensadores (Hobbes, Montesquieu, Locke e Rousseau, entre outros) se detiveram a examinar a ordem emergente e, em síntese, identificaram, pelo menos, duas antinomias.

A primeira delas foi a antinomia entre “estado de natureza” e “estado civil”. Até o feudalismo, a natureza humana era elucidada pela “razão religiosa” e os humanos – criados à imagem e semelhança de

seu criador – experimentavam uma vida comunitária. Não se percebiam como portadores de interesses contraditórios aos interesses da comunidade a que pertenciam. Ora, o processo revolucionário burguês fez ruir essa sensibilidade existencial, já que afirmou a existência de uma natureza humana – dessacralizada – à qual estavam ligados “direitos naturais”. Os homens passam a se perceber como indivíduos sociais, portadores de interesses particulares, muitas vezes antagônicos aos de outros indivíduos sociais, com os quais constituiriam a sociedade (“estado civil”). É a antinomia entre **Estado de Natureza e Estado Civil**.

Para a mediação dessa antinomia se fazia necessário um “contrato social”. Esse “contrato” é o fundamento da segunda antinomia percebida – que se daria em decorrência da primeira – em torno da questão: como gerir esse contrato?

Haveria a necessidade de um ente público ao qual estaria delegada a autoridade – pelo “contrato” – para o uso da violência legitimada: o Estado. Caberia a ele, então, gerir aquilo que lhe é exterior e representativo dos interesses privados – a Sociedade Civil. É a segunda antinomia identificada: **Estado e Sociedade Civil**. O Estado é entendido como o aparato público, cuja característica é a universalização, e a Sociedade Civil, entendida como reino do domínio privado (da família e dos indivíduos que a constituem).

Essas duas antinomias serão tratadas de maneira distinta por vários pensadores da teoria política moderna – de Maquiavel a Hegel –, mas um desses pensadores é importante para se entender a trajetória de Marx (e do debate marxista) em torno da relação entre Estado e Sociedade Civil: Hegel.

O ENFRENTAMENTO DE MARX COM HEGEL: A SUPERAÇÃO DA ANTINOMIA ESTADO/SOCIEDADE CIVIL

Para o entendimento desse embate, é preciso recuperar um acontecimento absolutamente relevante que marcou a trajetória intelectual de Marx.

O autor de *O Capital*, em sua juventude, pretendia se tornar professor da universidade e sua trajetória de aproximação com os jo-

vens hegelianos o conduzia à concretização dessa aspiração. Ascende, porém, ao trono alemão Frederico Guilherme IV e este, ao contrário do que se esperava, toma algumas medidas conservadoras. Entre essas medidas, duas são extremamente relevantes: a “limpeza” da influência de Hegel na Universidade de Berlim e a “traição” à aliança que havia constituído com a burguesia alemã.

Fracassado o seu projeto de se tornar professor universitário – pelas suas filiações com Hegel –, Marx ingressa no jornalismo. Consegue um emprego na *Gazeta Renana*² e, rapidamente, torna-se redator-chefe. Uma vez no jornal, Marx passa a criticar Frederico Guilherme IV, e este, por sua vez, cria problemas para o jornal³.

Em 1842, Frederico Guilherme impõe um Decreto Imperial que torna ilegal a coleta de lenha – um direito consuetudinário dos desvalidos –, ou seja, criminalmente imputável. Há um forte movimento de resistência a essa medida e Marx é enviado à região, pela *Gazeta Renana*, para investigar e noticiar o acontecimento.

Marx escreve um artigo defendendo os coletores de lenha, mas percebe que sua defesa carece de fundamentação: sua formação em filosofia não lhe deu condições teóricas para uma correta interpretação dos acontecimentos. Sua defesa dos coletores de lenha se deveu muito mais a princípios ético-humanistas do que a um correto entendimento das determinações do acontecimento.

Com os ataques ao monarca, a débil burguesia alemã, financiadora do jornal, conseguiu o que pretendia: um acordo que lhes beneficiou. Assim, corta as verbas que sustentavam o periódico.

Da experiência no jornal, Marx incorpora um duplo aprendizado: nota que a formação de filósofo era insuficiente para lidar com a história “a quente” – própria da atividade jornalística; e percebe a debilidade da burguesia alemã e os conflitos de classes.

Em virtude de sua demissão e da percepção de suas insuficiências, resolve pelo autoexílio, em Paris, a fim de estudar. Concorreram, também, para essa decisão outras duas razões: um convite de Ruge

2 Jornal financiado pela descontente e frágil burguesia alemã da época.

3 Há uma coletânea que traz dois interessantes artigos escritos por Marx sobre os problemas enfrentados com o Monarca: MARX, K. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

para juntos editarem uma revista de refugiados alemães na França, os Anais Franco-Alemães; e o fato de o convite ser para Paris, à época (no pós-1830), um microcosmo do mundo.

Antes de seguir para Paris, casou-se, em 1843, e passou algumas semanas em Kreuznach e lá se deteve a estudar aquilo que os últimos acontecimentos o motivaram a compreender: a história da Revolução Francesa – marco político da ascensão burguesa; a teoria política moderna (de Maquiavel a Rousseau); e, preocupado com a realidade alemã, confrontou-se com um texto clássico de Hegel: a *Filosofia do Direito* (1821). Sobre este último tema de estudo, Frederico (1995) assim reportou:

[...] Marx considerava a *Filosofia do Direito* de Hegel como a mais refinada expressão teórica do Estado moderno e, portanto, para o jovem publicista, criticar a obra equivalia a criticar a própria realidade que lhe servia de referência. Como Marx, contrariamente a Hegel, desconhecia ainda a economia política, estava desarmado para uma refutação profunda das análises do seu adversário (FREDERICO, 1995, p.52)

O tema central da obra é a relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Para Hegel, a Sociedade Civil é o “reino da miséria física e moral”. A única possibilidade de ela vir a se tornar um espaço racionalmente organizado, segundo Hegel, é pela intervenção do Estado (entendido como princípio racional organizador da Sociedade Civil). Para o filósofo alemão, o Estado funda e organiza racionalmente a Sociedade Civil.

Em 1843, Marx enfrentava essa obra hegeliana e fazia a ela inúmeras críticas. Suas críticas, sob a influência de Feuerbach⁴, consta-

4 E tal influência se referia a polêmica de Feuerbach com Hegel que, sucintamente, poderíamos assim representar: Hegel, na Fenomenologia do Espírito, afirmava que o dado primário era o espírito. Este entre em contradição consigo próprio e dilacera-se. Nesse processo de auto-dilaceramento, o Espírito se aliena e põe o mundo (sai de si mesmo). Confrontando-se com o mundo, Espírito e mundo se modificam, alteram-se, negam-se originariamente, reconciliam-se e instauram uma nova realidade – o “Espírito-Mundo”. Tem-se, aqui, a famosa tríade da dialética hegeliana: afirmação, negação e negação da negação. Ludwíg Feuerbach, em 1841, escreveu uma obra intitulada “A Essência do Cristianismo”, na qual, polemizando com essa interpretação de Hegel, desenvolve uma concepção de alienação distinta da do velho filósofo. Segundo Feuerbach, não foi Deus quem criou os homens (o mundo) e sim os homens, que desconhecendo suas reais potencialidades, alienaram-se numa figura ideal que é Deus (ou os deuses). Para ele, portanto, Hegel opera uma mistificação colocando o que é predicado como sujeito e o que sujeito como predicado.

tavam que, na *Filosofia do Direito*, Hegel empreendia com o Estado a mesma mistificação operada na *Fenomenologia do Espírito*, que já havia sido notada por Feuerbach: na compreensão da relação entre o Estado e a Sociedade Civil, Hegel invertia “predicado e sujeito”.

Marx, seguindo o “espírito” da crítica de Feuerbach à *Fenomenologia do Espírito*:

[...] elege como objeto a ser desmistificado não um produto da consciência, mas um ser material: o Estado, que sempre se faz acompanhar de uma pesada burocracia e de um truculento e ameaçador aparelho repressivo. A crítica da política lançou-o num território destoante do onirismo que circunscrevia a inflexão feuerbachiana. A quimera da religião, responsável pelo exílio da essência humana no além, cede agora lugar ao Estado político, entendido como uma projeção ilusória de um ser material (p. 56)

Apesar da inspiração, Marx não deixa de notar as limitações de Feuerbach. Para ele, a compreensão feuerbachiana de Estado é muito frágil e representa, até certo ponto, um retrocesso se comparada à *Filosofia do Direito*. Em uma carta à Ruge, Marx expressa essa sua reserva. Paulo Netto (2004) nos esclarece a respeito dessa questão:

Mais flagrante ainda é a separação que se verifica entre Marx e a sua ‘fonte’ unanimemente mais citada, Feuerbach. Mencionei que a leitura das *Teses provisórias...* provocou em Marx uma reação muito positiva, expressa em carta à Ruge (13/3/1843). Entretanto, nessa missiva, ele escreve também: “Os aforismas de Feuerbach apenas não me persuadem (...) enquanto pouco referidos à política”. A reserva não é um detalhe – e adquire seu peso real se voltamos os olhos para as escassas atenções que Feuerbach dedica ao Estado nas *Teses provisórias...* Nelas, o Estado aparece como a ‘explícita, desenvolvida e realizada totalidade do ser humano’, com o soberano visto como o ‘representante do homem universal’, já que ‘deve representar indistintamente todas as classes’ que, em face dele, ‘são todas igualmente necessárias e possuem todas os mesmos direitos’ (Feuerbach, p. 67). Estas colocações mostram realmente um retrocesso em comparação com a *Filosofia do Direito*; no plano político, Feuerbach continuava (como Marx haveria de esclarecer posteriormente) encarcerado em concepções que

expressavam os limites do seu materialismo. Se se diz, portanto, que a *Crítica* [e a referência, aqui, é aos Manuscritos de Kreuznach] incorpora muito das temáticas e idéias feuerbachianas, para que a afirmação não redunde em equívoco, é necessário dar realce, ao mesmo tempo, ao fato verificável de que, no plano político, ela é também uma *polêmica* contra Feuerbach (p. 27).

Apesar da crítica a Hegel, Marx guarda, também, concordâncias com o filósofo alemão, entre elas, a compreensão de que a Sociedade Civil é o reino do privatismo, dos interesses particulares, da “miséria física e moral”. Porém, diferentemente do que afirmava o velho filósofo, é ela que funda o Estado! A compreensão da Sociedade Civil é que permite a compreensão do Estado, já que este nada mais é do que a sua expressão político-jurídica. Tem-se, portanto, uma importante conclusão: se o Estado é expressão da Sociedade Civil que o funda, ele não representa em absoluto a universalidade. Não é, assim, o princípio que racionaliza o “reino da miséria física e moral”.

Os resultados desse estudo estão num caderno de anotações (que Marx não pretendia publicar) chamado *Manuscritos de 1843* ou *Manuscritos de Kreuznach* e foram publicados, em 1927, sob o título de *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*⁵. Sobre a avaliação dessa obra, Frederico (1995) assim escreveu:

Contra a *Filosofia do Direito* de Hegel, que lhe parecia uma armação lógica mistificadora da vida social, Marx levantou-se com a impetuosidade de um jovem polemista recém-saído de uma experiência jornalística de luta contra o Estado prussiano. Os *Manuscritos de Kreuznach* formam um momento único na história da filosofia, momento em que um pensador ainda imaturo enfrentou, num combate decisivo, a obra de um filósofo consagrado, no seu momento de mais extremado conservadorismo (1995, p. 52).

Desses estudos, houve dois importantes ensinamentos: o primeiro é o de que, para entender o Estado, faz-se necessária a com-

5 Essa obra, hoje em dia, já se encontra disponível para o leitor brasileiro sob a seguinte designação: MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

preensão da Sociedade Civil; e o segundo diz respeito à compreensão dos limites de uma abordagem filosófica, ou político-jurídica, para entender o Estado. Esses são os pontos revolucionários dessa crítica a Hegel. Eles apontam para uma reflexão histórico-sistemática. Marx, ao empreender a crítica à política – levando-a além das fronteiras político-jurídicas – inicia uma crítica à sociedade. *Sinaliza um trânsito da crítica política à crítica da sociedade*, embora esta última não seja, ainda, levada às últimas consequências. Esse trânsito foi assim avaliado por Paulo Netto (2004):

A visibilidade deste emergente processo teórico-metodológico é indiscutível se nos ativermos ao principal núcleo problemático que Marx enfrenta, a relação Estado/sociedade civil. A *Crítica* não só ‘inverte’ a explicação genética proposta por Hegel, demonstrando os artifícios lógicos que sustentam a construção mistificada/mistificadora da *Filosofia do Direito*. A ‘inversão’ vai necessariamente acompanhada de uma nova compreensão daquela relação, que se apreende como não *orgânica* e sim *dialética*, com o Estado posto não mais como mediação universal dos interesses privados e gerais e sim como instância alienada da representação (também alienada) da contraposição privado/público – a autonomia que a *Filosofia do Direito* confere ao Estado, à ‘esfera pública’ como tal, é dissolvida pela remissão à vida social. E não só no eixo temático Estado/sociedade civil o mencionado processo é verificável: também o é, decorrentemente, na crítica à teoria hegeliana da representação, na funcionalidade da constituição, na concepção de soberania e, marcantemente, na detecção das relações entre propriedade, trabalho e cidadania. Em todos esses passos, como na concepção de democracia que toda a *Crítica* exsuda, o político remete ao social (p. 29-30)

Temos, portanto, já na *Crítica* de 1843, o “primeiro passo” de Marx rumo à teoria social. Nela já está manifesta sua preocupação fundamental: a compreensão das relações sociais constitutivas do Estado. Sobre isso, conclui Paulo Netto (2004, p.30):

A originalidade do manuscrito de 1843, nessa linha interpretativa, reside no giro que ele documenta: Marx transcende os limites da crítica anti-hegeliana ao encaminhar a sua resolução para fora do

político, ao impeli-la para o domínio do social. A crítica do Estado – e da sua representação filosófica abstrata – é hipotecada à crítica da sociedade civil (burguesa). Marx está encontrando, aqui, a ponta daquele ‘fio condutor’ a que permanecerá aferrado até seus últimos dias.

Embora as trajetórias de seus estudos o tenham conduzido a empreender esforços a fim de desvendar a “anatomia” da Sociedade Civil, duas de suas descobertas, desse período, permaneceram: a compreensão da unidade constitutiva entre o Estado e a Sociedade Civil; e a percepção de que a Sociedade Civil burguesa é, de fato, como apontava Hegel, “o reino da miséria física e moral”.

Nesse contexto, Marx identifica o Estado como um mecanismo de dominação e é expressão da Sociedade Civil burguesa (o “reino da miséria física e moral”). Por isso, a superação da sociedade burguesa incluía, necessariamente, a supressão do Estado, por meio de uma **ação revolucionária (insurrecional)**.

A este entendimento sobre o Estado – como instrumento de dominação – alguns estudiosos denominaram de compreensão restrita do Estado (Estado restrito). Vale lembrar que os direitos políticos não haviam sido universalizados e, assim, a participação das classes subalternas no Estado inexistia. Havia, portanto, correção na célebre formulação de Marx e Engels, consignada no Manifesto Comunista (1848), de que *o executivo do Estado era o comitê para gerir os negócios (interesses) da burguesia*. Afirmar que o Estado era restrito aos interesses da burguesia, nessas circunstâncias, era expressão de um juízo verdadeiro.

A AMPLIAÇÃO DA COMPREENSÃO DO ESTADO NA TRADIÇÃO MARXISTA: A CONTRIBUIÇÃO DE GRAMSCI

Na própria tradição marxista, como já mencionamos, operou-se um refinamento da compreensão do Estado. Em virtude das importantes conquistas políticas do movimento operário, as possibilidades de

participação ampliaram-se e, com elas, outras estratégias revolucionárias se consubstanciaram.

Nesse sentido, as elaborações de Antônio Gramsci, nos anos 30 (do século XX), recuperam e dialeticamente ampliam a concepção “restrita” de Estado. Para esse pensador, assim como para Marx, o Estado apresenta um caráter de classe e caracteriza-se pela coerção. A diferença entre a concepção de Estado de ambos está em como entendem a Sociedade Civil.

Para Marx, a Sociedade Civil fazia parte da infraestrutura, ou seja, caracterizava-se como o conjunto de relações econômicas capitalistas. Já para Gramsci, fazia parte da superestrutura, que também era composta de uma “sociedade política”. Nessa divisão da superestrutura, a Sociedade Civil seria constituída pelas diversas instituições que não só representariam os interesses de distintos grupos sociais, mas também criariam e/ou divulgariam os valores e as ideologias desses grupos. Dessa forma, fariam parte da Sociedade Civil, por exemplo, as igrejas, as escolas, os partidos políticos, os meios de comunicação.

Já a Sociedade Política seria formada por todos os aparelhos pelos quais a classe dominante deteria ou exerceria o monopólio da violência. Assim, fariam parte da Sociedade Política, por exemplo, as forças armadas e a polícia.

Em síntese, para Gramsci, o Estado seria “Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia escudada pela coerção” (GRAMSCI apud COUTINHO, 1994, p. 54).

Embora tanto a Sociedade Civil quanto a Sociedade Política fossem partes constitutivas do mesmo Estado, Gramsci tratou cada uma delas como instâncias com relativa autonomia quando se referiu à “(...) *função* que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das *relações de poder*”. (COUTINHO, 1994, p. 54). Enquanto a função da Sociedade Civil seria o exercício da hegemonia, angariando adeptos pelo consenso, a função da Sociedade Política seria a do exercício do poder pela coerção, ou seja, por meio de uma *ditadura*.

A Sociedade Civil e Sociedade Política também diferem entre si quanto às suas materialidades sociais. Enquanto a primeira “(...) tem seus portadores materiais nos ‘aparelhos coercitivos do Estado’, os

portadores materiais da ‘sociedade civil’ são o que Gramsci chama de ‘aparelhos “privados” de hegemonia” (COUTINHO, 1994, p. 54). Isso significa que dos primeiros os governados não podem escapar, pois são coagidos a agir de determinada forma e reprimidos caso não se submetam; já aos segundos os governados associam-se voluntariamente. No entanto, adverte Coutinho (1994):

[...] deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles [os aparelhos “privados” de hegemonia] têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das *relações de poder* em dada sociedade (p. 55).

Sendo assim, apesar de tratadas separadamente por Gramsci, não há como dissociar Sociedade Civil e Sociedade Política, uma vez que são partes constitutivas de um mesmo Estado (dimensão pública). Em verdade, a Sociedade Política exerce seu poder sempre que a Sociedade Civil não consegue fazê-lo por si só, ou seja, quando os governados não agem consensualmente da maneira esperada pelos governantes, os aparelhos repressivos são postos em prática para garantir “legalmente” a submissão. Também é possível afirmar que enquanto os “aparelhos ‘privados’ de hegemonia” submetem grupos sociais afins ou aliados ao grupo social dominante, os “aparelhos coercitivos do Estado” submetem os grupos sociais adversários ao grupo dominante. É assim, combinando hegemonia e coerção, que determinada classe dominante consegue sua supremacia.

Por fim, Gramsci defende a ideia de que, a depender do grau de predominância de cada um dos aparelhos ou da autonomia relativa dessas esferas estatais, um determinado Estado pode ser mais consensual ou mais coercitivo. Ressalta, ainda, que a predominância de um aparelho sobre o outro “terceiro setor” depende não apenas do grau de socialização da política alcançado pela sociedade, mas também da correlação de forças dos grupos contendores que disputam a supremacia.

Essa compreensão de Estado, que leva em conta o grau de socialização da política, implica um novo entendimento da ação revolucionária:

Em formações sociais onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e autônoma, onde a esfera do ideológico se manteve umbilicalmente ligada e dependente da sociedade política (ou seja, monopolizada por ela) – e, nesse caso, mas só nesse caso, tem sentido falar em ‘aparelhos ideológicos de Estado –, a luta de classe trava-se, predominante ou mesmo exclusivamente, tendo em vista a conquista e conservação do Estado em sentido estrito; é o que ocorre nas sociedades que Gramsci chama de ‘orientais’ e, em particular, foi esse o caso específico da Rússia czarista. Já nas formações sociais de tipo ‘ocidental’, onde se dá uma relação equilibrada entre ‘sociedade política’ e ‘sociedade civil’, a luta de classe tem como terreno prévio e decisivo os aparelhos ‘privados’ de hegemonia, na medida em que essa luta visa à obtenção da direção político-ideológica e do consenso (ou, em outras palavras, à formação do que Gramsci chama também de ‘vontade coletiva nacional-popular’, enquanto expressão de um novo bloco histórico pluriclassista). No primeiro caso, onde o Estado é restrito, o movimento revolucionário se expressa através da ‘guerra de movimento’, ou seja, como choque frontal, como algo explosivo e concentrado no tempo. No segundo caso, quando o Estado já se ampliou, o centro da luta de classe está na ‘guerra de posição’, isto é, numa conquista progressiva (ou processual) de espaços *no seio* e *através* da sociedade civil (COUTINHO, 1994, p. 57-58).

Nessa lógica, nas sociedades do tipo ‘ocidental’, uma classe, para ser dominante, antes deve ser hegemônica, ou seja, é necessário que primeiro domine os “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”, sejam eles ligados às próprias classes subalternas (jornais e revistas de partidos operários, revistas culturais, entre outros), sejam ligados aos aparelhos hegemônicos “tradicionais” (escolas, igrejas, entre outros). O importante é que, para ser bem-sucedida, a classe que se candidata ao poder político seja, antes, hegemônica. Só é possível a “guerra de posição” – a conquista progressiva do poder – nos Estados em que haja a socialização da política.

Já os Estados ditatoriais – muito comuns durante todo o século XX –, em especial aqueles de caráter militar, podem ser denominados “restritos”, pois não há neles a socialização da política e, portanto, nesses casos, a tomada de poder só seria viável por uma “guerra de movimento”.

As contribuições de Gramsci, embora tenham sido fundamentais para o entendimento do Estado e da revolução, não há, em sua obra, a abordagem da “dualidade de poderes” – uma situação de duplo poder em uma determinada sociedade ou época histórica.

Não é de admirar, no espírito gramsciano, que esse tipo de contribuição tenha vindo de um autor de uma típica “sociedade ocidental”, a Itália. Inicialmente, quem tentou conciliar a concepção de “revolução processual” com a “dualidade de poderes” – também processual – foi Giuseppe Vacca, na década de 70. Para ele, era possível e desejável institucionalizar a dualidade de poderes – a legalização de partidos revolucionários e de massas, por exemplo, já seria uma espécie de institucionalização inicial dessa dualidade – a qual pode perdurar por toda uma fase histórica.

Nas formulações de Vacca, há uma clara concordância com a compreensão de que o Estado, principalmente nas sociedades ocidentais, tornou-se um “Estado ampliado”. Observando esse aspecto, Coutinho (1994) asseverou:

Não creio ser necessário insistir no fato de que essa concepção do duplo poder como processo que envolve toda uma época histórica implica uma substancial alteração do conceito ‘restrito’ de Estado: se uma situação de duplo poder pode se manter por longo tempo, isso significa que o Estado não é mais a encarnação direta e imediata dos interesses da classe dominante (não é simplesmente o ‘comitê’ dessa classe ou seu ‘poder de opressão’), mas é *também* o resultado de um equilíbrio dinâmico e mutável entre classes dominantes e classes subalternas, no qual essas últimas conseguem (ou podem conseguir) implantar posições *de poder* no seio dos aparelhos do Estado (p. 63-64).

Outra importante contribuição, na tradição marxista, sobre as relações entre o Estado e a Sociedade Civil foi a de Nicos Poulantzas, no final da década de 1960. Ele concebe o Estado, como o fazia Gramsci, admitindo seu caráter de classe e como o resultado da correlação de forças (Cf. COUTINHO, 1994).

Ao conceber, no entanto, a transição do capitalismo para o socialismo, ou seja, ao conceber a revolução, Poulantzas retoma e

ao mesmo tempo amplia as ideias de Gramsci. Enquanto para este a revolução deveria se processar no âmbito da Sociedade Civil, numa luta pela hegemonia; para aquele a revolução “processual” não deveria se restringir ao âmbito da Sociedade Civil, ampliando-se, também, para a Sociedade Política.

Em síntese, na tradição marxista, Estado e Sociedade Civil estão articulados e têm sua compreensão debitada ao entendimento das relações sociais burguesas assentadas no estatuto jurídico da propriedade privada, que é a base para a existência de classes sociais com interesses antagônicos. Não se compreende o Estado sem um profundo entendimento da sociedade burguesa em sua totalidade.

Como veremos a seguir, essa compreensão é totalmente distinta da que ora se apresenta no debate contemporâneo da política. Fruto da ofensiva neoliberal, Estado e Sociedade Civil aparecem apartados (mais uma vez), mistificando (fetichizando) a compreensão da relação entre ambos.

A “FETICHIZAÇÃO” DA SOCIEDADE CIVIL: O TERCEIRO SETOR

Um dos elementos centrais da contemporânea ofensiva neoliberal no campo da política é a *desresponsabilização* do Estado por um sistema de proteção social e, ao mesmo tempo, a responsabilização da sociedade civil por ações assistencialistas e filantrópicas quanto à questão social.

Apesar de ser uma clara ação conservadora que retira direitos sociais e propicia o “renascimento” da filantropia, a defesa da “sociedade civil organizada” (cuja expressão fenomênica mais festejada é a Organização Não Governamental/ONG) tem sido recebida por alguns setores “progressistas” como um mecanismo de socialização da política e de fortalecimento da Sociedade Civil – agora ao que parece despida das contradições de classe.

Alguns de seus apologistas, por vezes, em uma equivocada apreensão de Gramsci, argumentam que nas ideias do autor italiano estão as bases para a defesa do papel significativo da Sociedade Civil.

De fato, Gramsci protagonizou, junto com Lukács, a importante tarefa de renovar o marxismo e, com isso, recolocar a teoria social de Marx como referência fundamental às lutas emancipatórias. Porém, o empenho teórico de Gramsci – nas circunstâncias históricas da Itália – em revisar as concepções de Estado e Sociedade Civil de Marx não sustenta, absolutamente, a coetânea compreensão de Sociedade Civil. Gramsci não tem qualquer responsabilidade por essa “fetichização” da Sociedade Civil!

A compreensão contemporânea da relação entre Estado e Sociedade Civil conduz à defesa abstrata do fortalecimento das instituições desta última. Assim, ouvimos dizer (inclusive entre os setores “progressistas”) que “devemos fortalecer a sociedade civil” sem qualquer diferenciação entre as diversas instituições que a constituem. Lembremos: entre outras, constituem a Sociedade Civil instituições (entidades), tais como: a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Bradesco e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), indiscutivelmente, representações políticas dos interesses de parte significativa da burguesia. Não nos parece uma ação revolucionária a defesa do fortalecimento dessas instituições/entidades. Interessa-nos, muito mais, o fortalecimento dos sindicatos operários, dos partidos de esquerda e de seus órgãos de comunicação/representação.

A sumária recuperação empreendida nos demonstrou que a sociedade civil burguesa é formada por classes sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis. Nela podemos travar uma luta por hegemonia (“guerra de posição”). Nesse sentido, sob um ponto de vista revolucionário, teríamos é que enfraquecer a Fundação Roberto Marinho ou a FIESP.

Para que possamos nos aproximar mais profundamente dessa contemporânea compreensão da relação entre Estado e Sociedade Civil, observemos a síntese das críticas elaboradas por um de seus mais respeitados estudiosos: Carlos Montaña.

Na contracorrente daqueles que saúdam a sua emergência, Montaño (2002) parte de uma perspectiva crítica e de totalidade, contestando essa nova forma de enfrentamento da questão social.

Para ele, as inúmeras debilidades já começam pelo conceito⁶ de *Terceiro Setor*. Para o autor, esse conceito é ideológico e inadequado ao real, já que a realidade social não se divide em “primeiro”, “segundo” e “terceiro setor”. Na verdade, no lugar desse termo, o fenômeno real deve ser interpretado como ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais, com base em valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua.

Por ser um termo equivocado – e isso não é um acidente teórico –, conduz a pensar as instituições que compõem o “terceiro setor” como sendo as organizações da sociedade civil, portanto leva a uma desarticulação do real: em lugar das organizações do Estado (burocrático e ineficiente) ou do mercado (fundado nos interesses lucrativos), a fim de dar respostas às demandas sociais, essas organizações da sociedade civil assumem o protagonismo.

Isso que pode ser entendido como uma alteração no padrão de resposta à “questão social” – com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e autoresponsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função – é típica do modelo neoliberal ou funcional a ele (Cf. MONTAÑO, 2002: 185).

O autor observa, também, que o termo “terceiro setor” não é “neutro”, mas sim “de procedência norte-americana, contexto em que associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal”. Assim, o termo é formado de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o Mercado (“segundo setor”) e a Sociedade Civil (“terceiro setor”). Esse recorte isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, portanto retira o caráter histórico da realidade social, como se o “político”

6 E, aqui, a utilização do termo conceito é intencional, a fim de distingui-lo de “categoria”.

7 Além da nacionalidade, esse conceito foi originado e disseminado por intelectuais orgânicos do capital. O maior exemplo dessa íntima relação é o fato de ter sido cunhado por John D. Rockefeller III, membro de uma das famílias americanas mais ricas e influentes.

pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, em um conceito reducionista.

O autor destaca, ainda, as quatro principais debilidades teóricas do termo, aqui sintetizadas:

A primeira delas, diz respeito à lógica de que **o terceiro setor teria vindo para resolver um problema de dicotomia entre público e privado.**

O público é identificado com o Estado e o privado com o mercado – concepção de inspiração liberal. O “terceiro setor” seria a resposta às demandas sociais que articularia o Estado em crise e a lógica lucrativa do mercado. Concessão pública de suas atividades ao setor privado “e/ou a suposta superação da igualdade entre o público e o Estado: o “público não estatal”, e seria também o espaço “natural” para essa atividade social (MONTAÑO, p.54)”.

Porém, ao identificar o Estado, mercado e sociedade civil, respectivamente como primeiro, segundo e terceiro setores, alguns autores observam que o “terceiro setor” na realidade “é o primeiro setor”. Claro, se este é identificado com a sociedade civil e se, historicamente, é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado, etc., há a clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas; o “terceiro setor” seria na verdade o “primeiro”.

A segunda debilidade diz respeito à dificuldade de caracterizar **quais as entidades compõem o “terceiro setor”.**

Gravado nos EUA entre os anos 70 para os 80, está diretamente associado a outro conceito: a filantropia⁸. Disso também se origina uma falta de acordo entre os teóricos sobre quais entidades o compõem. Para alguns, apenas incluem-se as organizações for-

8 “O III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, organizado no Rio de Janeiro, em 1996, pelo Gife, e que introduziu no Brasil o conceito de “terceiro setor”, é continuidade do primeiro e segundo Encontros Ibero-Americanos de Filantropia, organizados na Espanha e México respectivamente. Em 1998, na Argentina, foi realizado o IV Encontro onde definiram-se, como organizações do “terceiro setor”, aquelas que são: privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária (cf. Acotto e Mansur, 200: 4 apud Montanno, p. 55)”.

mais; para outros, contam até as atividades informais, individuais; para alguns outros, as fundações empresariais seriam excluídas; em outros casos, os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas, etc., ora são considerados pertencentes, ora são excluídos do conceito (idem, 55).

A terceira debilidade está no fato de que o **“terceiro setor” não é uma “categoria” ontologicamente constatável na realidade, mas uma construção ideal** “que, antes de esclarecer sobre um “setor” da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios (MONTAÑO, p. 57)”.

Segundo seus estudiosos, algumas dessas categorias integrariam o “terceiro setor”:

[...] as Organizações Não Governamentais (ONGs), as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), as Organizações da Sociedade Civil (OSC), as instituições filantrópicas, as associações de moradores ou comunitárias, as associações profissionais ou categoriais, os clubes, as instituições culturais, as instituições religiosas, entre tantos outros exemplos. Dessa forma, o conceito parece reunir tanto o Greenpeace como o Movimento Viva Rio, as Mães da Praça de Maio, como a Fundação Roberto Marinho, como a caridade individual, o movimento pelas Diretas Já, como as atividades “sociais” de um candidato a deputado distrital, estadual ou vereador, entre uma infinidade de casos (idem, p.56).

A quarta debilidade diz respeito às defesas de seu **caráter “não-governamental”, “autogovernado” e “não lucrativo”**.

As Organizações Não Governamentais (ONGs), quando atualmente passam a ser financiadas por entidades, por meio das *parcerias*, ou quando são contratadas pelo Estado para desempenhar, de forma terceirizada, as funções que seriam dele, não parecem ser tão fiéis ao seu caráter “não governamental” e à sua condição de “autogovernada”. Na verdade, o Estado, ao estabelecer “parceria” com determinada ONG e não com outra, ao financiar uma, e não outra, ou ao destinar recursos a um projeto ou programa social, e não a outro, está claramente desenvolvendo uma tarefa seletiva, fundamentado em uma

política governamental e de acordo com ela, o que leva à presença e à permanência de determinadas ONGs e não outras, de alguns projetos e não outros. “Querendo ou não (e sabendo ou não), estão fortemente condicionadas – sua sobrevivência, seus projetos, seus recursos, sua abrangência e até suas prioridades – pela política governamental. Não têm a autonomia que pretendem [ou anunciam] – nem prática, nem ideológica e muito menos financeira – dos governos (MONTAÑO, 57 e 58)”.

Quanto ao caráter de “não-lucratividade” dessas entidades (OSFL/Organizações Sem Fins Lucrativos), declarado por diversas organizações, a realidade objetiva não sustenta essa proposição. “Algumas fundações, braços assistenciais de empresas (fundações Rockefeller, Roberto Marinho, Bill Gates, Xuxa, Mc Donald) não podem esconder seu claro interesse econômico por meio da isenção de impostos, ou da melhora de imagem de seus produtos ou, até, na função propagandística que essas atividades exercem”. Têm, portanto, claro fim lucrativo, ainda que indireto. Por seu turno, para o caso das ONGs, pesquisas mostram como grande parte dos recursos repassados do Estado por meio das “parcerias” não chega aos seus destinatários finais, ficando para custear os gastos operacionais dessas organizações, entre eles, com os “salários” de altos funcionários de muitas dessas organizações⁹ (idem, p.58).

Não bastassem as debilidades conceituais, um conjunto de pressupostos do “terceiro setor” contribuem para a aceitação acrítica da ordem do capital. O que parece importar é a luta por torná-lo “mais humano” e isso acaba por imprimir ao “terceiro setor” um caráter funcional ao projeto neoliberal, instaurando-se, assim, a “cultura do possibilismo”. Já que no projeto do “terceiro setor” não se luta pelo poder estatal e/ou do mercado, pois ele seria inatingível, o que se quer é o poder que está ao alcance do subalterno, do cidadão comum, criado nas associações e organizações comunitárias.

Luta-se, portanto, dentro da (e reforçando a) ordem capitalista que toma como estratégia hegemônica não mais o sentido de di-

9 Aquelas chamadas popularmente de “pilantrópicas”: alguém bem relacionado monta uma ONG e consegue financiamento, a maior parte do qual se destina a seu salário como gerente ou diretor – aí claramente há uma finalidade “lucrativa”.

minuir as resistências operárias mediante a incorporação sistemática de demandas trabalhistas, apontando para um sistema (e um Estado) capaz de gerar “bem-estar social” para todos, mas sim de apostar na desmobilização mediante o fato de aceitar fenômenos supostamente naturais, irreversíveis, inalteráveis. Trata-se, aqui, da naturalização do social, da segmentação e fetichização do real, a fim de torná-lo ininteligível, portanto inalterável. É a ascensão de um “pensamento único”. Aqui, só o “possível” parece ser o horizonte “razoável” (MONTAÑO, op. cit. p. 142).

Acreditando na possibilidade de um pacto real de estabelecimento de um contrato social, de um pacto de classes, na verdade uma aliança harmônica entre “cidadãos” com independência de suas procedências e interesses de classe, os autores do “terceiro setor” conduzem a uma reificação do artifício teórico do “contrato social”. Nas atuais condições, que põem claramente o trabalhador nas piores situações de defesa dos seus interesses e direitos, o dito “novo contrato social” só pode ser um bom negócio para o capital.

Outro ponto fundamental do debate sobre o “terceiro setor” é a aceitação acrítica – como premissa implícita ou explícita, porém inquestionável –, tanto da “sociedade da escassez” como da “crise fiscal” do Estado. Existindo escassez de recursos, o Estado não pode castigar o mercado (particularmente as empresas num contexto de concorrência global) nem a sociedade civil com elevados impostos. Assim, pouca arrecadação, poucos recursos estatais. O resultado: déficit financeiro para sustentar políticas e serviços sociais e assistenciais. Justifica-se, por essa via, a precarização das políticas sociais estatais, sua desconcentração e sua focalização, bem como sua passagem, ora para a “iniciativa privada”¹⁰, ora para o “terceiro setor”.

Considerando esses aspectos, notamos que o “terceiro setor”, mesmo que de forma encoberta e indiretamente, não está à margem da lógica do capital e do lucro privado (e até do poder estatal). Sua funcionalidade ao projeto neoliberal ganha destaque

10 Percebemos que esse deslocamento da “questão social” para a iniciativa privada ocorre apenas nos casos em que se vislumbram a ampliação e reprodução do capital (vide o caso dos fundos de pensão).

no processo que resulta na passagem das políticas estatais (espaço democrático e de luta de classes) para o “terceiro setor” (supostamente supraclassista) e no esvaziamento da dimensão de “conquista” e de “direito” das políticas sociais, encobrendo estas com o “manto sagrado” da concessão e anulando as identidades de classe subsumidas a identidades particulares ou supraclassistas¹¹ (MONTAÑO, 2002, p. 168).

Tendo em vista o exposto, não nos parece que seja esse o caminho para a Emancipação Humana, embora devamos travar nesses espaços a “guerra de posições”. Porém, já nos fica claro que não são as instituições do “terceiro setor” os novos sujeitos revolucionários.

Cabe-nos, agora, proceder à análise sobre a experiência histórica, vivida no Distrito Federal, no campo do esporte e lazer, em que a alternativa de travar uma “guerra de posições” foi empreendida e articulada com instituições/entidades, segundo o senso comum, do *Terceiro Setor* – que carrega todas essas limitações já apontadas.

Em um contexto de ausência do protagonismo estatal no Distrito Federal para o atendimento do direito ao esporte e lazer, organizou-se uma ação consorciada entre entidades identificadas com as lutas populares e articuladas com um projeto político contra-hegemônico. Vejamos como ela se deu e quais foram seus avanços e retrocessos, bem como suas tensões e contradições. Porém, antes de adentrarmos nessas contradições, apresentaremos o contexto geopolítico do Distrito Federal e Entorno.

11 As parcerias público-privadas (uma forma encoberta de privatização), que se fundamentam na real queda relativa de gastos sociais – com a precarização e localização das ações – e ainda claramente ideológico, visam mostrar, como já afirmamos, não um desmonte da responsabilidade estatal nas respostas às sequelas da “questão social”, a eliminação do sistema de solidariedade social, o esvaziamento do direito a serviços sociais de qualidade e universais, mas, no seu lugar, uma vontade de fazer parecer um processo apenas de transferência dessa função e atividades, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado), para outra supostamente mais democrática, participativa e eficiente (o “terceiro setor”).

ESPORTE E LAZER NA BRASÍLIA PERIFERIA

...Brasília Periferia também tem sua Rocinha!
 E muita gente que pra ter o que comer em casa
 tem que pegar o que sobrou pelo chão no feirão da Ceasa!
 É, em Taguatinga a coisa anda séria
 brigas, tiros no CIT e no Primavera!
 O clima tá tenso, os bailes foram até suspensos
 Será guerra entre gangues? Será o maldito Miami?
 Em todo show derramamento de sangue!
 (GOG)

O Distrito Federal e a região do Entorno, em sua constituição urbana, não diferem de qualquer outra megalópole¹² do capitalismo periférico. Marcada pela desigualdade social, cresce em ritmo frenético e apresenta 2.562.963 residentes (IBGE, 2010), o que representa um crescimento demográfico intenso, quase dobrando a população nos últimos 20 anos¹³. Já Brasília, cidade planejada, compõe uma região administrativa apresenta índices em outra direção, o que reforça a tese de “Ilha da Fantasia”. Lião Junior (2003) já atentava para essa questão: (Há uma confusão aqui de Brasília, capital, e DF- foi feita modificações neste parágrafo)

Brasília, na condição de capital político-administrativa do Brasil, não deve ser entendida como sinônimo do Distrito Federal (DF), este com uma população de 2.051,146 habitantes, segundo o Censo

12 Segundo Freitag (2006), em seu livro ‘Teoria das Cidades’, após sistematizar as diferentes escolas dos pensadores modernos das cidades, a autora categoriza um padrão específico de urbanização, a megalopolização, que se trata de um processo de transformação rápida e recente de uma cidade ou metrópole em uma megalópole, tais quais as grandes capitais brasileiras, tendo que: “O critério principal nessa categorização é o crescimento descontrolado, desregrado da população urbana, que faz transbordar os limites naturais e administrativos da cidade, tornando-a insustentável. A megalopolização é acompanhada da poluição do ar, da água (mananciais e lençóis freáticos), do desequilíbrio ecológico e da desorganização social (anomia, violência, tráfico de drogas e armas, etc.)” (FREITAG, 2006: 153).

13 O Distrito Federal contava em 1990 com uma população de 1.598.415 habitantes (IBGE, 1990). Já a população brasileira cresceu de 147 milhões de pessoas, do Censo 2000, para 190.755.799.

Demográfico (IBGE, 2000); tem o maior índice de alfabetização do país: 94,8% da população sabe ler e escrever, o abastecimento de água chega 88,7% das casas, 84% são atendidas por rede de esgoto e 97% têm coleta de lixo. Paradoxalmente aos indicadores de alfabetização, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo do DF em relação às demais unidades da federação, o Mapa do Fim da Fome (FGV, 2001) identifica que o Brasil tem quase 30% da sua população (29,26%) com uma remuneração inferior a 80 reais por mês, o que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) seria o mínimo necessário para o consumo de uma pequena cesta básica. Os indicadores sociais no DF desmentem a tese de exceção: 16,21% dos habitantes recebem uma renda mensal inferior ao valor anteriormente referido (LIÃO JUNIOR, 2003, p. 42 e 43).

As demais Regiões Administrativas/Cidades do Distrito Federal, outrora denominadas “satélites”, e as circunvizinhas a Brasília sofrem as consequências desse processo. Um dos desdobramentos é o aumento da violência na região¹⁴. Muitos dos municípios do entorno estão entre as primeiras cidades com índice de morte¹⁵ de jovens por arma de fogo, como é o exemplo de Valparaíso (24^a), Novo Gama (40^a), Águas Lindas de Goiás (45^a) e Formosa (50^a).

Brasília, que é considerada um único município para os institutos de pesquisa, encontra-se em 79^a nessa lista, o que denota o grau de violência existente, bem como a desigualdade social entre o Plano Piloto (Asa Norte, Asa Sul, Lago Norte, Lago Sul) e as demais cidades da *Brasília Periferia* (Itapôã, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, entre outras).

A realidade concreta dessas 30 Regiões diante das contradições inerentes ao modelo societário prevalente, que estruturalmente se apropria da riqueza gerada pelo conjunto dos trabalhadores, faz com que 10% da população do Distrito Federal vivam com renda mensal de até 2 salários mínimos, como a Ceilândia, com o maior índice do DF, que tem 60.147 pessoas nessa condição, também a

14 Em 2007, o Entorno do Distrito Federal passou a ter uma política estratégica de combate à violência com a atuação fixa da Força Nacional de Segurança.

15 Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008 (WASELFSZ, 2008).

campeã em domicílios de baixa renda – 14.994. Não obstante “apenas” 12,4% da População Economicamente Ativa (PEA), em torno de **173 mil trabalhadores/as**, em julho de 2011¹⁶ encontravam-se desempregados.

Foi nesse contexto de desigualdade social e desresponsabilização do estado local, que o Esporte e Lazer da Cidade se inseriu.

O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Diante do quadro, e tendo em vista a importância geopolítica do Distrito Federal, assim como seus gritantes indicadores sociais, o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte (ME)/Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), instituiu em 2004 os primeiros núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade, cuja atribuição se deu a entidades da sociedade civil articuladas sob a forma do Consórcio Brasília. Essa decisão, no entender de Lião Jr., e Sampaio (2007: 3), afirmavam politicamente que:

A concepção geradora do vínculo institucional firmado entre o ME e o conjunto de entidades populares, por meio do Consórcio Brasília, advém do reconhecimento da autonomia dos movimentos sociais e populares, assim como o compromisso de viabilizar as condições materiais para aqueles setores que se afirmaram como expressão política de baixo para cima.

O Consórcio Brasília, inicialmente, formado por uma entidade âncora responsável pelo convênio perante o ME e cinco entidades a esta associadas, constituindo o Conselho Gestor, responsáveis pela gestão e acompanhamento do desenvolvimento do projeto, apontava ainda a possibilidade de ampliação da instância, por meio de outros conjuntos de entidades, associadas em rede.

16 <http://www.trabalho.df.gov.br/PEDJulho2011.pdf>. Acesso agosto de 2011.

Presente no Distrito Federal e em cidades do Entorno, o Consórcio Brasília foi organizado em janeiro de 2004; constituído inicialmente da *Associação de Garantia ao Atleta Profissional (AGAP/DF)*, âncora responsável pelo convênio com o ME, situada em Brasília, mas com abrangência em toda a unidade da federação, bem como outras cinco entidades: *Cata-Ventos Juventude e Cidadania*, em Sobradinho, *Cidadão do Futuro*, em Valparaíso de Goiás, *Instituto Comunidade Participativa (ICP)*, em Taguatinga, *Liga Amadora de Santa Maria/DF (LEASTEMA)*, em Santa Maria e *Vida e Juventude*, em Samambaia, com núcleos de esporte e lazer nas cidades de Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, Sobradinho, Taguatinga no Distrito Federal, e Cidade Ocidental e Valparaíso, no estado de Goiás (Entorno) (LIÃO JR. e SAMPAIO 2007, p. 3).

Os autores analisam ainda que o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal, com a coordenação do Consórcio Brasília, “constitui-se em mais uma frente de atuação associativa, na qual o poder público fortalece e amplia a atuação das organizações populares e estas, articuladas em forma de consórcio, potencializam a efetivação de uma política pública, ao agregar e integrar ações diversificadas” (Sampaio e Lião Jr., 2007: 46). Em que pese essa afirmação parecer contraditória, tratava-se nesse momento histórico de estabelecer a “guerra de posições” e a luta pela hegemonia no campo do esporte e lazer, tendo em vista a socialização da política.

Ao confirmarem a validade social de sua execução, bem como a rigorosa aplicação dos recursos do objeto do convênio inicial, nos anos subsequentes houve uma ampliação significativa do Programa Esporte e Lazer da Cidade no DF e Entorno, sustentadas material e politicamente por meio do aumento das emendas parlamentares de deputados federais do Distrito Federal, tendo em vista o ínfimo orçamento do ME.

Como consequência de uma ação para alcançar a permanente socialização da política, em que a participação se deu pela identidade com o Programa, assim como com o projeto de sociedade, a ampliação por meio de novas entidades âncoras se construiu com base na mobilização de amplos setores já com lastro de intervenção e de gestão

ligados ao esporte e lazer¹⁷, e se estabeleceram então novas âncoras, cada uma delas articulando um conjunto de outras entidades afins.

Não obstante o que já destacara Castellani Filho (2003, p.1)

(...) O Programa *Esporte e Lazer da Cidade* teve seu nascimento anunciado — para efeito de presença no Plano Plurianual 2004-2007 denominado *Brasil: um País de Todos* — no último minuto da data limite estabelecida pelo Ministério do Planejamento para o encaminhamento, por parte dos distintos ministérios, de seus programas orçamentários! Estávamos no final dos primeiros três meses de Governo e o Ministério do Esporte ainda não existia formalmente, tendo sido sua estruturação, inclusive, a motivadora do primeiro dos muitos embates travados internamente...

O esforço feito para nascer foi apenas uma pequena amostra daquele que precisou desenvolver para não sucumbir diante da vontade ministerial de dar vida a apenas um projeto social que viesse a demarcar, de forma inequívoca, a presença de uma determinada força política à frente do Ministério do Esporte que não aquela responsável pela sua elaboração e execução. Se não isso, como explicar que um Programa voltado exclusivamente para jovens no ambiente escolar¹⁸ ganhasse prioridade junto a um outro que abarcava todos os segmentos etários, envolvidos em ações intergeracionais, nos próprios lugares onde construíam suas vidas?

Todo esse processo ocorreu em um contexto de flagrante desresponsabilização da garantia de direitos sociais pelo Governo do DF e seus aliados no Legislativo e no Judiciário, desmascarados nacionalmente em uma ação da Polícia Federal na Operação denominada “Caixa de Pandora”¹⁹ que levou à derrocada de uma fração expressiva

17 É nesse período que a Rede CEDES/FEF/UnB estabelece o seu tempo cronológico da pesquisa “Esporte e Lazer: a cidadania em construção”, que tem como objeto o Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno, de 2006 a 2008.

18 Referência ao Programa *Segundo Tempo*.

19 A **Operação Caixa de Pandora** foi uma ação da Polícia Federal deflagrada em 27 de novembro de 2009, com o apoio do informante Durval Barbosa, policial civil e gestor nos governos Roriz e Arruda. Essa ação teve repercussão nacional dado o conjunto de denúncias amplamente documentadas e veiculadas por meio de vídeo arrolando, entre outros, o então governador José Roberto Arruda, seu vice Paulo Octávio, o mais importante empresário da construção civil da região, bem como o Joaquim Roriz, governador por quatro ocasiões no DF.

desse grupo político organizado no final dos anos 80 na primeira gestão de Joaquim Domingos Roriz²⁰!

O Consórcio Brasília, ao afirmar-se como protagonista de uma prática social contra-hegemônica no Distrito Federal, ampliou as possibilidades de acesso de políticas sociais, por meio de Programas como o Esporte e Lazer da Cidade. Essas políticas foram erguidas em espaços geográficos degradados por esse conjunto de dirigentes e gestores reacionários que atuaram como “capitães hereditários” ou “acionistas de uma empresa na busca do enriquecimento” denominada GDF, tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo.

Esses dirigentes foram destituídos de seus mandatos²¹ por cassação ou mesmo renúncia, com ações que sistemática e estrategicamente buscaram subalternizar, humilhar e rebaixar sonhos e projetos de vida do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras neste quadrilátero geográfico, não obstante a resistência política dos militantes comprometidos com outro projeto histórico de sociedade com vistas à emancipação humana, em uma aliança estratégica com o conjunto de trabalhadores em Educação Física, no âmbito do esporte e lazer; a população do DF estava naquele momento histórico (entre 2004 e 2009) alijada dos direitos ao esporte e lazer. É nessa perspectiva que:

Os dirigentes de uma administração popular e democrática devem ser os protagonistas na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o conjunto da sociedade, materializando ações estratégicas que superem o projeto societário vinculado às diretrizes neoliberais, reafirmando a educação física, o esporte e o lazer como direitos sociais inalienáveis dos cidadãos em nosso país, contribuindo politicamente com métodos e práticas que se aproximem da construção de uma sociedade justa, solidária, referenciada socialmente, que dignifique a vida humana (LIÁO JR, 2003, p. 50).

20 Joaquim Domingos Roriz, antes de se tornar o primeiro governador eleito do DF, foi indicado pelo presidente José Sarney para assumir o posto de 17 de outubro de 1988 a 15 de março de 1990, data na qual se afastou para tomar posse durante 15 dias como ministro da Agricultura do presidente Fernando Collor em 1990, quando se exonerou para concorrer ao cargo no DF.

21 Como nos casos dos senadores, Luiz Estêvão, Arruda, Paulo Octávio e Roriz.

A responsabilidade pela gestão do Programa Esporte e Lazer da Cidade na comunidade é dos gestores da entidade ou do órgão público conveniado ao ME. Devem fazer parte do grupo gestor (BRASIL, 2008a: s/p): (a) o coordenador-geral do projeto; (b) representante da entidade conveniada; (c) representante da(s) entidade(s) parceira(s); representante da instância de controle social; (d) representante dos coordenadores de núcleos; (e) representante da comunidade atendida. E possuem as seguintes atribuições: “acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do convênio; efetivar a avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas; realizar reuniões regulares” (BRASIL, 2008a: s/p).

Constata-se dessa estrutura de organização do programa que Estado e Sociedade Civil se articulam. O Estado garante os recursos, participa, acompanha e orienta a organização dos núcleos de esporte e lazer, apresentando diretrizes e princípios veiculados por meio de uma política de formação. A formação tem o objetivo de, além de debater supostos teórico-metodológicos, também promover a auto-organização da comunidade e dos agentes sociais implementadores da política.

Quanto às atribuições das entidades de controle social, tem-se que: “realizar o acompanhamento, pelo menos duas vezes durante toda a execução do convênio; realizar vistorias às atividades nos núcleos, acompanhamento dos eventos realizados e das ações de formação modular” (BRASIL, 2008a: s/p).

O Programa, quanto à operacionalização, se organiza por meio de núcleos de esporte e lazer, que abrangem oficinas de diversas manifestações culturais, possibilitando a caracterização de um espaço de convivência social. No âmbito de cada uma dessas cidades, os núcleos de esporte e lazer oferecem espaços que promovem:

[...] O desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com necessidades educacionais especiais, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer por parte da população, notadamente aquela em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2004:11).

As oficinas culturais, como atividades sistemáticas, acontecem de duas a três vezes por semana em espaços e/ou equipamentos de lazer inseridos na comunidade. E os eventos, como atividades assistemáticas, são realizados de acordo com a culminância das ações de um determinado núcleo.

O local das atividades sistemáticas e assistemáticas é chamado de espaços ou equipamentos. Esse espaços e/ou equipamentos podem ser públicos ou privados. Como exemplos no âmbito público, têm-se as praças; os parques; as quadras poliesportivas; os ginásios; os campos de várzea; o teatro comunitário/municipal; as escolas; as praias; os skates parques; as ruas, entre outros. E, como exemplos na esfera privada, há os salões comunitários; as igrejas; os clubes sociais; as associações de moradores; os sindicatos, entre outros.

Segundo o Manual de Orientações para a Implementação do Esporte e Lazer da Cidade (BRASIL, 2008a: s/p), “o grande diferencial dos núcleos em nosso programa é a ressignificação dos espaços e a busca de espaços alternativos onde a comunidade exatamente não tem sido atendida por não ter espaço específico de lazer”. Espaço específico de lazer é aquele que sua construção tem como intenção primária oferecer a prática de lazer ao cidadão. Como exemplos, um parque, que é construído, para atender aos interesses socioculturais, ou um equipamento específico de lazer, como a quadra poliesportiva, para satisfazer os interesses físico-esportivos da população.

A materialização do *Esporte e Lazer* ocorre em espaços/equipamentos comunitários, orbitado por um núcleo de esporte e lazer. Cada núcleo é constituído de um coordenador e seis bolsistas²². Para cada dez núcleos, o convênio prevê a figura de um coordenador-geral. Os agentes sociais, aqui denominados trabalhadores do esporte e

22 (1) Os bolsistas, que se subdividem em duas categorias: (a) educadores sociais: são aqueles que desenvolvem como atividade central o trabalho docente e (b) agentes de serviços gerais: que atuam em atividades meio para o desenvolvimento do lazer, podendo ser administradores, secretários, Office boys, zeladores, articuladores comunitários etc; (2) O coordenador geral, o responsável técnico e os coordenadores de núcleo que, para a análise desse estudo, serão considerados gestores comunitários.

lazer²³, são figuras centrais na execução do referido Programa (BRASIL, 2008a).

Descrever o perfil dos trabalhadores do esporte e lazer é um desafio necessário para a reflexão sobre a prática social dos sujeitos políticos que proporcionam a materialização da política de esporte e lazer como direito social, e que são protagonistas da luta contra-hegemônica para uma nova realidade local, e, para tanto, é preciso saber quem são esses trabalhadores.

PERFIL DOS TRABALHADORES DE ESPORTE E LAZER DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE/DF

Como dito na apresentação deste livro, a análise dessa caracterização se deu de forma qualitativa, tendo como base dados quantitativos, obtidos por meio da aplicação de um questionário. Foram aplicados, entre 2006 e 2008, cerca de 400 questionários aos trabalhadores do Esporte e Lazer do Programa, que vivem no Distrito Federal e Entorno, e identificadas características como sexo, idade e nível de escolaridade.

Os trabalhadores apresentam uma média de idade ligeiramente menor do que a das trabalhadoras. O trabalhador mais jovem tem 16 anos, e o mais idoso, 59 anos, com a média de idade de 28 anos, oscilando entre 22 e 37 anos. A trabalhadora mais jovem tem 14 anos e, a mais idosa, 55 anos, com a média de idade de 29 anos, variando entre 25 e 39 anos. Em ambos os casos, a média corresponde a uma classe trabalhadora jovem²⁴ e adulta.

Com uma média de idade relativamente jovem, pode-se aferir que esses trabalhadores encontraram no Programa de Esporte e Lazer

23 Entendem-se como trabalhadores do lazer os diversos sujeitos com papéis e funções diferenciados, e conseqüentemente possuem um determinado perfil para o desenvolvimento do seu trabalho. Vale constatar que os perfis necessários, juntamente com os saberes e conhecimentos e o compromisso político podem ser desenvolvidos ao longo de uma formação permanente, desde que esta seja uma ação intencional e sistemática (FIGUEIREDO, 2009).

24 A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu que o segmento juvenil representa demograficamente a população na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

da Cidade a possibilidade de desenvolver um ofício. Já o fato de haver registro de agentes sociais, menores de 16 anos (14 e 15 anos) trabalhando no *Esporte e Lazer da Cidade*, traz a reflexão sobre o 'trabalho infantil'. Porém, a própria Organização Internacional do Trabalho esclarece que:

Para a comunidade internacional, a expressão 'trabalho infantil' não engloba todos os trabalhos desempenhados por crianças e jovens com menos de 18 anos. A perspectiva consensual é que os trabalhos que estão dentro dos limites e não interferem com a saúde e o desenvolvimento das crianças nem prejudicam a sua escolaridade, podem ser uma experiência positiva (OIT, 2006, p. 37).

Temos ainda 23 mil crianças e adolescentes exercendo algum tipo de atividade laboral (Correioweb, 18/5/09), uma afronta explícita à dignidade humana e ao conjunto dos direitos duramente construídos pelas lutas populares por meio de Estatutos e da própria Constituição Federal (1988). A infância e juventude desses milhares são negadas, mesmo estando a poucos quilômetros das instâncias de decisões estratégicas da nação, e que, em tese, deveriam defendê-los.

Apesar desse trabalho em questão não se configurar um tipo proibido pela OIT, deveria haver algum tipo de restrição à contratação de menores de 16 anos, inclusive para não prejudicar seus estudos. Sabe-se que, a partir dos 14 anos, pode-se trabalhar somente na condição de aprendiz, no entanto, acredita-se que o que leva um adolescente a ser agente social do PELC é muito mais a questão econômica do que a questão do desenvolvimento humano através do trabalho. Cabe ressaltar ainda que " as condições objetivas e subjetivas do desenvolvimento do ofício do trabalhador do lazer, face ao processo de reestruturação produtiva do capital, remetem a uma precarização do trabalho e do trabalhador (FIGUEIREDO, 2009, p. 128 e 129).

Em relação ao nível de escolaridade dos trabalhadores do PELC, 11% possuem o ensino fundamental incompleto e 10%, o ensino fundamental completo. Cerca de 20% dos trabalhadores possuem o ensino médio e, com uma porcentagem significativa, 38% possuem

somente o ensino médio completo. Apenas 12% possuem o ensino superior incompleto, enquanto 8%, o ensino superior completo. Assim, pode-se perceber que 80% dos trabalhadores não tiveram acesso ao ensino superior e que apenas 8% conseguiram concluí-lo.

O Censo da Educação Superior (INEP, 2009) demonstrava que havia até a data da pesquisa cerca de 165.848 estudantes de Educação Física matriculados em cursos superiores da área. Em um país onde existem 190.732.694 habitantes (IBGE, 2010) municípios, constata-se, então, que há uma enorme defasagem de professores com nível superior em relação à demanda populacional no Brasil.

Fica evidenciado o limite estrutural de formação desses agentes sociais, já que apenas oito em cada cem trabalhadores tiveram a possibilidade de formação superior, segundo tabela acima. Dessa maneira, pode-se afirmar que enfatizar apenas os *Profissionais de Educação Física* como aqueles que orientam ou organizam atividades desenvolvidas no âmbito do esporte e lazer, em diálogo com uma realidade concreta, não tem qualquer suporte que não se vincule à sua idealização.

Esse quadro demonstra que a figura do trabalhador do esporte e lazer, mais especificamente do educador social do programa, é imprescindível para fomentar o esporte e lazer dentro de um contexto social e de participação. Entretanto, esse agente social precisa estar em um constante processo de formação.

Essas ações se situam no campo dos interesses, das necessidades e demandas das camadas populares brasileiras. Frigotto (1996, p.139) entende que “o embate se efetiva em torno dos processos educativos e de qualificação humana para responder aos interesses ou às necessidades de redefinição de um novo padrão de reprodução do capital ou do atendimento das necessidades e interesses da classe ou das classes trabalhadoras”.

Tanto os agentes sociais quanto a comunidade atendida são provenientes dos de baixo, e o Esporte e Lazer da Cidade é um espaço de formação humana e política que contribui para a elevação da consciência crítica de classe, superando, muitas vezes, uma simples compreensão de possibilidade de ascensão social, fruto da ilusão pregada pela ideologia capitalista.

Dessa forma, Mascarenhas (2005) aponta a necessidade da construção de um *outro lazer*:

Se o capitalismo aponta para um modelo paradigmático de lazer, voltado para a obtenção do lucro, alçado à produção e reprodução ampliada do capital, precisamos ter um outro projeto societário no horizonte para que possamos falar de um lazer verdadeiramente comprometido com as reais necessidades da população (MASCARENHAS, 2005, p.246)

A construção desse *outro lazer* tem se dado na experiência concreta dos trabalhadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade, numa perspectiva crítica. Consta-se a partir desses dados escolaridade, idade e gênero – que a maioria dos agentes sociais que implementam a política de esporte e lazer é constituída de jovens, preponderantemente homens e sem formação profissional. Aqui identifica-se uma contradição, os de baixo sem direitos implementam direitos!

É preciso situar essa contradição em um contexto mais amplo, abrangendo a relação Estado e Sociedade Civil e, mais especificamente, responder à seguinte questão: Há aqui a configuração de um espaço contra-hegemônico? Os de baixo podem nesse contexto de implementação da política e internalização de conhecimentos, via formação emancipatória, perceberem-se como trabalhadores, mesmo precarizados, pertencentes a uma classe – classe para si?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Esporte e Lazer como práticas sociais ampliam as possibilidades de emancipação e desenvolvimento humano no mundo contemporâneo, portanto faz-se necessário implementar políticas públicas com vistas à materialização e à conseqüente universalização desses direitos sociais.

A participação dos construtores do *Consórcio Brasília* explicitava o empenho na trajetória de construção de um Projeto de sociedade popular e democrática no Distrito Federal, como evidencia Coutinho (2006, p. 33), da diretriz para a compreensão desse processo, da concepção ampliada de Estado, parte do processo de socialização da política no capitalismo “ocidental”, no qual se criam cada vez mais sujeitos políticos coletivos.

Corroborar com essa tese Acanda (2006, p. 170), ao historicizar a inserção das lutas emancipatórias dos trabalhadores no quarto final do século XIX e início do século XX.

Neste período, nos países capitalistas desenvolvidos, houve um crescimento da sociedade civil contrário aos interesses e desejos da burguesia. Os setores sociais explorados (operários, mulheres, etc.) lutaram para criar um conjunto de associações dirigidas a promover e defender seus direitos não apenas políticos, mas também econômicos e sociais. Sindicatos, escolas noturnas, associações feministas, ligas sufragistas, cooperativas de consumidores, partidos políticos, sociedades culturais e de lazer, etc., começaram a surgir no tecido social dessas nações (grifo nosso).

O compromisso com um projeto histórico capaz de superar as contradições do modelo social do capital provocou politicamente esse conjunto de entidades populares e militantes sociais do esporte e lazer, que tomou como pressuposto a socialização da política na luta desses direitos inalienáveis de cada cidadão em nosso País e, em especial, no DF e Entorno.

Nogueira amplia a compreensão dessa experiência histórica (op.cit, p.103), quando explicita que:

Nenhuma sociedade civil é imediatamente política. Sendo o mundo das organizações, dos particularismos, da defesa muitas vezes egoísta e encarniçada de interesses parciais, sua dimensão precisa ser construída. O choque, a concorrência e as lutas entre os diferentes grupos, projetos e interesses funcionam como os móveis decisivos de sua politização.

Ainda que constatemos serem ações contra-hegemônicas, limitadas estruturalmente nesses espaços de conflitos numa sociedade de classes e reconheçamos contradições internas na elaboração dos objetivos, princípios e diretrizes da Política Nacional do Esporte (2005), ela orientou essas ações. Nessa política destacamos a democratização do acesso ao esporte e lazer com a perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira, a construção e o fortalecimento

da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerentes, a descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer, o fomento da prática do esporte de caráter educativo e participativo, além do fortalecimento da identidade cultural esportiva por meio de políticas e ações integradas com outros segmentos.

Em meados de 2006, as ações abrangendo as entidades que promoviam de forma coletiva a democratização do esporte e lazer no Distrito Federal e Entorno por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade se fragilizaram com o enfraquecimento do Consórcio Brasília. Isso se deveu, principalmente, à implementação de uma nova política de formação coordenada pela SNDEL²⁵, que passou a incentivar a abertura de núcleos e o processo de formação por entidade, separadamente, dificultando, com isso, as perspectivas de ações coletivas. Essa política teve como consequência o gradativo distanciamento entre essas entidades na construção das ações e do processo de formação.

Visando superar a fragmentação das ações das entidades no Distrito Federal, a presença de militantes forjados pela luta política, no âmbito partidário, sindical ou ligado às lutas populares, criou as condições objetivas de um novo bloco político, o **Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF e Entorno**²⁶, apresentado à sociedade nas comemorações do 1º de Maio de 2009. Esse fórum se constituiu em um espaço democrático fundado na compreensão de sociedade civil em Nogueira (2005), dentro da qual esta se pretende democrática, forte e ativa, produtora de impulsos igualitários, novas formas de poder, vida e convivência, com ações e programas que reafirmaram a intervenção pautada em princípios e diretrizes historicamente anunciados e assumidos. Nesse novo espaço, o “conceito de

25 No segundo semestre de 2006 houve uma mudança na direção da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL). O professor Lino Castellani Filho encerrou sua gestão no dia 19 de abril de 2006, data em que teve início a gestão da professora Rejane Penna Rodrigues.

26 Nessa fração de tempo além do 1º Festival de Esporte e Lazer dos Trabalhadores (maio 2009), no qual se formou o Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF e Entorno, foram realizados o Seminário de Educação Física Escolar (dez 2009) e a 1ª Conferência Livre e Popular de Esporte e Lazer do DF (maio 2010), bem como o protagonismo junto com a Coordenação da III Conferência Distrital de Esporte e Lazer.

competência” passa necessariamente pela ação indissolúvel do compromisso e identidade política com o projeto de sociedade que supere o modelo do capital.

Nessa perspectiva, identificamos o Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF como mais um espaço contra-hegemônico. *Ao mesmo tempo, é possível identificá-lo também como um processo de formação política e permanente para a apropriação das armas da crítica*, ou seja, das ferramentas teóricas para, além de melhor intervir na realidade concreta, ser contemporâneo nas mediações necessárias às nossas lutas, ao desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento denominada Educação Física e às práticas sociais de esporte e lazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. Um balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P. **O pós-neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1995.
- BEHRING, E. R. e BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL, R. F. **Manual de orientação, esporte e lazer da cidade**, Ministério do Esporte, Brasília, 2004.
- BRAZ, M. e PAULO NETTO, J. **Economia política: uma introdução crítica**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- CASTELLANI FILHO, Lino. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implantação. In: CASTELLANI FILHO, Lino (org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação dos agentes sociais**. – Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007.
- COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. Gramsci e as ciências sociais. **Serviço social e sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XI, n. 34, p. 21-40, dez. 1990.
- CROSSMAN, R.H. **Biografia do estado moderno**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- AMORIM, Diego e LIS, Lais. visita CorreioWeb 12/08/2009 16:17. *10% da população do DF vive com renda de até 2 salários mínimos*.

FLORES, Mariana, visita Correioweb em 26/08/2009 10:55. *Desemprego cai no DF. Só no mês passado 12 mil postos foram criados*

KLIN, Erika. visita Correioweb em 18/5/2009 às 8:20. *25 mil crianças e jovens exercem algum tipo de atividade laboral no DF*

FALEIROS, V. P. **O que é política social?** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **Política e formação: o programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e entorno.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FREDERICO, C. **O jovem Marx** (1843/1844: as origens da ontologia do ser social). São Paulo: Cortez, 1995.

GOG Brasília Periferia 1, 2 e 3

HELLER, A. **O homem do renascimento.** Portugal, Lisboa: Editorial Presença, s/d.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

_____. **Marx: vida e obra.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

HUNGARO, E. M. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana** – os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. Tese defendida no programa de estudos pós-graduados em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, sob a orientação de Lino Castellani Filho. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

www.districtofederal.df.gov.br visita em 28/4 09 as 10 hs *Ivelise Longhi apresenta números da PED-DF*

LIÃO JUNIOR, Roberto. **Políticas públicas de educação física, esporte e lazer:** Tensões e desafios de um Projeto Contra-Hegemônico no Distrito Federal, 1995-1998. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 24, n.3, p. 39-52, maio 2003.

LIÃO JUNIOR, R. e SAMPAIO, J. O. **Consórcio Brasília:** Espaço de construção e intervenção de uma política pública de Esporte e Lazer no Distrito Federal e Região do Entorno. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Porto Alegre, 2007.

LOSURDO, D. **Democracia e bonapartismo:** triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

LUKÁCS, G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Liberdade de imprensa.** Porto Alegre: L&PM, 2006.

- MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Manual de orientação do programa esporte e lazer da cidade**. Brasília, DF, 2004.
- _____. **Formação de agentes sociais**. Mimeo, s/d.
- MONTAÑO, C. **O terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAULO NETTO, J. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias**
- _____. Notas sobre democracia e transição socialista. In: **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. In: Rousseau. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção (*Os Pensadores*), XXIV.
- SAMPAIO, Juarez Oliveira, e LIÃO JUNIOR, Roberto, p. 41-69. In: **Gestão pública e política de lazer: a formação dos agentes sociais/Lino Castellani Filho (org.)**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007.
- TEXIER, J. **Revolução e democracia em Marx e Engels**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CAPÍTULO III

PARTICIPAÇÃO, COTIDIANO E INTERVENÇÃO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

*Dulce Filgueira
Ingrid Dittrich Wiggers
Fernando Mascarenhas
Ana Amélia Neri
Simone Tourinho da Silva
Diego Guedes Considera*

INTRODUÇÃO

O princípio da universalização e da inclusão social, um norteador da Política Nacional de Esporte e Lazer, foi consignado no conjunto de intenções a ser observado pelo “Programa Esporte e Lazer da Cidade” (BRASIL, 2008). Com base nesse princípio, espera-se que o programa assegure o acesso ao esporte e lazer como direitos sociais, que são considerados uma forma de bens culturais, concorrendo, assim, para o exercício pleno da cidadania (TELLES, 1999). Por seu turno, a intergeracionalidade representa uma diretriz fundamental do conjunto de ações políticas e pedagógicas desse programa, afirmando, independentemente da idade dos sujeitos participantes, o princípio da universalização do acesso ao direito ao esporte e lazer.

Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo é apresentar dados do Programa Esporte e Lazer desenvolvido em cidades do Distrito Federal (DF), buscando contextualizar e caracterizar o acesso ao esporte e lazer e discutir, em parte, as respostas dadas pelas populações locais à política adotada – conceito escolhido para

compreender a ação do programa na comunidade. Levou-se em conta para a discussão dos dados o princípio da universalização e da inclusão social, anteriormente assinalado, destacadamente o acesso e a participação da população em atividades de esporte e lazer compreendidos como direitos sociais.

Preliminarmente, apresentaremos um diagnóstico dos contextos urbanos em que se localizam os núcleos do programa, com informações gerais sobre as cidades, baseadas em fontes como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e em dados adicionais obtidos durante a aplicação da pesquisa de campo. Em um segundo momento, serão discutidos aspectos tanto do perfil da população atendida quanto do perfil de agentes sociais, que se evidenciaram por intermédio do trabalho de campo. Por último, com base na identificação e observação das atividades oferecidas por cada núcleo visitado, analisamos as atividades desenvolvidas, tendo como base determinadas categorias, entre elas, o estrato etário dos participantes.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O Distrito Federal e seu entorno constituíram nosso *locus* de investigação, onde se desenvolveu o trabalho de campo entre os meses de março de 2008 a junho de 2009. A pesquisa iniciou-se por meio de visitas aos núcleos participantes, de caráter exploratório. Complementarmente, obtivemos informações por meio de fontes documentais. Para conhecer e compreender com mais detalhes o contexto investigado, em seguida, efetivou-se a observação de campo nas atividades de esporte e lazer propriamente ditas, bem como a aplicação de questionários a agentes sociais e população atendida pelos núcleos visitados. Almejava-se obter dados necessários à descrição e análise do objeto de estudo, que resultaram em relatórios de observação de cada núcleo. É oportuno salientar que os núcleos participantes da pesquisa, ou seja, os de Valparaíso e Cidade Ocidental, Cruzeiro (cidade Estrutural), Ceilândia e Taguatinga, Samambaia e Recanto das Emas encontravam-se em pleno funcionamento, com suas atividades sendo desenvolvidas regularmente. Todavia, no Núcleo Bandeirante não havia núcleo do programa em

funcionamento regular, tendo sido, inclusive, difícil localizá-lo para a realização do trabalho de campo, visto que a população local desconhecia o programa e a existência desse núcleo.

Os produtos da coleta possibilitaram a construção de um banco de dados, mediante a aplicação das seguintes técnicas de pesquisa:

- a. **Visita para diagnóstico inicial:** O trabalho dos pesquisadores nos núcleos iniciava-se com uma visita diagnóstica, tendo em vista a necessidade de sua aproximação com o *locus* da pesquisa. Nessa visita, além do contato com os sujeitos investigados, eram obtidas informações gerais sobre o funcionamento do núcleo, o espaço físico, equipamentos disponíveis e as condições infraestruturais, considerando, em particular, a situação socioeconômica da região em que o núcleo estava implantado. Na ocasião, o coordenador-geral ou outro responsável pelo núcleo era solicitado a apresentar aos pesquisadores o espaço físico, relatar os problemas específicos da comunidade, suas condições socioeconômicas, bem como suas demandas de esporte e lazer.
- b. **Levantamento de documentos:** A etapa seguinte consistiu no levantamento de fontes documentais em que eram solicitadas informações pertinentes ao núcleo, como relatórios das atividades de caráter permanente, relatórios de eventos, quadro de modalidades ofertadas, frequência dos alunos, quadro de alunos matriculados, etc. Foram coletados também os dados sobre a estrutura de organização dos núcleos, no que concerne a aspectos administrativos e pedagógicos.
- c. **Observação de campo da prática das atividades de esporte e lazer.** Durante essas visitas, os pesquisadores tinham conversas informais com os agentes sociais, para compreender a intervenção pedagógica por eles levada a cabo, bem como seu entendimento particular das diretrizes do Programa Esporte e Lazer nas Cidades e sua correspondente proposta político-pedagógica. Adicionalmente, durante o trabalho de observação das atividades de esporte e lazer, foram coletadas outras fontes documentais, como planos de aula, folhas de frequência, relatórios diversos, etc. Buscou-se identificar e caracterizar as dinâmicas

empregadas tanto em atividades sistemáticas, entre elas aulas de modalidades esportivas, quanto em atividades assistemáticas, a exemplo da Rua de Lazer. O foco da observação fora a relação *agente-participante e participante-participante*, para interpretar as leituras e compreensões que os sujeitos investigados demonstravam ter da proposta do programa.

- d. **Questionário.** Conforme anteriormente mencionado na apresentação deste livro, a pesquisa de campo contou com a aplicação de dois questionários. Um destinou-se aos agentes sociais e outro à população atendida, os dois grupos de atores sociais sujeitos da investigação da pesquisa. Os questionários foram aplicados aos agentes sociais durante a “Reunião Nacional do Programa Esporte e Lazer da Cidade”, realizada em Brasília”, de 3 a 6 de setembro de 2008, e em outros encontros de formação continuada, um dos objetivos gerais do PELC, que abrange todos os “agentes sociais de esporte e lazer (professores, estudantes, educadores sociais/comunitários, gestores e demais profissionais de áreas afins partícipes do programa)” (BRASIL, 2008a: s/p). Já a aplicação dos questionários para coletar informações da população atendida se deu em visitas aos diferentes núcleos do programa, de acordo com um cronograma previamente estabelecido.

O CONTEXTO DOS NÚCLEOS VISITADOS NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

A análise da realidade social investigada, ou seja, o Distrito Federal e seu entorno, não se apresenta de forma unívoca. Se contextualizada no cenário do País, a região é reconhecida como a de melhor situação social entre todas do Brasil (POCHMANN *et al*, 2003).

Ainda que se reconheça que há um relativo “desenvolvimento” da região do Distrito Federal e entorno, a fotografia do “Atlas da Exclusão Social no Brasil” deixa escapar algumas contradições que estariam presentes nesse contexto. Assim, observando-se um contexto menor, o da região Centro-Oeste, observa-se que o DF é atravessado por um importante foco de exclusão social, que se situa no estado de Goiás (GO),

conhecido como “entorno do DF”. Essa singularidade contribui para dar importância à escolha da área de atuação do programa como objeto de nossa análise, visto que parte da população que vive nesta região apresenta-se como excluída de direitos sociais considerados fundamentais, tais como: educação, saúde, segurança, bem como esporte e lazer. Essa exclusão diz respeito às desigualdades que se evidenciam sob um olhar focalizado de determinados centros urbanos, alvos de nossa pesquisa, que são Ceilândia, Taguatinga, Recanto das Emas, Samambaia, Cruzeiro, Núcleo Bandeirante, o espaço que se denomina de Estrutural, situados no DF, além de Valparaíso e Cidade Ocidental, estes dois últimos pertencentes ao estado Goiás.

Uma consideração importante é a invisibilidade das desigualdades sociais, que pode, oportunamente, se tornar clara, ao focalizarmos o olhar sobre a cidade, entendida como espaço urbano, mas sobretudo como “espaço social da rua”, aproveitando-se aqui a compreensão expressada por Leite (2004) e que se pauta em interpretação dada por Magnani (1993). Essa invisibilidade está atrelada ao fato de que olhar para dados numéricos como a média da renda da população economicamente ativa não permite que se discriminem contrastes internos que têm por detrás de si a realidade social das populações que vivem nesses espaços sociais. Esse viés da leitura do contexto socioeconômico das cidades é identificado pelos autores do atlas, levados pela percepção de que, ao tomar um município como unidade básica de análise, “ficam invisíveis desigualdades e problemas existentes dentro dele” (POCHMANN *et al*, 2003, p. 19). Em outras palavras, os dados numéricos revelam uma face da moeda, mas ocultam outros dados não observados pelo espectro ou ângulo em que se retirou a fotografia panorâmica e que poderiam revelar graus de exclusão ainda maiores.

Provavelmente essas invisibilidades revelariam situações de conflito importantes para o rigor da pesquisa sobre o acesso ao esporte e lazer no contexto estudado. Esse parece ser o caso do Distrito Federal e entorno, cenário que abriga os núcleos do programa por nós investigados. Acreditamos tratar-se de invisibilidades que interferem significativamente no cotidiano das cidades dessa região e que se revelam por exclusão aos direitos que deveriam ser parte da vida de todos os brasileiros.

OS ATORES SOCIAIS DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

De acordo com Braud (2006), no livro *Sociologia Política*, o poder discricionário dos dirigentes políticos não tem limite somente por meio das regras constitucionais. Em realidade, todo poder político, mesmo o ditatorial, está obrigado a compor com esse ou aquele segmento da sociedade, nem que seja para evitar suscitar resistências ao que se está propondo. Como observa Braud (2006, p. 580): *Dans lês démocraties contemporaines, l'exercice du pouvoir politique met en jeu des processus particulièrement complexes, qui sont en relation directe avec le haut degré de diversification culturelle, économique et politique de la société.* As considerações de Braud permitem observar que, na constituição das democracias contemporâneas (conjuntura política atual), a diversidade cultural, econômica e política da sociedade deve ser preconizada como forma do exercício do poder político, o que implica a participação ativa da população ou dos sujeitos envolvidos na política, programa ou ação, entendendo-se, assim, a participação cidadã.

Diante dessa perspectiva, entender os mecanismos de acesso e participação dos diferentes atores sociais no Programa Esporte e Lazer da Cidade (trabalhadores do lazer e população atendida) implica conhecer seu perfil, suas realidades sociais e até certo ponto compreender o modo como a interação entre eles – agentes sociais (executores do programa e, ao mesmo tempo, membros da comunidade) e a população atendida – ocorre no contexto da intervenção (entendendo-se por intervenção a presença do programa na comunidade por meio das atividades oferecidas em cada núcleo do programa).

Tendo-se em consideração tais aspectos, apresenta-se a seguir o perfil dos trabalhadores do lazer em nível nacional, incluindo-se, nesse escopo, os agentes sociais do Distrito Federal e entorno, bem como o perfil da população atendida, enfatizando-se, com base nessa população e no foco do DF e entorno, as práticas corporais que fazem parte do cotidiano desses sujeitos.

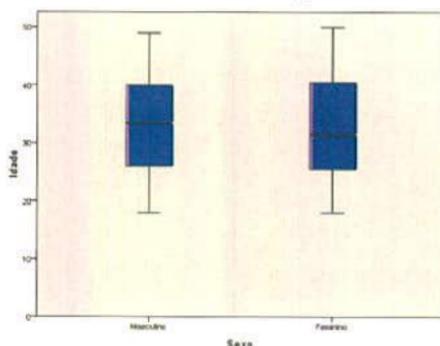
O PERFIL DOS TRABALHADORES DO LAZER NO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: PONTUANDO CARACTERÍSTICAS LOCAIS E NACIONAIS

Em relação ao perfil dos trabalhadores do lazer são apresentados dados gerais sobre os agentes sociais do programa no Brasil. Com esse propósito, o diagnóstico considerou os seguintes indicadores: idade, sexo, escolaridade e tempo de atuação no programa. Todos os inquiridos tanto em nível nacional quanto em nível local – Distrito Federal e entorno responderam a esses três quesitos, não havendo perdas. Para a facilitação do processo de compreensão dos dados e sua representação gráfica, foram cruzadas – em alguns momentos da análise – variáveis conforme os resultados obtidos, como mostrado a seguir:

SEXO E ESTRATOS ETÁRIOS DOS TRABALHADORES

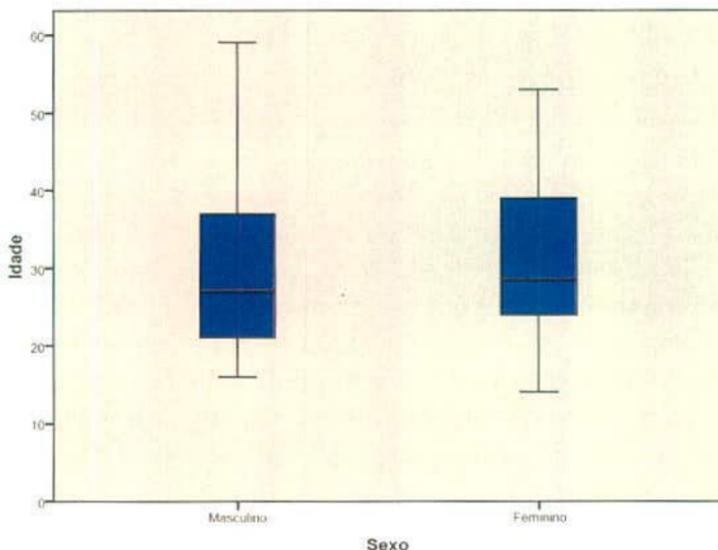
O primeiro aspecto do perfil a ser apresentado se refere à relação entre o sexo e o estrato etário dos trabalhadores tanto em nível nacional quanto em nível local. Essa informação é importante em função da necessidade de conhecer que estratos etários e de sexo prevalecem na etapa de execução do programa com as comunidades por ele atendidas. Como segue:

Gráfico 1 Relação sexo e estratos etários das agentes sociais em nível nacional



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Gráfico 2 Relação sexo e estratos etários dos agentes sociais em nível local



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Como se pode perceber dos gráficos 1 e 2, há uma concentração em termos etários dos agentes sociais (trabalhadores do lazer) entre 25 e 40 anos, independentemente da variável sexo. Além disso, vale destacar que os dados obtidos no DF estão de acordo com os dados expressos em nível nacional, o que demonstra uma clara relação em referência ao perfil do local-nacional. Essa concentração em idade e sexo e na pequena disparidade de trabalhadores do lazer do sexo masculino e feminino diz respeito ao fato de que parte desses trabalhadores do lazer é de gestores públicos ou líderes comunitários, presumindo-se que devem ter o reconhecimento da comunidade na qual atuam para participar dos processos intervencionistas vinculados a programas sociais.

Conforme Weber:

Sobre a validade do carisma decide o livre *reconhecimento* deste pelos dominados, consolidado em virtude de *provas* – originalmente, em virtude de milagres – e oriundo da entrega à revelação, da

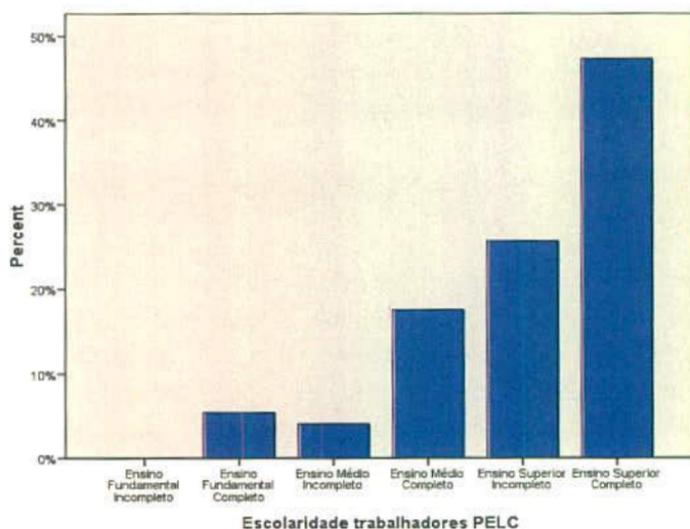
veneração de heróis ou da confiança no líder. Mas esse reconhecimento (em caso de carisma genuíno) não é a *razão* da legitimidade; constitui, antes, um dever das pessoas chamadas a reconhecer essa qualidade, em virtude de vocação e provas. Psicologicamente, esse *reconhecimento* é uma entrega crente e inteiramente pessoal nascida do entusiasmo ou da miséria e esperança (1991, p.159 – grifos do autor).

Esses líderes comunitários, gestores públicos ou não, trazem consigo um *background* em termos socioculturais, particularmente, por terem suas atividades cotidianas voltadas para o esporte e lazer, desenvolvendo ações nessa área antes da criação do programa esporte e lazer da cidade e da intervenção deste nas comunidades. Podem, portanto, ser considerados líderes carismáticos, com base na clássica compreensão tipológica dos ideais-tipo, já que sua capacidade de liderança advém, parafraseando Weber (1991), de uma qualidade pessoal extracotidiana, que se pauta na emoção, na confiança e em relações sociais estritamente pessoais e à prova destas, portanto seu reconhecimento é um dever. Contudo, a dominação carismática pode se tornar rotina, à medida que perde o caráter de efemeridade e passa a ter um caráter permanente. Aqui há uma mudança na substância da ação/dominação carismática, tendendo a – para se adequar a outros parâmetros societários – virar tradição ou se racionalizar, ou ambas as coisas (WEBER, 1991).

ESCOLARIDADE

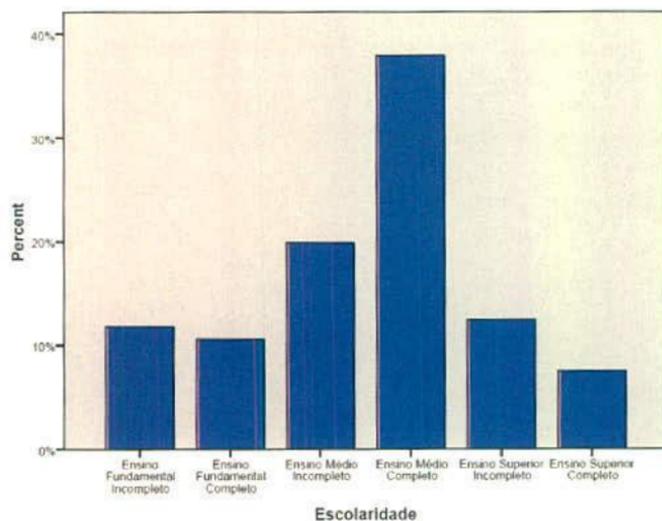
Com respeito à escolarização, os dados revelam que 45% dos entrevistados possuem nível superior, ao passo que, dos 45% com nível médio, 25% têm nível superior incompleto, portanto já tiveram, de alguma forma, acesso ao ensino superior. Todavia, cabe ressaltar que 10% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental. Outro aspecto a ser destacado é a inexistência de trabalhadores sem escolaridade, como pode ser observado nos gráficos abaixo de maneira contundente.

Gráfico 3 Escolaridade dos agentes sociais em nível nacional



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Gráfico 4 Escolaridade dos agentes sociais em nível local



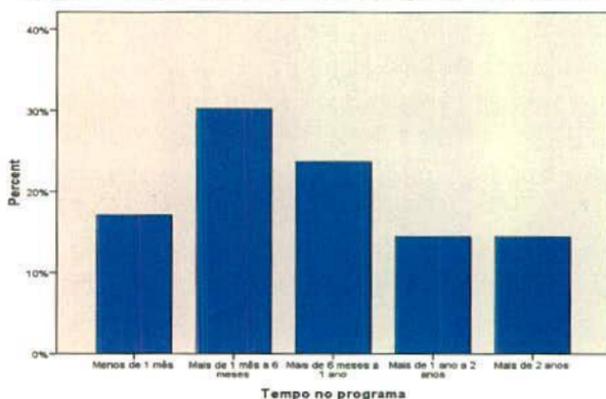
Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Os dados sobre escolaridade mostram haver certa divergência entre os dados obtidos em nível nacional e local. A divergência está no fato de que, em nível nacional, a predominância dos trabalhadores possui nível superior completo, enquanto, em nível local, a predominância aponta para ensino médio completo. Esses dados têm importância para a implementação do programa pelo fato de que uma de suas principais ações é a política de formação para os trabalhadores do lazer, uma vez que para arrematar ações/intervenções comunitárias nos âmbitos do esporte e lazer é necessária uma formação mínima diretamente ligada a aspectos culturais, artísticos ou esportivos. O cenário apresentado é complexo para a definição dos parâmetros da política de formação do programa, exigindo dos formadores um trabalho continuado que venha a atender pessoas com distintos níveis de escolaridade, formação e compreensão. Deve-se registrar ainda que esse fato também pode interferir na necessidade de reformulação (ou não) da metodologia aplicada pelo programa durante a formação. Aqui é importante registrar que, conforme o material didático (2008), a proposta metodológica do programa tem um caráter generalizante para todos os núcleos, independentemente dos contextos socioculturais e econômicos em que estes estão inseridos. Isso pode sugerir que o que foi anteriormente preconizado por Braud (2006) a propósito do respeito à diversidade cultural, econômica e política da sociedade pode escapar da intervenção do programa no âmbito de sua implantação (execução) na atividade de formação.

TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

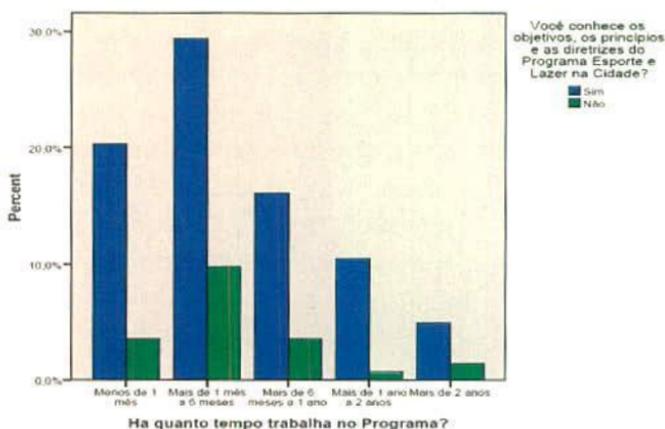
Outro aspecto relevante para a compreensão do desenho da política de formação dos agentes é o tempo de permanência dos trabalhadores no programa. De acordo com a pesquisa, aproximadamente 75% dos entrevistados encontram-se participando do programa há menos de um ano. Esse dado é interessante por dois fatores cruciais: o reconhecimento das lideranças comunitárias – como anteriormente analisado – ligado ao carisma e à capacidade de intervenção das lideranças em suas comunidades, e a transitoriedade na constituição dessas lideranças, conforme se observa nos gráficos a seguir:

Gráficos 5 Tempo de permanência no programa nível nacional



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Gráficos 6 Tempo de permanência no programa em nível local



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

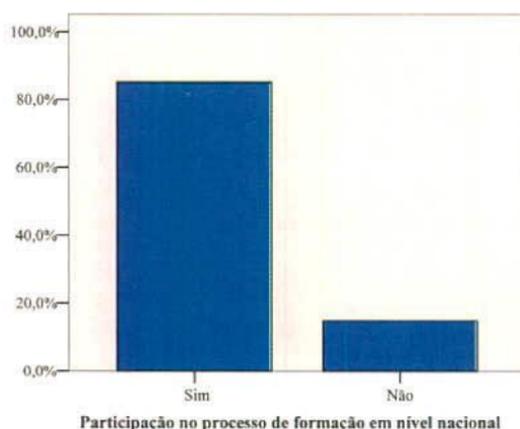
Comparando-se os dois gráficos, um com dados em nível nacional e outro em nível local, verifica-se que o tempo de permanência no programa é predominante para os trabalhadores na faixa de 1 a 6 meses. Esse aspecto pode apontar a existência de certa transitoriedade dos trabalhadores, pois apenas aproximadamente 15% dos inquiridos em nível nacional têm mais de dois anos no programa, enquanto, em nível local, esse percentual é reduzido para aproximadamente 10%. A

esse respeito, alguns questionamentos são importantes: a que se deve essa transitoriedade, já que o programa possui mais de quatro anos, e, à época da pesquisa, possuía mais de três anos e houve um percentual relativamente baixo de trabalhadores no programa desde o seu início? Como consolidar um programa social – no quadro das políticas sociais brasileiras – com uma situação de transitoriedade como essa?

PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

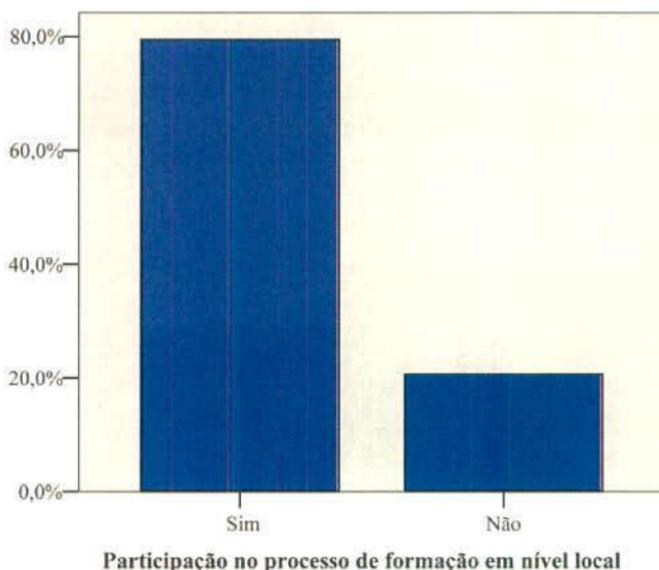
Também procurou-se obter informações sobre o processo de formação continuada durante o processo de intervenção, isto é, aquele que se desenvolve no local onde vive o agente social e que é responsabilidade da instituição conveniada com o Ministério do Esporte. Sobre isso, a resposta pareceu interessante, pois mais de 85% dos entrevistados já participaram de algum processo de formação/capacitação em seu município ou estado. Essa questão foi apresentada de forma bipolar, isto é, o entrevistado só poderia responder sim ou não, sem outra opção (alternativa), constatando-se o contraste evidente, como mostra o gráfico seguinte.

Gráfico 7 – Participação dos agentes na formação em nível nacional



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

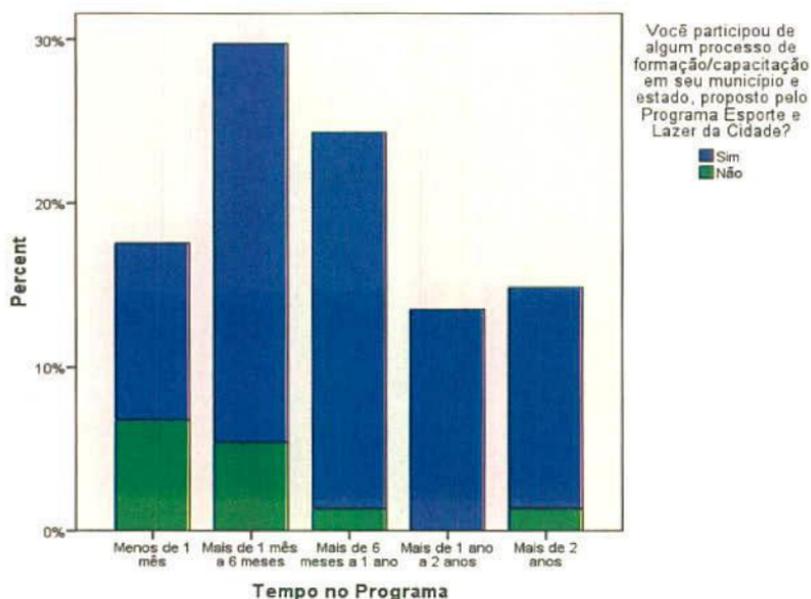
Gráfico 8 Participação dos agentes na formação em nível local



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Pareceu interessante para a pesquisa a relação entre o tempo de permanência no programa e a participação do trabalhador no processo de formação continuada no estado ou município. Cruzamos esses dois quesitos e obtivemos uma curva descendente até um ano e uma linha ascendente após dois anos. Isso parece curioso, pois o cenário esperado era que houvesse um gradativo decréscimo na curva. Contrariamente, a maior quantidade de respondentes que não participou de alguma formação no município ou estado está de acordo com o esperado, visto que diz respeito aos recém-ingressados no programa, como se verifica pelo disposto abaixo, tendo-se apenas a representação gráfica dos dados em nível nacional sobre a seguinte questão: você participou de algum processo de formação/capacitação em seu município ou estado, proposto pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade? As respostas obtidas e que reforçam as representações gráficas anteriores estão expressas no Gráfico 9 a seguir disposto:

Gráfico 9 Relação quantidade versus tempo de participação na formação em nível nacional



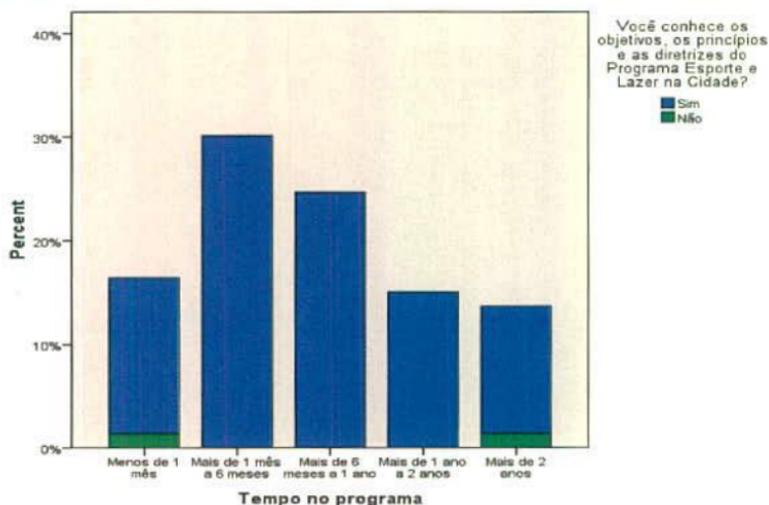
Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

CONHECIMENTO EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA

O nível de conhecimento dos agentes sociais sobre os objetivos, princípios e diretrizes do programa também foi objeto de análise dessa pesquisa. Por meio dessa questão, tinha-se como propósito compreender até que ponto os agentes sociais apresentavam domínio e compreensão do programa em que trabalhavam, bem como se tinham clareza a respeito da forma de sua atuação. A pergunta feita com essa finalidade foi: você conhece os objetivos, princípios e diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade? Todavia, para melhor compreensão dessa pergunta, a cruzamos com o tempo de permanência no programa, ob-

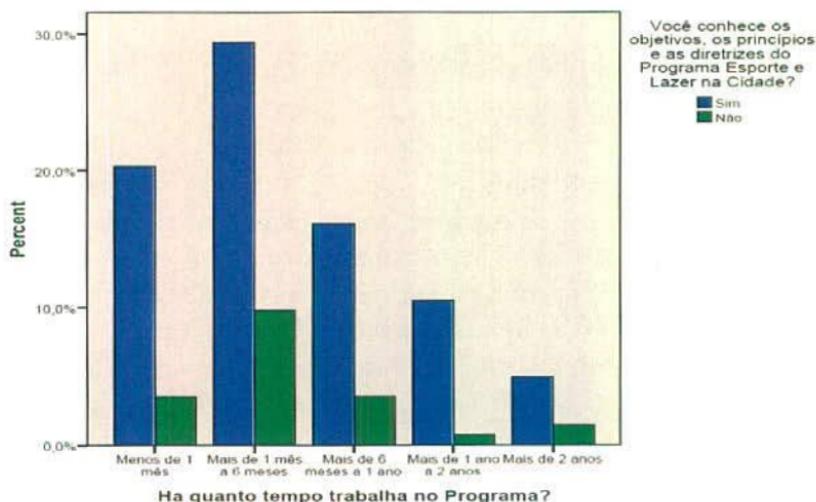
tendo um gráfico distinto do anterior (Gráfico 10), isto é, com alguns aspectos desviantes, úteis para compreender o universo pesquisado, como se demonstra:

Gráfico 10 Conhecimento dos objetivos, princípios e diretrizes do programa (nacional)



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Gráfico 11 Conhecimento dos objetivos, princípios e diretrizes do programa (local)

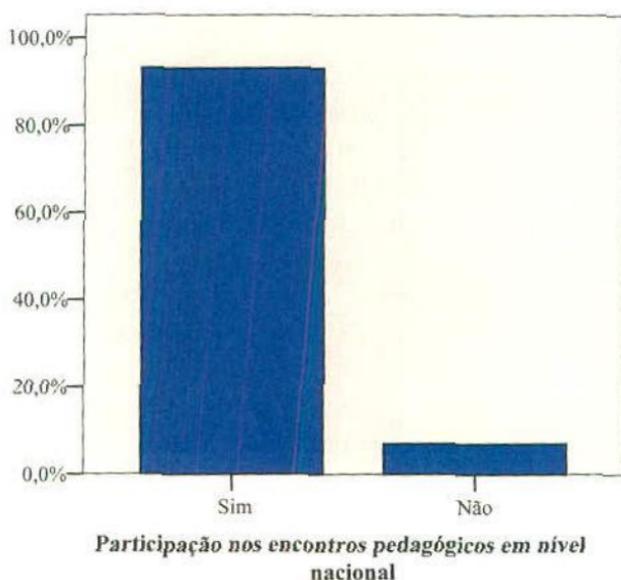


Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Tendo em vista a complexidade da distribuição dos informantes por tempo de permanência no programa e a necessidade de construir uma análise mais pormenorizada dessa categoria (conhecimento dos objetivos, princípios e diretrizes do programa), fizemos a descrição analítica conforme a distribuição em grupos. Formaram-se 5 grupos de entrevistados. Grupo 1 – menos de 1 mês no programa; grupo 2 – mais de um mês e menos de seis meses; grupo 3 – mais de seis meses e menos de um ano; grupo 4 – mais de um e menos de dois anos, e, grupo 5 – mais de dois anos. Em relação ao desconhecimento dos objetivos, princípios e diretrizes pelo grupo 1 – parece ser algo elementar, pois se trata de sujeitos que iniciaram o trabalho no programa recentemente e ainda não participaram dos processos de formação. A reunião nacional da qual participavam foi o primeiro momento deles de contato com o programa. Além do mais, é muito baixo o percentual de entrevistados que indicaram desconhecimento.

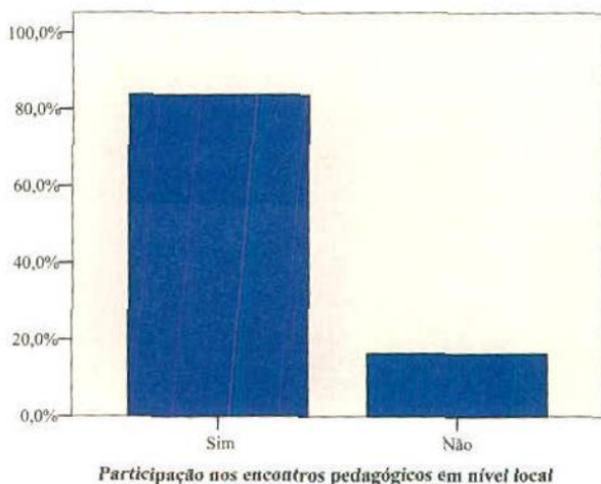
O mesmo pode se dizer dos entrevistados do grupo 5 que informaram não ter conhecimento dos aspectos destacados na pergunta, a quantidade é ínfima comparada com o total que considerou conhecer. Todavia, o que parece curioso é que os grupos 2, 3 e 4 são homogêneos em relação a esse quesito, fazendo-se supor dois fatores: (a) ou não houve compreensão da pergunta pelos entrevistados do grupo 5; (b) ou a apropriação dos objetivos, princípios, diretrizes do programa gera questionamentos àqueles que estão há mais tempo no programa, o que pode refletir como falha no processo formativo ou no acompanhamento de quem efetivamente participa desses processos, como se verifica pelo percentual de participantes do grupo 5, que, conforme demonstra o gráfico 12 (abaixo), indica não ter participado de encontros pedagógicos, a saber:

Gráfico 12 Efetiva participação em encontros pedagógicos do PEIC em nível nacional



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

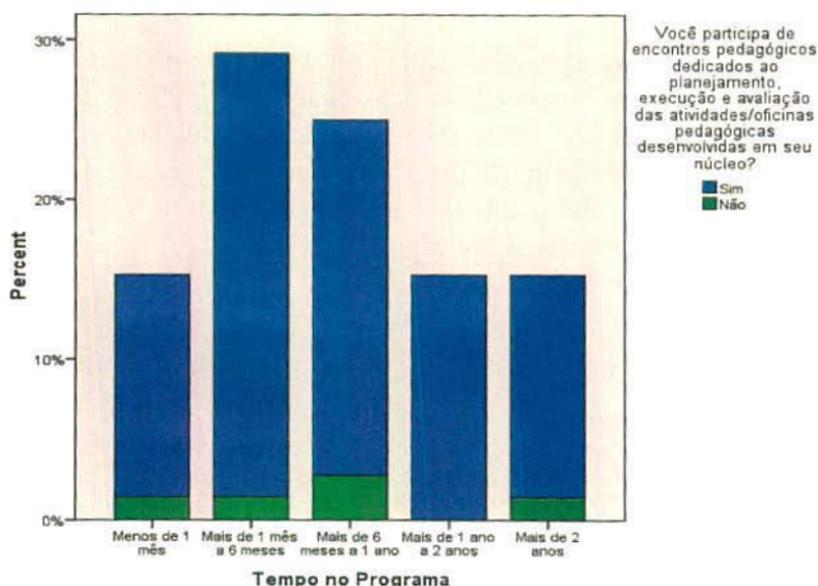
Gráfico 13 Efetiva participação em encontros pedagógicos do PEIC em nível local



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 1.

Como se percebe do que demonstra o gráfico 13, aproximadamente 6% dos entrevistados em nível local indicaram não participar dos encontros pedagógicos dedicados ao planejamento, execução e avaliação das atividades desenvolvidas em seu núcleo, enquanto, em nível nacional, tivemos como resposta que 16% dos respondentes não participaram das reuniões dos encontros. Esse aspecto deve ser considerado na presente análise, uma vez que a participação nesses encontros é obrigatória, ensejando haver um acompanhamento mais enfático a esse respeito por parte dos gestores do programa (municipais, estaduais e distritais). De outro modo, quando cruzamos a informação tempo de permanência no programa com a participação dos agentes nos encontros pedagógicos, conseguimos identificar em quais grupos estão presentes os informantes que não participam dos encontros formativos e, por relação, estabelecer conexões desses grupos com o grupo daqueles que não compreendem os objetivos, princípios e diretrizes do programa, como apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 14 Relação tempo versus participação nos encontros formativos



Fonte própria: Com base em trabalho de campo. Questionário T.

Desse modo, como se observa no gráfico, aqueles que não participam do processo formativo de forma continuada estão entre integrantes dos grupos 1, 2, 3 e 5, enquanto no grupo 4 – entre os entrevistados com tempo de permanência no programa há mais de um e menos de dois anos não houve nenhum participante que não tenha frequentado os encontros pedagógicos. Nesse mesmo grupo também não houve participante que informasse desconhecer os objetivos, princípios e diretrizes do programa, o que permite estabelecer uma associação entre o tempo de permanência no programa, a participação nos encontros formativos e o conhecimento dos aspectos cruciais para a participação no programa anteriormente registrados.

O PERFIL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

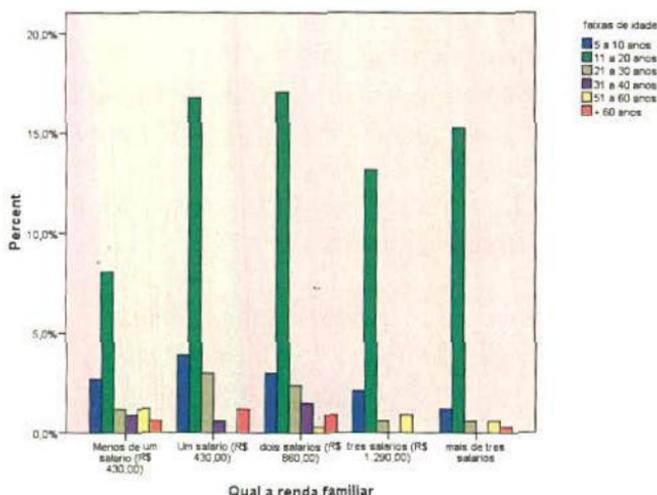
A fim de verificar o perfil socioeconômico da população atendida pelo programa, com base na renda familiar mensal (RFM), bem como perceber como essa população atendida está distribuída em termos etários, foram cruzados dados obtidos com base em duas questões sobre o perfil dos respondentes. Uma que dizia respeito à RFM e, outra, à data de nascimento, o que nos possibilitou identificar os sujeitos e distribuí-los em grupos.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DISTRIBUIÇÃO POR ESTRATOS ETÁRIOS

Com base em dados obtidos da população atendida pelos núcleos do programa no Distrito Federal e na região do entorno, observou-se o perfil socioeconômico – aqui estabelecido com base no critério RFM, com uma variação em uma questão do tipo escalar de menos de um salário mínimo –, o que correspondia à época da pesquisa a R\$

430,00 (quatrocentos e trinta reais), e mais de três salários mínimos – o que correspondia a R\$ 1.290,00 (mil duzentos e noventa reais), tem-se que:

Gráfico 15 Renda familiar distribuída por estratos etários



Fonte própria, Com base em trabalho de campo. Questionário 2.

Conforme registrado no gráfico acima, em relação ao perfil socioeconômico dos participantes dos núcleos de esporte e lazer do PELC, e conforme os segmentos etários da população atendida pelo programa, 40% dos inquiridos disseram ter uma renda familiar inferior ou igual a um salário mínimo (R\$ 430,00). Os que possuem dois salários mínimos (R\$ 860,00) somam 25%, o que corresponde a aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos entrevistados. Já os que disseram ter renda familiar de três salários mínimos (R\$ 1.290,00) ou mais correspondem a 35% do total dos questionados. Construindo-se uma estratificação dessas classes e cruzando a faixa etária e a renda familiar mensal, a situação é a seguinte:

- a. GRUPO 1 – 40% que possuem a renda inferior ou igual a um salário mínimo constituem um grupo formado pelo seguinte perfil

- etário da população atendida: 7% de crianças (5 a 10 anos), 25% de adolescentes e jovens (11 a 20 anos), 7% de jovens e adultos (21 a 60 anos) e 2% de idosos (acima de 61 anos).
- b. GRUPO 2 – 25% que possuem renda de até dois salários mínimos formam um grupo com o seguinte perfil etário de respondentes: 3% de crianças (5 a 10 anos), 17% adolescentes e jovens (11 a 20 anos), 5% jovens e adultos (21 a 60 anos) e 1% de idosos (acima de 61 anos).
 - c. GRUPO 3 – 35% que possuem renda de três salários mínimos formam um grupo com o seguinte perfil etário: 4% de crianças (5 a 10 anos), 29% de adolescentes e jovens (11 a 20 anos) e mais de 2% de jovens e adultos (21 a 60 anos) e menos de 1% de idosos (acima de 61 anos).

Os dados descritos e graficamente apresentados (Gráfico 15) mostram que: (i) apesar de haver certa concentração do perfil da população atendida no GRUPO 1, que corresponde a uma RFM de até um salário mínimo, 60% dos respondentes encontram-se nos GRUPOS 2 e 3, com uma concentração no GRUPO 3.

De outro modo, os dados também mostram uma concentração de adolescentes e jovens (11 a 20 anos) como principal nicho populacional atendido pelo programa no DF e entorno, tendo-se que da população de crianças (5 a 10 anos) a participação é de 14%; jovens e adultos (21 a 60 anos) 14% e apenas 4% dos participantes são idosos (acima de 61 anos). Esse indicador revela que o programa consegue abarcar diferentes faixas etárias, mas apresenta uma concentração na faixa etária constituída por adolescentes e jovens, que tem acesso às práticas corporais por meio de outros espaços e equipamentos, como a escola. Esses dados também afirmam uma participação ínfima no programa por parte de idosos, apesar de ter um conjunto de ações desenvolvidas para esse segmento da população pelo programa Vida Saudável (incorporado ao PELC como uma ação, a partir de 2008). E ainda conforme o Material Didático (2008, s/p):

O Programa [Esporte e Lazer da Cidade] está organizado em dois conjuntos de ações, visando à superação dos problemas ante-

riormente mencionados. O primeiro desses dois conjuntos está voltado para a implementação do projeto social denominado Esporte e Lazer da Cidade e que possui duas ações: a primeira envolvendo todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) e a segunda ação específica para atendimento da faixa etária a partir de 45 anos denominado Vida Saudável, ambas voltados para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais, portanto como política pública de estado que viabilize e garanta o acesso da população brasileira a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social, tendo, ainda nesse conjunto, uma ação para fomento e difusão de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer.

O que se percebe do teor do trecho desse documento é uma ênfase a ações específicas para os idosos, todavia essa ênfase não existe na intervenção do programa no cotidiano dos núcleos, visto que, como se observou, apenas 4% dos participantes do programa no DF e entorno são idosos e apenas 14%, jovens e adultos, incluindo nesse grupo participantes entre 21 e 60 anos (e que, portanto, parte deles estaria no nicho populacional a ser coberto pelas ações do Vida Saudável).

Vale ainda ressaltar que a pequena participação de jovens e adultos em idade de trabalho e idosos no programa pode ter uma dupla significação: relação com o desenho configurado pelos núcleos, com base no conjunto de atividades ofertadas, e relação com aspectos reportados à cultura local e ao cotidiano dos sujeitos, que podem priorizar atividades distintas, destacando-se, particularmente aqui, as atividades ocupacionais e profissionais, isto é, aquelas do mundo do trabalho. De acordo com Heller (2000), a vida cotidiana é constituída por diversas esferas que abrangem o trabalho, a vida privada, o descanso, o lazer, entre outras. Como essas esferas são valorizadas em diferentes níveis de importância, dependendo das condições históricas e sociais, uma esfera, nesse caso o lazer, pode subordinar-se ou flutuar, aderindo, eventualmente, às atividades consideradas prioritárias que povoam o dia-a-dia de uma determinada comunidade.

Por exemplo: se uma comunidade qualquer carece de políticas sociais básicas como saúde, rede de esgoto, emprego e escola, o lazer terá uma importância diminuída frente à demanda pelo atendimento a essas necessidades básicas. Isto, por si só, configura-se como um entrave para que a experiência de lazer se converta num tempo e espaço para o desenvolvimento das capacidades humanas. Além disso, a vida cotidiana é orientada pela espontaneidade, pela probabilidade, pela possibilidade, pelo economicismo e pelo pragmatismo, características que dificultam ainda mais a passagem às formas superiores da cotidianidade, experiências capazes de agregar os indivíduos em unidades coesas, de forma que possam atingir o patamar do ser humano genérico (MARCASSA, 2003, p. 4).

Nesse âmbito, o paradoxo necessidade-lazer e a forma como o economicismo e o paradigma do trabalho estão cristalizados na dinâmica da vida dos sujeitos pode engendrar uma compreensão que vai além da especulação, isto é, além da afirmação de que a ausência da participação de jovens e adultos em idade de trabalho nas atividades se dá em função das atividades ofertadas no processo de intervenção do programa nos núcleos. Todavia, a existência de estudos empíricos sobre comportamentos e hábitos de lazer identificados em diferentes categorias ocupacionais e profissionais indica que variáveis como o gênero e a duração do trabalho, bem como o nível de fadiga decorrente das atividades desenvolvidas, são determinantes no fraco nível de interesse dos trabalhadores pelas práticas esportivas (DUMAZEDIER, 1999).

Tendo em vista o perfil socioeconômico da população atendida pelo programa, com RFM variando de menos de um até três salários mínimos, pode-se dizer que as condições de trabalho, possivelmente com alta duração e nível de fadiga, associadas ao fato de as atividades ofertadas orbitarem em torno do esporte, conforme sugere o próprio nome e identidade do programa, realmente constituam um limitador à participação de jovens e adultos em idade de trabalho no programa. De todo modo, esses estudos nos ajudam a compreender a concentração de adolescentes e jovens como principal nicho populacional atendido pelo programa, bem como a maior participação

intergeracional – incluindo a participação dos estratos etários acima dos 21 anos – se efetivar justamente nas atividades que incluem os jogos e as práticas culturais, como veremos a seguir.

PRÁTICAS CORPORAIS DE ESPORTE E LAZER: INTERVENÇÃO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

As práticas corporais de esporte e lazer constituem o repertório culturalmente apropriado, construído e ressignificado dos sujeitos. Os jogos, esporte, capoeira, ginástica e dança são práticas que têm como referente a cultura dos sujeitos, podendo-se considerar a cultura dinâmica e interconectada com os contextos comunitários dos que dela participam.

Concordando-se com o significado de comunidade de Duhram (2004), pode-se entender que a vida em comunidade significa o estabelecimento de relações comuns entre os sujeitos, que se perfazem pela adoção de um mesmo estilo de vida, pressupondo-se, desse modo, que todos participam de uma mesma cultura, cujo conteúdo é significado por cada indivíduo. Nesse âmbito, tratar os jogos, esporte, capoeira, ginástica e dança como práticas corporais culturalmente construídas tem como significado precípuo entendê-las como parte dos estilos de vida dos sujeitos que fazem parte da mesma comunidade e aqui entendidos como aqueles que vivem nas cidades em que se situam os núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Com isso, reforça-se que, para entender a dinâmica cultural e os processos de interação social dos sujeitos por meio da apropriação da cultura corporal (de movimento), é fundamental entender *o que se passa no cotidiano*, parafraseando aqui Pais (2007, p. 30), isto é, a construção social da realidade por parte dos sujeitos inseridos no programa.

O fecho utilizado para compreender as composições do cotidiano – como uma espécie de identificação de diferentes maneiras de compreensão – pautou-se na participação dos sujeitos (população atendida)

nas atividades sistemáticas e assistemáticas promovidas pelos núcleos do programa, bem como na relação estabelecida entre a população atendida, as atividades ofertadas e os agentes sociais.

Tendo como base o trabalho de campo, as atividades pedagógicas identificadas pela pesquisa foram: Jogos – Capoterapia, Ginástica, Recreação, Queimada, Lê Parkur; Danças – Quadrilha Junina e Dança de Salão; Esportes – Futebol e suas variações, Futsal, Handebol, Voleibol, Ping-Pong; Cultura – Artesanato, Canto Coral, Violão, Teclado, HipHop, Grafite, Teatro e Lutas – Capoeira, Muay Thai, Jiu-Jitsu, Taekwondo, Judô (cf. notas de campo, 2008).

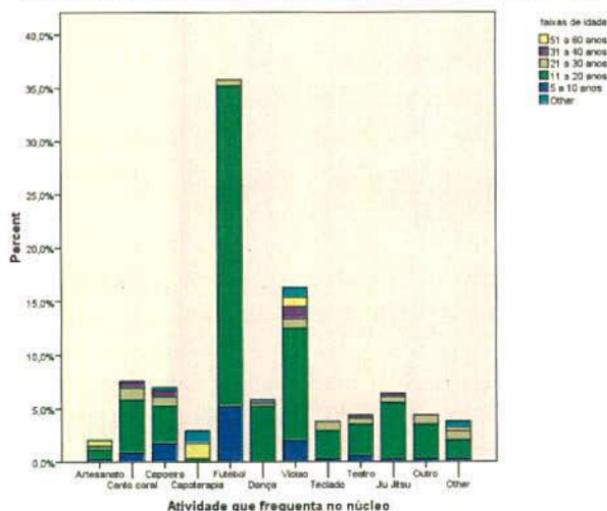
No que diz respeito à divisão por sexo nas atividades, constatou-se a existência de turmas mistas de ginástica, danças, lutas e capoeira; divisão por modalidade/sexo para os esportes coletivos. As atividades são oferecidas nos períodos: matutino, vespertino e noturno, de duas a três vezes por semana, com no máximo sessenta minutos de duração (no caso das lutas e dança, a duração é maior) (cf. notas de campo, 2008).

A oferta das atividades, a disponibilidade de horários e de distribuição ou não por sexo depende da demanda apresentada pela população atendida e do perfil em termos gerais do núcleo. Assim, alguns núcleos têm um perfil mais identificado com artes e dança (caso de Valparaíso e Cidade Ocidental); outros têm atividades mais voltadas para o esporte com foco em alto rendimento (caso de Samambaia); e há os que se voltam para os jogos, ginásticas e outras atividades como capoterapia¹ (caso de Ceilândia e Taguatinga). Tem ainda o caso do núcleo do Cruzeiro, que apresenta atividades voltadas para a dança e o esporte, destacando-se os aspectos de ludicidade e alto rendimento.

No gráfico a seguir são apresentadas as atividades sistemáticas (oficinas culturais) frequentadas nos núcleos de esporte e lazer do programa. Para a análise, cruzamos a participação nas atividades com a faixa etária dos participantes, como se observa a seguir:

1 Manifestação ressignificada da capoeira, cujo foco é atender a população de adultos e idosos.

Gráfico 16 A participação da população atendida por atividades



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 2.

Como se verifica no gráfico, a modalidade mais praticada é o futebol, com 37,94% dos questionados. Desses, quase 83% dos participantes encontram-se na faixa etária entre 11 e 20 anos, o que demonstra expressiva presença de adolescentes e jovens, como anteriormente constatado na análise do perfil socioeconômico dos participantes. Atividades voltadas para as artes, como o violão, aparecem em segundo lugar, com 17,06% dos participantes. Aqui vale registrar a participação intergeracional, apesar de haver predominância do segmento etário de 11 a 20 anos que, por seu turno, prevalece em várias atividades. Há, ainda, 7,65% dos questionados que elegeram como atividade o canto coral, dos quais praticamente cerca de 50% encontram-se na faixa etária de 11 a 20 anos, com 25% na faixa etária de 21 a 30 anos e 25% acima de 30 anos. A capoeira é a atividade predominante para 7,06% dos que responderam, sendo, nesse caso, a maioria dos praticantes constituída por crianças e jovens com menos de 20 anos. Devemos ressaltar, portanto, a presença de dois estratos etários identificados, crianças (5 a 10 anos) e adolescentes e jovens (11 a 20 anos). As lutas, representadas pelo Jiu-Jitsu, foram eleitas por 6,76% dos questionados. A dança, o teatro, a capoterapia

e o artesanato são as outras atividades que aparecem na pesquisa, com, respectivamente, 5,88%, 4,41%, 3% e 2%.

Como visto, o futebol constitui a modalidade esportiva de maior aceitação/adesão por parte participantes adolescentes e jovens. Podemos afirmar, então, que a modalidade constitui a atividade mais popular entre esse grupo. Desse modo, pode-se conjecturar que há uma universalização do futebol:

(a) pelo fato de que se trata de um conhecimento historicamente acumulado pela cultura brasileira, sendo, portanto, uma prática social habitual ao cotidiano das comunidades em todo o país e por extensão dos núcleos. Para fundamentar este pensamento remete-se ao exposto no início do item (3.3) em que o esporte é compreendido como uma prática corporal culturalmente construída e por isso pertencente ao estilo de vida dos sujeitos organizados em uma mesma comunidade. Bracht (2005), por seu turno, expressa que “o esporte é, em praticamente todas as sociedades, uma das práticas sociais que reúne a unanimidade quanto a sua legitimidade social”. Tomando como referência a sociedade brasileira com base no contexto retratado, compreende-se o futebol com o esporte que reúne por excelência unanimidade e legitimidade entre o público atendido pelo programa nos núcleos investigados.

(b) Espaços e equipamentos nas comunidades serem propícios à prática do futebol. Sabe-se que a escassez de espaços e equipamentos destinados à realização de atividades que abordem outros temas da cultura corporal contribuem significativamente para a permanência do futebol como principal atividade nos núcleos investigados.

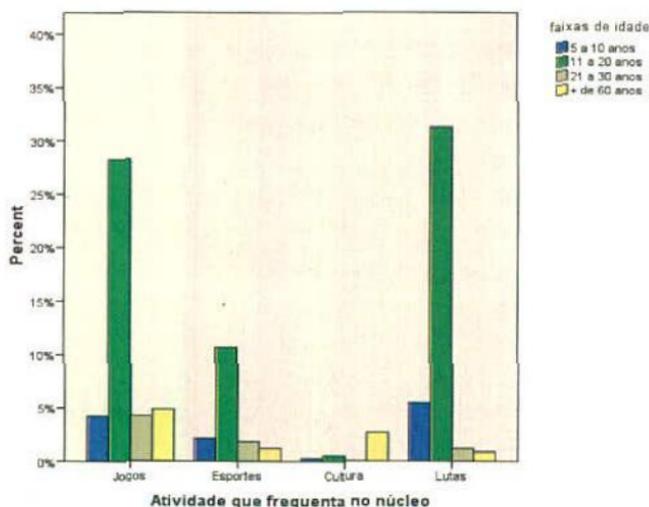
(c) Influência da mídia, notadamente, da mídia televisiva, que protagoniza a disseminação do esporte de rendimento ou espetáculo cujo principal meio de atrair consumidores para o setor esportivo no país é o futebol. Nessa acepção, Bracht (2005) afirma que o “esporte espetáculo” possui uma massa consumidora que o financia e os meios de comunicação de massa são seus co-organizadores. Somado isso, salienta-se que a ausência de uma massa crítica contribuiria sobremaneira no sentido de que os participantes do programa desconhecem os reais sentidos do esporte em questão, a saber: competição, rendimento físico-técnico, *record*, racionalização e cientificização do treinamento, desse modo tornou-se um

fenômeno que “tomou como de assalto o mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se sua expressão hegemônica (...)” (BRACHT, 2005:15).

De modo complementar, a falta de conhecimento resultaria na pouca atenção atribuída pelos participantes do programa aos demais temas da cultura corporal, que adquirem menor aceitação quando comparados ao futebol. Quanto a isso, pode-se registrar que a ausência de conhecimento levaria a uma adaptação dos alunos às imposições da sociedade, alienando-os de sua condição de sujeito histórico, capaz de intervir na transformação dessa (COLETIVO DE AUTORES, 2009) e de decidir sobre suas preferências em relação aos temas da cultura corporal.

As atividades praticadas por estratos etários e conforme categorias (Jogos, Dança, Cultura, Esporte e Lutas), com o objetivo de facilitar a análise, está no Gráfico 17 disposto abaixo.

Gráfico 17 Participação da população atendida por categorias



Fonte própria. Com base em trabalho de campo, Questionário 2.

De acordo com a distribuição apresentada, tem-se que:

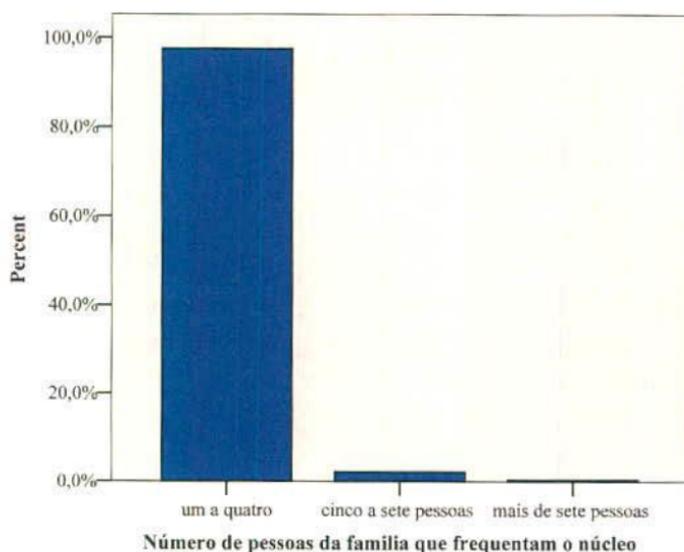
- a. as Lutas, representadas pelo jiu-jitsu, tai chi chuan, taikendô, prevalecem nos estratos etários de 11 a 20 anos e de 5 a 10 anos, respectivamente, que, como vimos, são os segmentos mais representativos do ponto de vista da participação quantitativa nos núcleos do programa no Distrito Federal e entorno;
- b. os Jogos, que consistem desde atividades como xadrez até a dimensão lúdica de determinados esportes, representados por jogos recreativos e brincadeiras populares, jogos de salão, figuram como predominantes os estratos etários de 11 a 20 anos e de 5 a 10 anos, respectivamente. Comparando-se os dados encontrados para essa manifestação em relação ao anterior, verifica-se que há uma pequena variação nesses dois estratos, mas, há, porém, maior representação dos outros segmentos etários de 21 a 30 anos e acima de 60 anos, portanto, pode-se inferir que há maior participação de adultos e idosos nesta atividade;
- c. os Esportes são representados pelo futebol e suas variações, futsal, handebol, voleibol e basquetebol. Neste caso, observa-se uma participação mais bem representada pelo estrato etário de 11 a 20 anos, que consiste em um grupo cujo desenvolvimento de habilidades pode resultar na busca da performance e na formação de atletas ou mesmo de jogadores, cujo foco é se tornarem profissionais;
- d. a Cultura é retratada nas artes, no teatro e artesanato. Há aqui um destaque para a população de idosos (acima de 60 anos), ainda com representação nos estratos etários de 5 a 10 anos e de 11 a 20 anos. A participação de sujeitos na faixa etária de 21 a 30 anos é inexistente, o que é um dado interessante de ser observado.

Em síntese, pode-se destacar que há prevalência dos segmentos etários de 11 a 20 anos em atividades como Jogos, Esporte e Lutas. Os idosos, por sua vez, são maioria nas atividades voltadas para a cultura, mas há representação importante desse estrato na prática dos jogos. A população adulta – estrato de 21 a 30 anos – pratica, em ordem decrescente, os jogos, os esportes e as lutas. Por fim, as crianças de 5

a 10 anos participam, em maioria, das oficinas de Lutas, seguidos de Jogos, Esportes e Cultura/Artes.

Ainda quanto à participação, procurou-se identificar se – adotando-se o princípio da intergeracionalidade – os demais membros da família praticam as atividades ofertadas no núcleo. Para tanto, a questão levantada era: quantas pessoas da sua família frequentam o núcleo? Os registros estão apontados no Gráfico abaixo, conforme segue:

Gráfico 18 Porcentagem de pessoas da mesma família nos núcleos do programa



Fonte própria. Com base em trabalho de campo. Questionário 2.

Como se percebe, as respostas mostram que para 99% há de uma a quatro pessoas da mesma família que participam das atividades promovidas pelo núcleo. Enquanto isso, 1% dos inquiridos conta com mais de cinco e menos de sete pessoas participando das atividades e não há registro significativo de mais de sete pessoas da mesma família participando das atividades oferecidas pelo programa.

Quanto à participação das famílias no programa, pode-se dizer que esta poderia acontecer de dois modos, de acordo com o que

Teixeira (2005) define como participação cidadã. Para ele, esta não faz uso somente de mecanismos institucionais disponíveis ou a serem construídos, mas propicia a articulação desses com outros mecanismos e canais que se legitimam pelo “processo social”, ao contemplar dois elementos contraditórios presentes na atual dinâmica política: o “fazer ou tomar parte” no processo político-social e o exercer da “cidadania” em seu sentido cívico.

Considerando o programa um espaço de intervenção política e social, pode-se compreender que as famílias como participantes do programa, e, por conseguinte, de processos político-sociais se constituiriam como parte e, ao mesmo tempo, assumiriam o processo de constituição da política, uma vez que atuam nas atividades dos núcleos e decidem sobre questões pertinentes às demandas por esporte e lazer da comunidade em sua totalidade – a exemplo do controle social, que, no caso do programa, é feito por uma Organização Não Governamental. Em contrapartida, se organizariam para reivindicar do Estado ações que expressem legitimidade quanto ao direito ao esporte e lazer.

Segundo Teixeira (2005, p. 32), nessa representação estão o “fazer ou tomar parte” no processo político-social por sujeitos, grupos, organizações que expressam interesses, identidades, valores que poderiam se situar no campo “particular”, mas atuando num espaço de heterogeneidade, diversidade, pluralidade; e o elemento “cidadania” em seu “sentido cívico”. Ele considera que a dimensão cívica se vincula à ideia de responsabilidade e dever, a predisposição ao comportamento que se caracterizaria como solidário, inclusive em relação aos sujeitos que, pelas condições econômicas e sociais, “encontram-se excluídos do exercício dos direitos, do direito de ter direito” (idem, 200, p. 32).

Nesses termos, o campo particular aqui é entendido com os núcleos nos quais os participantes seriam protagonistas da organização do programa com base nas demandas por esporte e lazer da comunidade, considerando as diferenças dos diversos grupos e, ao mesmo tempo, se organizariam para reivindicar o direito ao esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo – cujas principais pretensões foram descritivas – apresentou as características gerais dos atores sociais participantes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, distribuídos consoante o tipo de participação, entre aqueles que executam o programa (trabalhadores), tendo sido apresentados para estes atores dados reportados em nível nacional e local, e aqueles que participam das atividades desenvolvidas pelo programa, que consistem na população atendida ou comunidade.

De modo geral, pode-se apontar que os perfis dos trabalhadores do lazer são coincidentes em nível nacional e local, em relação às categorias sexo e estratos etários, e tempo de permanência no programa. Houve divergência nos dados sobre escolaridade e participação no processo de formação continuada no estado ou município, destacando-se, nesse particular, o desconhecimento dos objetivos, princípios e diretrizes do programa por parte dos grupos 1, com tempo de participação abaixo de 1 mês, e 5, com tempo acima de dois anos. De outro modo, pareceu curioso os grupos 2, 3 e 4 apresentarem dados coincidentes, fazendo-se supor dois fatores: (a) ou não houve a adequada compreensão da pergunta pelos entrevistados do grupo 5; (b) ou a apropriação dos objetivos, princípios, diretrizes do programa gera questionamentos àqueles que estão há mais tempo no programa, o que pode refletir como falha no processo formativo ou no acompanhamento de quem efetivamente participa desses processos, como se verifica pelo percentual de participantes do grupo 5, que, conforme demonstrado no gráfico 13, indicou não ter participado de encontros pedagógicos.

É interessante destacar que o perfil geral dos trabalhadores do lazer diz respeito a líderes comunitários, que fazem uso do carisma como elemento de negociação e de reconhecimento/legitimidade no local onde atuam.

O programa atende no Distrito Federal e na região do entorno à população que efetivamente precisa de suas atividades, constituída por pessoas que pertencem às classes sociais desfavorecidas, que recebem até 3 (três) salários mínimos como renda familiar mensal.

Além disso, vale observar que as atividades promovidas pelos núcleos do programa no Distrito Federal e entorno atendem aos dife-

rentes estratos etários, o que está de acordo com o princípio da transgeracionalidade, proposto pelo programa. Porém, a esse respeito, é válido ressaltar que adolescentes e jovens (11 a 20 anos) apresentam-se como *principal nicho populacional atendido pelos núcleos do programa no Distrito Federal e entorno*.

Como se verificou, todavia, pela análise empreendida, a oferta das atividades, a disponibilidade de horários e de distribuição ou não por sexo dependem da demanda apresentada pela população atendida e do perfil em termos gerais do núcleo. Tendo esse aspecto como importante, alguns núcleos do programa, como o caso de Valparaíso e Cidade Ocidental, apresentam atividades voltadas para as artes e a dança; outros, atividades mais voltadas para o esporte, na dimensão do alto rendimento (caso de Samambaia); e outros que se voltam para jogos, ginásticas e outras atividades como capoterapia (caso de Ceilândia e Taguatinga).

Esse aspecto é interessante de ser enfatizado porque diz respeito não só à autonomia da comunidade em definir que atividades devem ser promovidas em seu núcleo, mas também à possibilidade de compreender a participação comunitária nos processos decisórios presentes nos núcleos do programa no Distrito Federal e entorno.

Cabe ressaltar ainda que o futebol é a atividade mais praticada em todos os núcleos analisados, tendo que um pouco menos de 40% dos participantes (37,94% dos questionados) opta por essa atividade em diferentes dimensões, isto é, tanto numa perspectiva lúdica como também naquela voltada para o alto rendimento e profissionalização, visto que muitos “meninos” querem seguir jogando futebol para se tornarem profissionais – o que nos parece um dado em sintonia com a realidade nacional.

Por fim, considerando a literatura utilizada para o debate da participação, aqui representada pela participação cidadã, é possível sugerir que a participação ativa de diferentes segmentos sociais com interesses múltiplos e valores diversos, que atuam em um espaço comum ampliado (os núcleos do programa) no qual cada cidadão pode reivindicar e exercer seus direitos, deve constituir uma pedra fundamental no processo de intervenção do Programa Esporte e Lazer nas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- BRAUD, Pierre. **Sociologie politique**. 8 ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 2006.
- BRASIL. **Manual de Orientação do programa esporte e lazer da cidade**. Ministério do Esporte, 2008.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. 2 ed. Revisada, São Paulo: Cortez, 2009.
- DUHRAM, Eunice. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARCASSA, Luciana Pedrosa. As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão. In: **Anais do 13º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/Caxambu**. Campinas: CBCE, 2003.
- PAIS, José Machado. **Sociologia da vida quotidiana**. Lisboa: ICS, 2007.
- POCHMAMN, Márcio e AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.
- TELLES, Vera Lúcia. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. da UnB, 1991.

CAPÍTULO IV

ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DE GEOPROCESSAMENTO NA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

Júlio Ferreira da Costa Neto
Carlos Emanuel Sautchuk
Luana Sousa Damasceno
Lucas de Melo Ferreira

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a maior parte da população brasileira hoje já vive nas cidades. As cidades, por sua complexidade, exigem cada vez mais políticas de gestão dos espaços e territórios onde se inserem e cada vez mais condizentes com a realidade atual da sociedade brasileira.

O espaço geográfico onde se inserem todas as relações humanas vem sendo tratado na ciência geográfica com importância fundamental. Durante muito tempo esse assunto foi central nas discussões sobre a base fundamental da Geografia como ciência do espaço. Dessa forma, a compreensão do espaço-tempo, gerada pelos avanços da tecnologia e pela crescente integração das práticas econômicas, tem levado a novas definições do espaço. Milton Santos fala em “espaço de fixos e espaço de fluxos” (SANTOS, 1978).

Segundo Castells (1999, p. 505), o espaço geográfico seria o “espaço de fluxos e espaço de lugares”. Subjacente a essas noções está o processo de “crescente internacionalização da produção capitalista, que resulta em padrões de localização que alteram profundamente as características do espaço industrial e seu impacto no desenvolvimento urbano” (CASTELLS, 1999, p. 505).

Da mesma forma, e buscando uma visão mais geral sobre os conceitos de espaço, Santos (1996, p. 62) afirma que “o espaço geográfico é um sistema de objetos e um sistema de ações”. Ele chama a atenção para a necessidade de libertar-nos de visões estáticas do espaço (tais como nos vêm condicionando séculos de mapas), ao incluir a componente de *processos variantes no tempo* como parte essencial do espaço. Ele procura diferenciar o conceito de *espaço* do de *paisagem*, afirmando que “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 1996, P. 102).

A problemática das cidades já há muito tempo vem sendo objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, entre elas a Geografia. Essa área tem os espaços urbanos como parte integrante da formação dos professores e dos técnicos geógrafos que militam nos estudos e pesquisas ligados a essa temática.

Segundo Santos (1992), a cidade poderia ser compreendida como o lugar onde todas as relações humanas acontecem e se perpetuam. Dessa forma o meio urbano será sempre marcado pelas relações entre as classes sociais que ocupam espaços específicos nesse local de embate.

Geiger (1995) apresenta as seguintes definições para tratar a questão da cidade:

[...] A cidade é um objeto conceitual, abstrato, embora construído sobre uma base material formada por edificações, arruamentos, monumentos etc. A cada momento histórico, o conceito requer que esta base material apresente uma dada dimensão e que existem certas relações sociais específicas no interior deste espaço construído... Justamente por variar o conceito em torno da mesma palavra, é que

aglomerados tão diversos entre si, como Ur na Antigüidade, ou New York puderam ser designados pela mesma palavra, cidade (GEIGER, 1995, p.23).

Como falar da urbanização e das cidades sem tratar também do planejamento necessário à melhor disposição dos equipamentos mínimos necessários ao seu funcionamento? Dessa forma Hattner (1978, p. XI) define planejamento urbano:

[...] o planejamento é concebido como instrumento potencial de controle dos movimentos espontâneos, e às vezes caóticos, de atividades econômicas individuais e de migrações – reflexos e conseqüências das mudanças sociais que alteram profundamente as relações entre os homens e destes com seu meio ambiente.

Reforçando essa ideia, esse mesmo autor continua:

Organizar racionalmente a ocupação do espaço, como condição para a melhoria das relações sociais e do próprio estilo de vida das populações urbanas constitui um dos postulados mais enfáticos dos planejadores e urbanistas contemporâneos (HATTNER, 1978, p. XI).

Dentro da mesma ótica do planejamento urbano, Oligari (2002) defende que:

O planejamento é a atividade pela qual o homem, desde o início da civilização, tem procurado agir em conjunto, através da manipulação e do controle consciente da natureza, com o objetivo de atingir certos fins já previamente determinados por ele mesmo... O planejamento urbano pode ser entendido como um processo de decisão constituído por um conjunto de técnicas originárias de várias disciplinas que delinham os campos do conhecimento humano com objetivo de prover a Administração Pública de instrumentos para a solução dos problemas urbanos. O planejamento seria, enfim, um meio à disposição da Administração Pública para a busca da governabilidade (OLIGARI, 2002, p.27).

Dessa forma cada vez mais se mostra importante o estabelecimento de políticas públicas¹ com objetivos de equacionar problemas que atingem a sociedade nas áreas urbanas, ou melhor, nas cidades. Entre essas, e a que nos interessa nessa pesquisa, trataremos das políticas de esporte e lazer, objeto do Programa Esporte e Lazer das Cidades (PELC), do Ministério do Esporte.

Nesse contexto de complexidade, tratamos o tema relativo especificamente aos equipamentos de esporte e lazer, levando em consideração a sua utilização e localização, tendo como ferramenta de análise espacial a tecnologia geográfica denominada Geoprocessamento. Essa tecnologia é muito utilizada atualmente na gestão dos mais variados assuntos ou áreas do conhecimento que fazem parte da vida da sociedade moderna. Das áreas de meio ambiente, geociências, petróleo, infraestrutura (água, luz, telefonia móvel e fixa, esgotos) transportes (estradas, ferrovias, hidrovias e até aeroportos), saúde, segurança, esporte, turismo, administração, além de outras, podemos afirmar com segurança que essa tecnologia pode facilitar muito a vida dos responsáveis pela gestão desses setores na tomada de decisões.

O Geoprocessamento abrange a utilização de um conjunto de tecnologias para coleta, processamento, análise e oferta de informações com referência geográfica (ROSA, 2005). Ele representa qualquer tipo de processamento de dados georreferenciados e, segundo Rosa (2005), inclui pelo menos quatro categorias de técnicas de tratamento da informação espacial:

- Técnicas para coleta de informação espacial;
- Técnicas de armazenamento de informação espacial;
- Técnicas para tratamento e análise de informação espacial;
- Técnicas para uso integrado de informação espacial com os sistemas GIS.

1 Políticas públicas “[...] representam a materialidade da intervenção do Estado, ou do Estado em Ação; entende ainda que, em um plano mais concreto, “o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente” (Azevedo, 1997).

Entre as várias ciências e técnicas do Geoprocessamento indispensáveis ao desenvolvimento, estão: a Cartografia, a Geodésia, a Geografia, a Informática, a Ciência Espacial, o GPS, os Bancos de Dados, a Internet. Além dessas, podemos citar o uso dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), os programas de Processamento Digital de Imagens de Satélite ou Sensoriamento Remoto (SR), como componentes importantes.

É fundamental saber que sem os cinco elementos principais do Geoprocessamento não é possível qualquer tipo de trabalho de pesquisa com fins de geração de informações espacializadas de alta qualidade. Os elementos são: os equipamentos de informática, os programas especializados de SIG e SR, os dados cartográficos digitais disponíveis e de qualidade e precisão, pessoal treinado para as tarefas de operação dos programas e da teoria que dá o embasamento necessário e, por fim, método de trabalho. A falta de qualquer um desses implica a ineficiência e o desperdício de tempo e dinheiro.

Além desses elementos primordiais, para o processo de divulgação dos resultados geográficos, além de mapas trabalhados em um SIG, propomos a utilização de um sistema baseado em programas abertos ou de domínio público, denominado MapServer². Esse sistema é especializado em colocar no ambiente da Internet mapas interativos capazes de informar e dar subsídios aos responsáveis pela tomada de decisões relativas às políticas públicas de esporte e lazer.

No tipo de trabalho de pesquisa que nos propomos a desenvolver, o uso do SIG se apresenta como ferramenta importante e forma de realização das análises sobre a localização dos núcleos do PELC, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, participantes do projeto.

2 MapServer foi originalmente desenvolvido pelo projeto ForNet da Universidade de Minnesota (UMN) em cooperação com a NASA e o Departamento de Recursos Naturais de Minnesota (MNDNR). Atualmente o projeto MapServer é abrigado pelo projeto TerraSIP, um projeto patrocinado conjuntamente pela NASA, UMN e um consórcio de interesses de gerenciamento da terra. MapServer é um ambiente de desenvolvimento de Código Aberto para construção de aplicativos espaciais na Internet. (MAPSERVER, 2008)

OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL E DO DISTRITO FEDERAL E OS NÚCLEOS DO PELC

Os programas e os benefícios sociais recebidos pelos atendidos pelo Programa de Esporte e Lazer nas Cidades (PELC), do Ministério do Esporte, foram avaliados de acordo com as respostas colhidas nos questionários aplicados em cada núcleo participante do programa.

Os principais programas governamentais identificados foram:

- O Programa Bolsa Família, do Governo Federal – esse programa, segundo BRASIL (2009, s/p), é:

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 69,01 a R\$ 137,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00), de acordo com a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

- O Programa Renda Minha, do Governo do Distrito Federal – segundo o GDF, tem como características (GDF, 2009a, s/p):

O programa Renda Minha veio substituir o Bolsa Escola e o Sucesso no Aprender, aproveitando o que havia de mais positivo nos dois. Ele possibilita a muitos alunos carentes do DF, entre 6 e 15 anos, a inclusão e a permanência no ensino. Além do benefício financeiro, o Renda Minha se completa com ações de atendimento médico-odontológico, com ações preventivas e curativas, nutricional com avaliações educativas na área de saúde alimentar e encaminhamento de casos de alunos com desnutrição e sobrepeso para atendimento especializado, além de atendimento oftalmológico. Em casos necessários, ainda fornece óculos aos alunos integrantes do programa. Além disso, o aluno ainda recebe um kit escolar que contém uma mochila, dois cadernos de dez matérias, uma régua, uma caixa de lápis de cor, dois apontadores, duas canetas azuis e duas

pretas, duas borrachas e seis lápis. “O programa visa reduzir as desigualdades, minimizar os sofrimentos das famílias em situação de risco, amenizar a condição de pobreza absoluta das crianças e famílias, de modo a melhorar a sua qualidade de vida”. Dessa forma, oportuniza às famílias a busca do crescimento pessoal e social, diminuindo a probabilidade de reprodução de pobreza”, explicou a coordenadora do Renda Minha, Lílian Carneiro Lima. O programa concede R\$ 100 para quem tem um filho, R\$120 para quem tem dois, R\$ 180 para quem tem três ou mais filhos. Para famílias com quatro filhos ou mais, o valor recebido é de R\$ 45 por filho. De acordo com dados da Secretaria de Educação, o pagamento mensal é feito pela coordenação do programa, considerando um rígido controle de faltas, de mudança de endereço e de escolas das crianças, alteração de documentos e de escolas de crianças. Para fazer um controle mensal do programa, a Secretaria de Educação realiza um acompanhamento da frequência, aproveitamento e evasão escolar dos beneficiados. Mensalmente, a secretaria exige o preenchimento de formulários com declaração de escolaridade, controle de faltas, atualização do endereço e transferência de alunos beneficiados pelo Renda Minha. A família que deseja ingressar no programa precisa comprovar renda per capita de até R\$ 120; residência fixa no Distrito Federal nos últimos cinco anos; que os dependentes a serem contemplados estejam na faixa etária entre 6 e 15 anos de idade e cursando o ensino fundamental em escolas públicas do DF; que os dependentes residam com ela no mesmo domicílio e não sejam beneficiários de outros programas sociais e despesas compatíveis com a renda apresentada.

Os dois programas – o federal e o distrital – são complementares em termos de transferência de renda para a população mais carente.

Além desses dois programas sociais, os participantes listaram nos questionários aplicados alguns outros que não necessariamente transferem renda. Citaram o Clube da Saúde, o Instituto Superar, o Programa Pão e Leite, o Pró Jovem e o programa Segundo Tempo.

O PROGRAMA PELC NO DISTRITO FEDERAL

O Programa PELC no Distrito Federal abrange alguns núcleos localizados em diferentes Regiões Administrativas no DF e no entorno. Na avaliação do programa, estão sendo estudados os núcleos: a Associação de Capoeira Ladainha, de Taguatinga; o Instituto Arte Cia e Cidadania, de Samambaia; a Associação Recreativa Desportiva e Cultural Unidos do Recanto das Emas (ARUREMAS), do Recanto das Emas; a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC), do Cruzeiro; e o Centro Cultural Vem Viver, em Valparaíso de Goiás.

Esses núcleos, em sua maioria, estão localizados em RAs com baixo poder aquisitivo em termos de renda familiar. Segundo o GDF (2009b), o IDH das Regiões Administrativas do Distrito Federal se comporta da seguinte maneira (Tabela 1):

Tabela 1 – IDH do Distrito Federal – Levantamento Geral

Índice de Desenvolvimento Humano por Região Administrativa - Distrito Federal – 2000

Administração Regional	IDH Educação	IDH Renda	IDH Longevidade	IDH
Brasília	0,991	0,948	0,870	0,936
Gama	0,942	0,720	0,784	0,815
Taguatinga	0,944	0,806	0,816	0,856
Brazlândia	0,906	0,642	0,734	0,761
Sobradinho	0,923	0,763	0,824	0,837
Planaltina	0,872	0,652	0,769	0,764
Paranoá	0,948	0,612	0,800	0,785
Núcleo Bandeirante	0,972	0,896	0,811	0,853

Ceilândia	0,910	0,670	0,773	0,784
Guará	0,944	0,831	0,826	0,867
Cruzeiro	0,992	0,934	0,857	0,928
Samambaia	0,921	0,629	0,791	0,781
Santa Maria	0,934	0,627	0,820	0,794
São Sebastião	0,944	0,714	0,804	0,820
Recanto das Emas	0,937	0,598	0,791	0,775
Lago Sul	0,982	1,000	0,854	0,945
Riacho Fundo	0,958	0,706	0,815	0,826
Lago Norte	0,958	0,978	0,864	0,933
Candangolândia	0,947	0,761	0,850	0,853
Distrito Federal	0,938	0,795	0,813	0,849

Fonte: GDF (2009b).

Essa tabela demonstra que Recanto das Emas, Samambaia, Ceilândia possuíam, em 2000, os IDHs mais baixos da região.

No levantamento feito por meio de questionários respondidos pelos atendidos pelos núcleos do PELC, constatou-se que a maioria das famílias vive com pouco mais de dois salários mínimos e dependem, em aproximadamente 50% dos casos, dos programas de transferência de renda do Governo Federal e do GDF, especificamente o Bolsa Família e o Renda Minha. (Quadro 01)

Ficou evidente a preocupação dos atendidos que responderam aos questionários em fornecer informações sobre a renda familiar e as bolsas de auxílio à renda. A preocupação reflete o medo de perder os benefícios.

Quadro 1 Indicadores de renda das RAs do Distrito Federal.

Quadro 1 - Distrito Federal por grupos de Regiões Administrativas segundo as faixas de Renda Per Capita Mensal - 2004		
		Em Salários Mínimos
Grupos	Regiões Administrativas	Renda per capita
Grupo 1 > 4 SM	RA XVI - Lago Sul	10,8
	RA XXII - Sudoeste/Octogonal	8,6
	RA XVIII - Lago Norte	7,8
	RA I - Brasília	6,8
	RA XXIV - Park Way	4,9
Grupo 2 >2 até ≤ 4 SM	RA X - Guarã	3,3
	RA XX - Águas Claras	3,1
	RA XI - Cruzeiro	3,1
	RA III - Taguatinga	2,5
	RA VIII - Núcleo Bandeirante	2,4
	RA V - Sobradinho	2,4
	RA XIX - Candangolândia	2,2
Grupo 3 >1 até ≤ 2SM	RA XXVI - Sobradinho II	1,7
	RA II - Gama	1,6
	RA XVII - Riacho Fundo	1,5
	RA XIV - São Sebastião	1,4
	RA IX - Ceilândia	1,2
	RA VII - Paranoá	1,2
Grupo 4 > 0,5 até 1 SM	RA XII - Samambaia	1,0
	RA XIII - Santa Maria	0,9
	RA XV - Recanto das Emas	0,9
	RA XXI - Riacho Fundo II	0,9
	RA XXIII - Varjão	0,8
	RA IV - Brazlândia	0,8
	RA VI - Planaltina	0,8
Grupo 5 0 a 0,5 SM	RA XXV - Estrutural (SCIA)	0,4
	RA XVIII - Itapoã	0,4

Fonte: PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - SEPLAN / CODEPLAN - 2004

Fonte: CODEPLAN [2004].

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA SOCIOECONÔMICA E DE GEOPROCESSAMENTO DOS DADOS

Na execução da pesquisa, inicialmente levantaram-se os dados sobre o programa PELC, do Ministério do Esporte, e os núcleos de responsabilidade de avaliação pelo Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, da Faculdade de Educação Física da UnB. Esses foram localizados e georreferenciados com a utilização de um sistema de posicionamento global, ou seja, um GPS. Esse equipamento/sistema nos deu a localização em coordenadas geográficas (Projeção Geográfica, Datum SAD69), depois de uma visita em campo a cada um dos núcleos avaliados. Os núcleos localizados foram: a Associação de Capoeira Ladainha, de Taguatinga; o Instituto Arte Cía e Cidadania, de Samambaia; a Associação Recreativa Desportiva e Cultural Unidos do Recanto das Emas (ARUREMA), do Recanto das Emas; a Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (ARUC), do Cruzeiro; e o Centro Cultural Vem Viver, em Valparaíso de Goiás. (Figura 1)

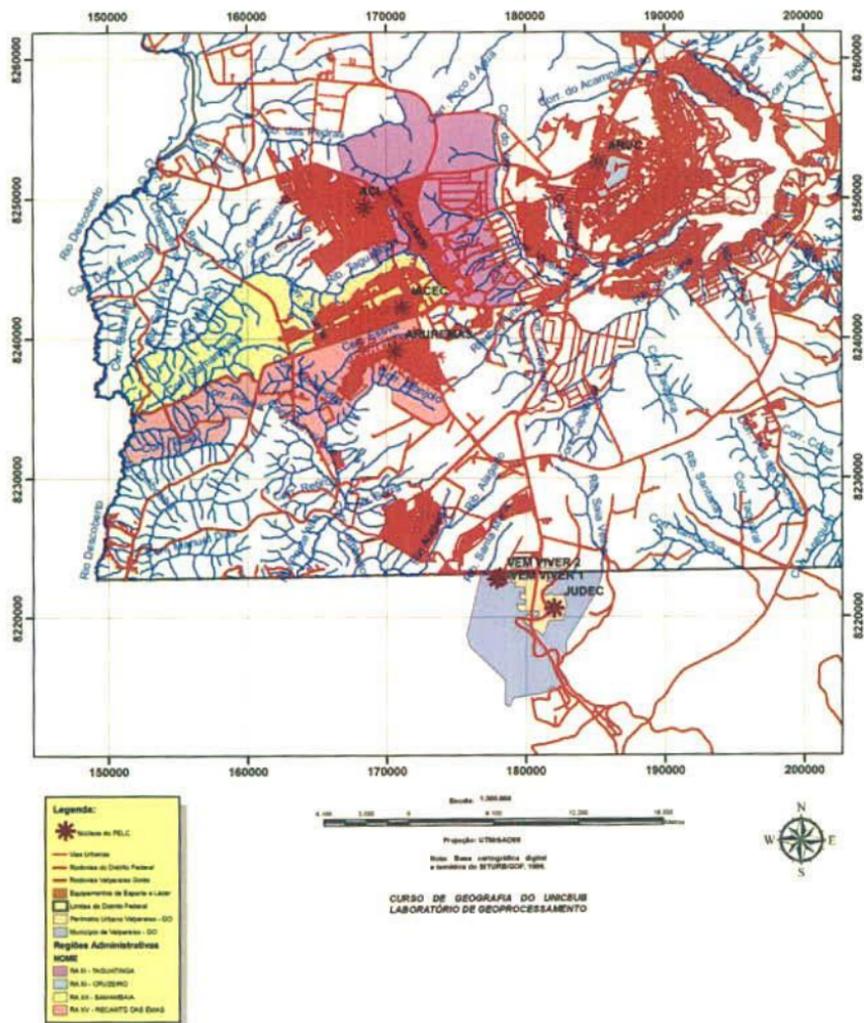
Os pontos de localização foram transferidos para o sistema de informações geográficas (SIG), o ARCGIS 9.3, no laboratório de Geoprocessamento do UniCEUB, para compor a base de dados geográficos digitais da pesquisa. A base de dados é formada pelas informações: hidrografia, estradas e rodovias, vias urbanas, limites das Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal, limite do município de Valparaíso de Goiás, localização das escolas públicas e particulares das RAs, localização dos equipamentos de esporte e lazer até 1998.

À localização dos núcleos somaram-se informações cadastrais sobre os responsáveis, o endereço, o número aproximado de atendidos, o endereço dos atendidos, se os atendidos recebem bolsas sociais dos governos locais e federal, além de outras. Essas informações serviram para avaliar o raio de atuação e abrangência dos núcleos em relação à população atendida.

Os dados socioeconômicos dos núcleos do projeto e das RAs foram coletados por meio de levantamentos bibliográficos.

Os questionários aplicados nos núcleos foram digitados e inseridos no programa estatístico SPSS 13, com o qual se pôde realizar uma série de cruzamentos de tabelas e executar algumas análises na avaliação das questões ligadas à socioeconomia do programa.

Figura 1 – Núcleos do Programa PELC avaliados na pesquisa



ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS PRESENTES NOS NÚCLEOS DO PELC

Em números gerais, todos os núcleos do PELC no Distrito Federal e mais o município de Valparaíso de Goiás atendem a aproximadamente 3.000 pessoas diariamente. Para avaliar alguns aspectos socioeconômicos dos atendidos pelo programa, adotamos questionários para identificar o nível de renda familiar, o número de pessoas na família, o endereço onde residem, as atividades que praticavam no núcleo, os motivos de escolha de determinado núcleo e os meios de transporte utilizados para deslocamento até os núcleos. Aplicaram-se mais de 300 questionários, mas somente 292 foram totalmente preenchidos e devolvidos à coordenação do projeto de avaliação, no NECON/CEDES/UnB.

O número de questionários respondidos não representa logicamente a totalidade dos atendidos e, em termos estatísticos, talvez também não fosse considerado significativo para alguns tipos de análise. Mesmo assim, foi possível extrair informações importantes para subsidiar tomadas de decisão futuras em termos de políticas públicas de esporte e lazer.

A tabela 2 abaixo destaca o número de participantes dos projetos por cidade onde residem e também o número de questionários respondidos para cada localidade. Em alguns casos, o atendido mora em um local e frequenta um núcleo em outra cidade, por exemplo, o caso do núcleo da ARUC, no Cruzeiro, onde 20,5% dos atendidos residem próximos ao mesmo e 11,3% moram na Estrutural, de renda familiar muito baixa e infraestrutura de equipamentos de esporte e lazer bem precários, o que justifica o deslocamento para a cidade mais próxima.

Tabela 2 - Cidade em que reside o atendido

Cidade	Nº	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Valparaíso	92	31,5	34,3
Cruzeiro	60	20,5	22,4
Estrutural	33	11,3	12,3

Tabela 2 - Cidade em que reside o atendido

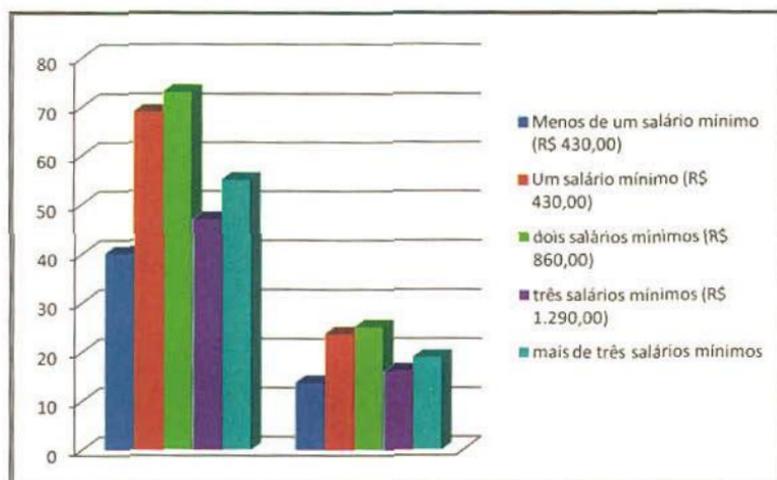
Samambaia	24	8,2	9
Taguatinga	17	5,8	6,3
Ceilândia	13	4,5	4,9
Santa Maria	7	2,4	2,6
Vicente Pires	4	1,4	1,5
Sudoeste	3	1	1,1
Asa Norte	2	0,7	0,7
Cruzeiro do Sul	2	0,7	0,7
Planaltina	2	0,7	0,7
SIA	2	0,7	0,7
Águas Claras	1	0,3	0,4
Águas Lindas	1	0,3	0,4
Guará	1	0,3	0,4
Jardim Ingá	1	0,3	0,4
Park Way	1	0,3	0,4
Parque Mingone II GO	1	0,3	0,4
Sobradinho	1	0,3	0,4
Total	268	91,8	100
Não responderam	24	8,2	
Total Geral	292	100	

Outro aspecto importante, em se tratando de analisar que *tipo de população os programas governamentais atingem, é a renda familiar*. No caso dos núcleos do PELC avaliados, foi possível identificar que 14,08% vivem com menos de um salário mínimo, que 50% com um ou dois salários, e 35,92% com três ou mais salários, (Tabela 3 e Gráfico 1). Esses percentuais demonstram que, de certa forma, o programa atinge uma população realmente carente e necessitada.

Tabela 3 – Renda familiar dos atendidos pelo PELC

Renda Familiar dos Atendidos pelo PELC	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Menos de um salário mínimo (R\$ 430,00)	40	13,70	14,08
Um salário mínimo (R\$ 430,00)	69	23,63	24,30
Dois salários mínimos (R\$ 860,00)	73	25,00	25,70
Três salários mínimos (R\$ 1.290,00)	47	16,10	16,55
Mais de três salários mínimos	55	18,84	19,37
Total	284	97,26	100
Não responderam	8	2,74	
Total	292	100	

Gráfico 1 – Renda familiar dos atendidos pelo PELC

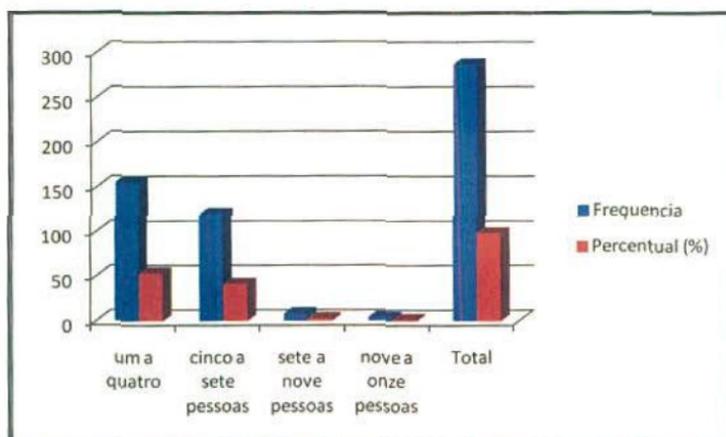


Outra questão que chama a atenção é o número de pessoas que vivem na mesma residência do atendido pelo PELC. A maior parte dos atendidos, 54,01%, possui de um a quatro moradores residentes em suas casas; 41,81%, de cinco a sete pessoas por família; 2,79%, de sete a nove pessoas por família; e 1,39%, de nove a onze pessoas por família. (Tabela 4 e Gráfico 2)

Tabela 4 – Número de residentes atendidos pelos núcleos do PELC

Número	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)
Um a quatro	155	53,08	54,01
Cinco a sete pessoas	120	41,10	41,81
Sete a nove pessoas	8	2,74	2,79
Nove a onze pessoas	4	1,37	1,39
Total	287	98,29	100,00
Não responderam	5	1,71	
Total	292	100	

Gráfico 2 O número de pessoas por atendido pelo PELC



Outro aspecto levantado foi o nível de renda familiar dos participantes e os outros programas governamentais dos quais fazem parte e que auxiliam a formação da renda familiar. Identificou-se que quem recebe de dois salários mínimos para baixo utiliza as bolsas sociais como complemento, com 62,69% do total. Os demais 37,31% representam as faixas de renda de mais de três salários mínimos. (Tabela 5)

Tabela 5 - Atendidos pelo programa PELC que recebem bolsas sociais do governo local e do governo federal

Renda Familiar	Percentual com bolsa social (%)	Percentual sem bolsa social (%)
Menos de um salário (R\$ 430,00)	2,38	12,30
Um salário (R\$ 430,00)	3,97	23,41
Dois salários (R\$ 860,00)	1,59	26,98
Três salários (R\$ 1.290,00)	0,79	17,46
Mais de três salários	1,98	19,84
Total	10,71	100,00

Constatou-se que a maior parte dos atendidos pelo programa frequenta os núcleos mais próximos de suas casas. O único caso em que isso não acontece é na ARUC, no Cruzeiro, onde mais de 77,49% moram em outras localidades. Somente na Estrutural são 40,59% de participantes que frequentam a instituição. (Tabela 6)

Tabela 6 - Número de participantes que frequenta o núcleo mais próximo de onde residem

Cidade	Endereço do núcleo que frequenta				Total
Cruzeiro	0	60	0	0	60
Taguatinga	0	2	8	0	10
Valparaíso	0	2	0	90	92
Santa Maria	0	1	0	6	7
Estrutural	0	33	0	0	33
Sudoeste	0	3	0	0	3
Asa Norte	0	2	0	0	2
Guará	0	1	0	0	1
Ceilândia	0	6	4	0	10

Tabela 6 - Número de participantes que frequenta o núcleo mais próximo de onde residem

Cidade	Endereço do núcleo que frequenta				Total
Sobradinho	0	1	0	0	1
Jardim Ingá	0	1	0	0	1
Parque Mingone II GO	0	1	0	0	1
SIA	0	2	0	0	2
Planaltina	0	2	0	0	2
Park Way	0	1	0	0	1
Vicente Pires	0	4	0	0	4
Cruzeiro do Sul	0	0	0	2	2
Águas Claras	0	0	1	0	1
Total	23	123	13	98	257

ASPECTOS GEOGRÁFICOS E O USO DO GEOPROCESSAMENTO

Depois de gerados os mapas de localização dos cinco núcleos avaliados, foram feitas análises do grau de abrangência de cada um em relação à sua Região Administrativa ou município (Figuras de 2 a 6). Na maioria dos casos, com exceção dos núcleos localizados no município de Valparaíso-Go, em um raio de 400 metros existem quadras esportivas, praças ou escolas públicas, que poderiam ser aproveitadas pelas comunidades e pelos núcleos para a execução de suas atividades recreativas e de prática esportiva. Em relação aos núcleos de Valparaíso, não conseguimos dados cartográficos digitais do município, dessa forma, não houve meios de analisar a possibilidade de utilização de equipamentos de esporte e lazer.

Com o auxílio das ferramentas de Geoprocessamento, pôde-se avaliar, em termos espaciais, a localização dos núcleos nas RAs do Distrito Federal e no município de Valparaíso em Goiás, assim como a disposição dos equipamentos de esporte e lazer em suas proximidades. Igualmente, foi possível gerar uma base de dados geográfica considerável, capaz de subsidiar os tomadores de decisões na área de gestão do esporte e lazer nas cidades, notadamente aqueles do Ministério do Esporte.

Os espaços públicos de esporte e lazer, como visualizado nos mapas, poderiam ser mais bem aproveitados pelas comunidades onde esses se inserem. Da mesma forma, dada a proximidade, é de supor que os núcleos do PELC poderiam utilizá-los, o que daria uma melhor condição e qualidade de atendimento aos cidadãos que os frequentam. É possível que esteja havendo uma subutilização desses equipamentos por parte da população e mesmo pelos núcleos.

Essa questão relativa ao acesso e uso dos equipamentos aponta para outra problemática, mais abrangente, sobre a disposição dos equipamentos de esporte e lazer pelo planejamento e gestão das cidades. Onde seria mais importante a colocação de quadras esportivas e praças em uma cidade? Essa seria uma pergunta interessante a ser feita para arquitetos, engenheiros e urbanistas, em tese, os planejadores da maioria das cidades modernas. A localização desse tipo de equipamento urbano deveria levar em consideração as reais necessidades das comunidades urbanas e os padrões de acesso e utilização pelas populações, tema que requer maiores estudos.

Tendo em vista esses questionamentos, acredita-se que, além da análise desses fatores, a disponibilização da base de dados geográfica pela Internet, por meio do software MapServer, pode sobremaneira facilitar o trabalho de planejamento dos gestores dos recursos públicos, responsáveis pelas políticas de esporte e lazer nas áreas urbanas do Brasil. Isso pode ser visualizado nas Figuras a seguir.

Figura 2 Núcleo do PEIC ACL – Taguatinga/DF

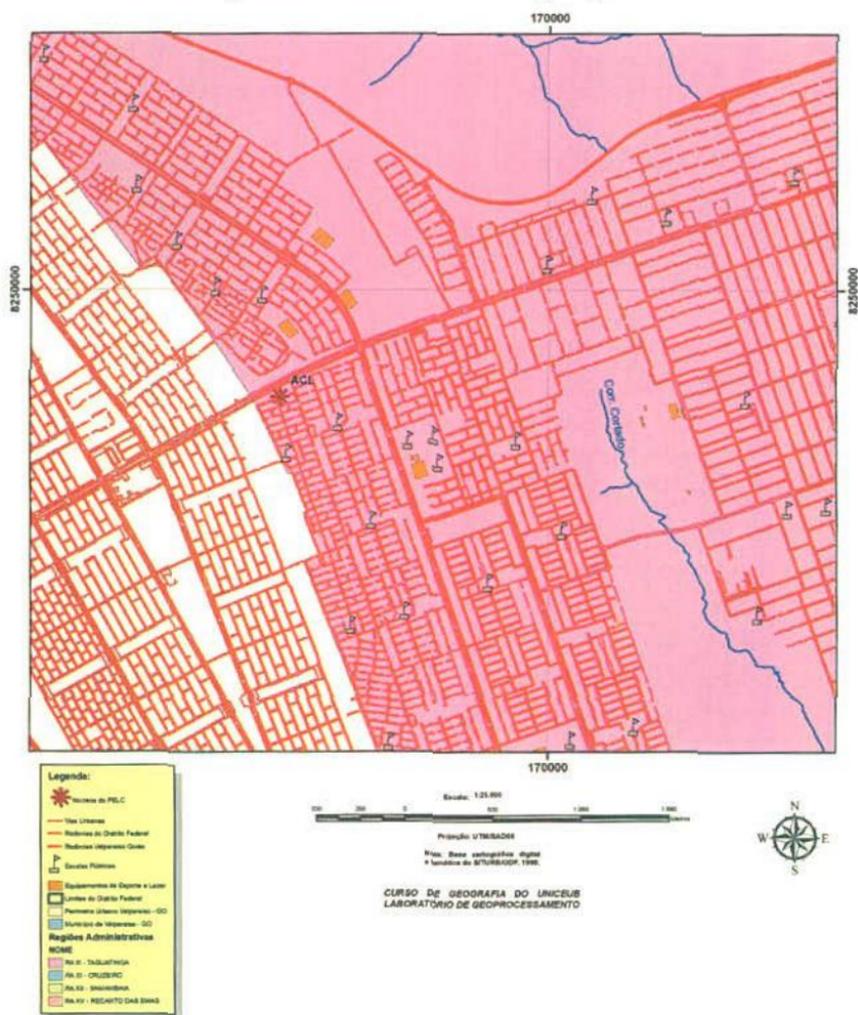


Figura 3 Núcleo do PELC ACEC – Samambaia/DF

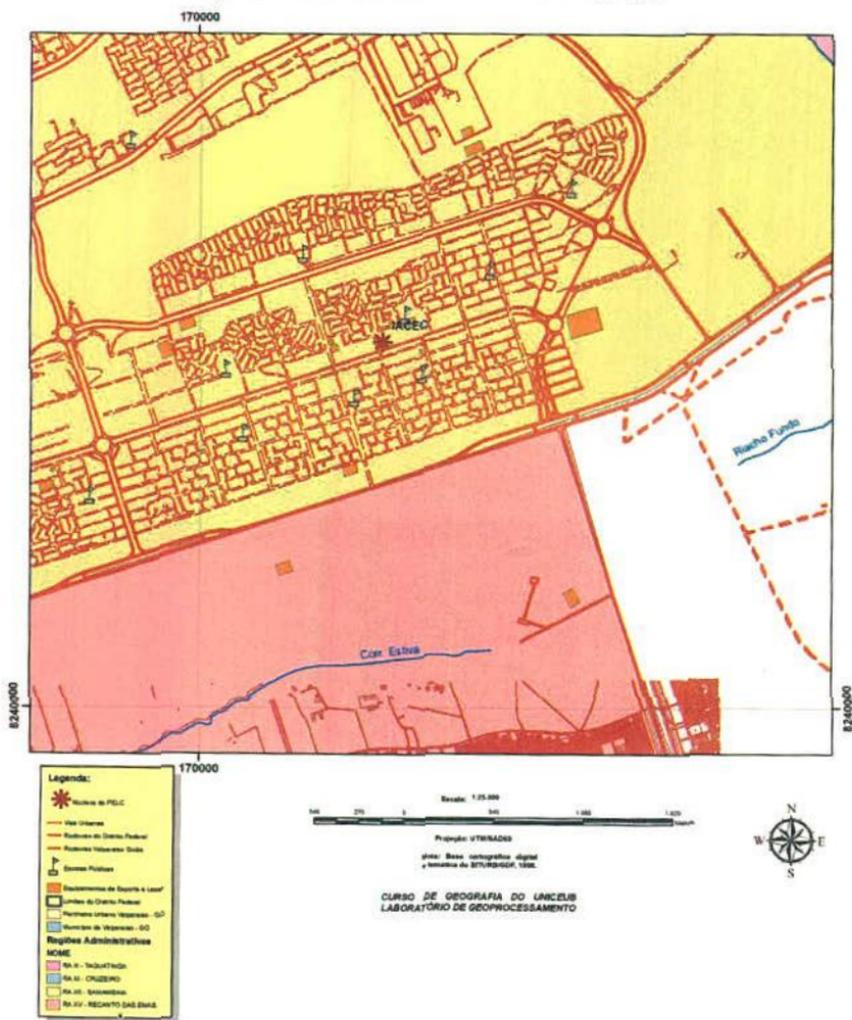


Figura 4 Núcleo do PELC ARUREMAS – Recanto das Emas/DF

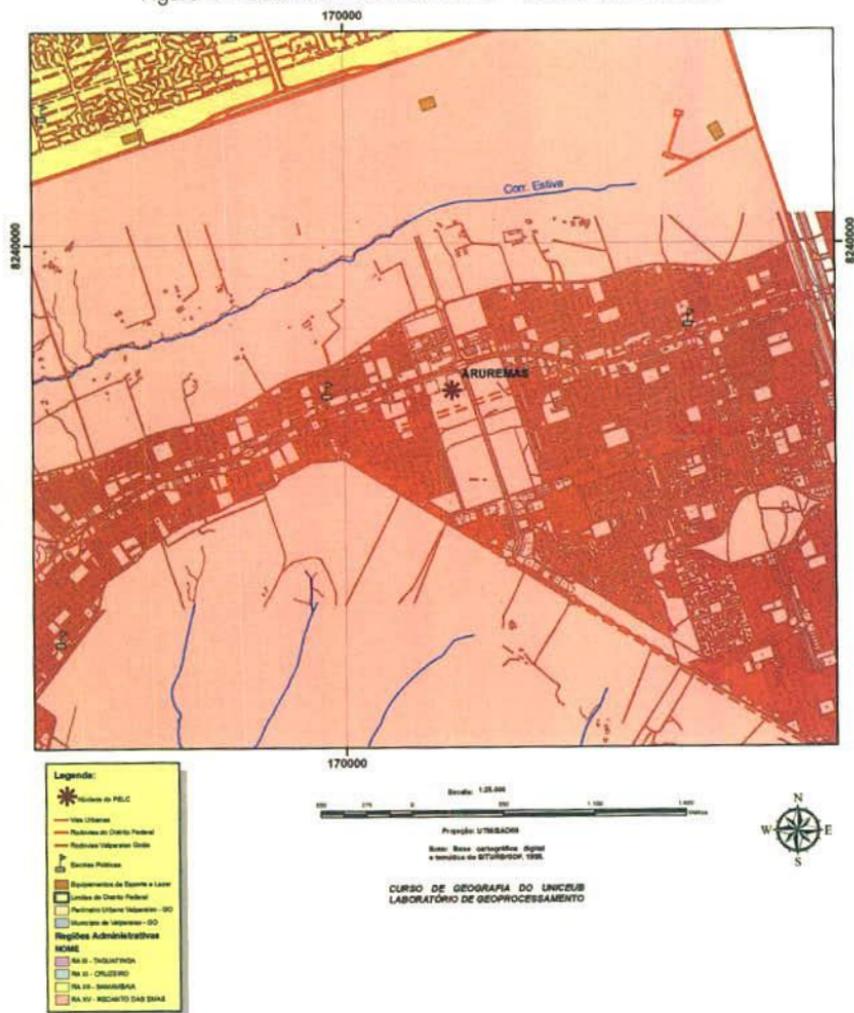


Figura 5 Núcleo do PELC ARUC – Cruzeiro/DF

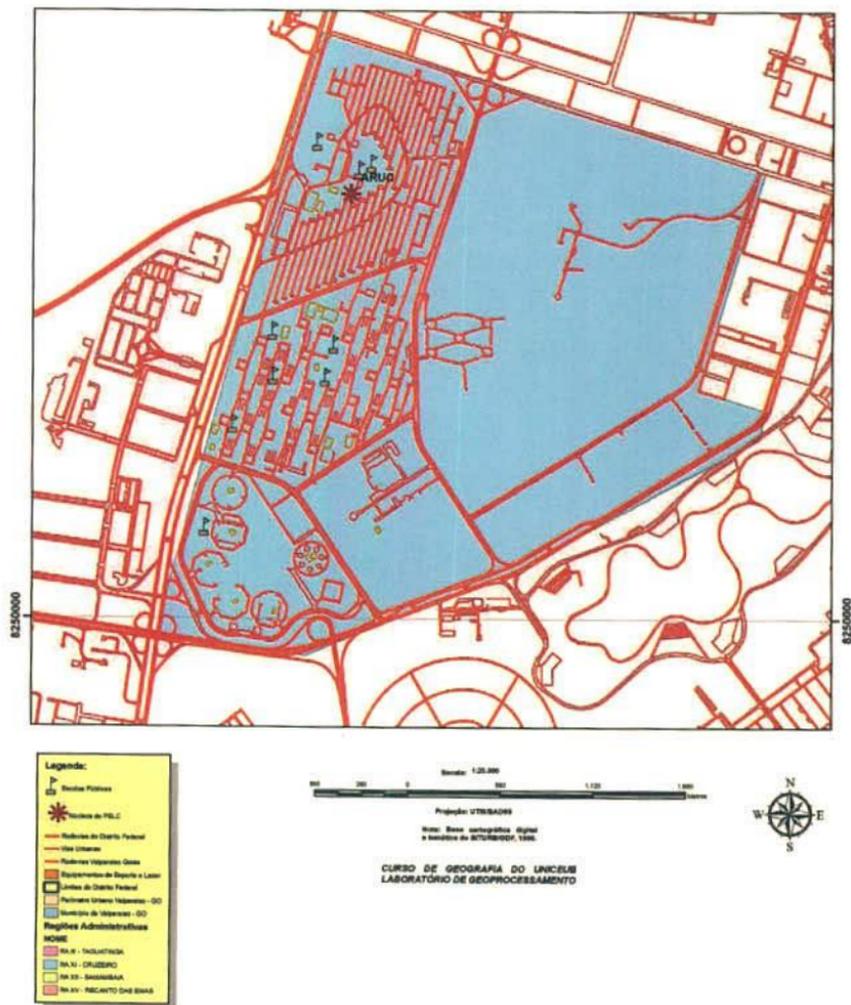
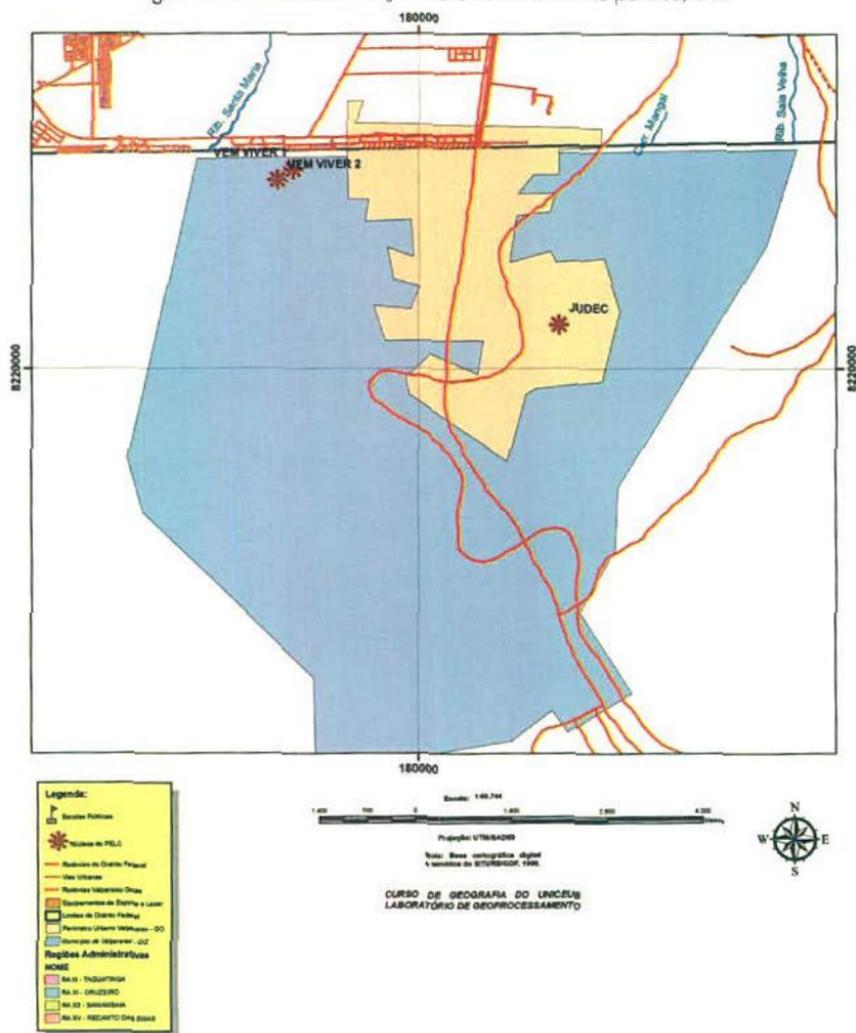


Figura 6 Núcleos do PEUC JUDEC e Vem Viver – Valparaíso/GO



Inicialmente pretendia-se disponibilizar os dados geográficos gerados ao longo da pesquisa em um sistema de divulgação via Internet, no caso o MapServer, dentro do padrão estabelecido pelo sistema I3GEO, atualmente sugerido e distribuído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Esse sistema trabalha com a linguagem de programação do MapServer e com o banco de dados PostGreSQL, de domínio público. Dentro do banco de dados trabalha uma extensão responsável pelo armazenamento de dados geográficos denominada PostGIS. As figuras 7 e 8 mostram como isso pode ser feito sem muita dificuldade. Os mapas que deram origem a elas foram trabalhados localmente em um computador comum e sem disponibilização na Internet.

Figura 7 Aspectos da divulgação de dados geográficos no sistema I3GEO – MMA com o sistema MapServer – Núcleos do PELC no sistema MapServer – Legendas

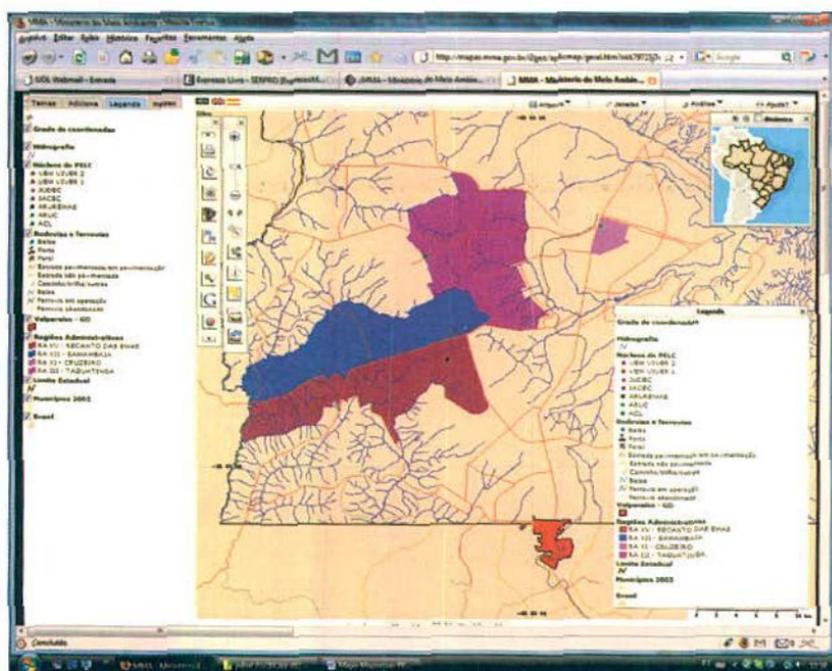
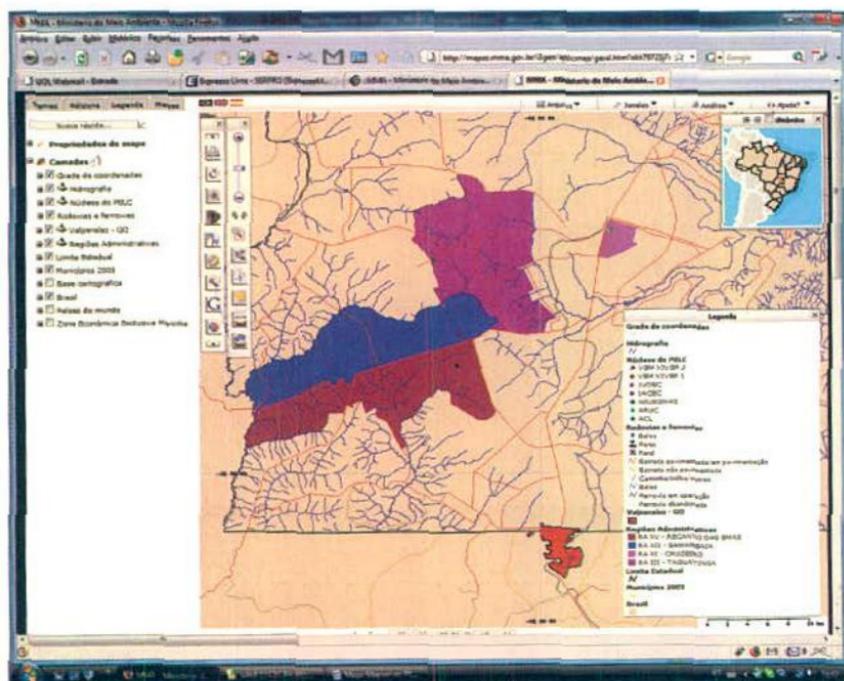


Figura 8 Aspectos da divulgação de dados geográficos no sistema I3GEO – MMA com o sistema MapServer – Núcleos do PELC – Temas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que, para quem define as políticas públicas do país em diversas áreas, tem se mostrado fundamental a utilização de ferramentas de Geoprocessamento. Esse tipo de tecnologia geográfica permite que se analisem melhor os processos socioespaciais e que sejam tomadas decisões com maior precisão e minimização de erros. No que se refere ao esporte e lazer, não deve ser diferente.

Inicialmente objetivava-se colocar à disposição da sociedade os dados geográficos gerados pela avaliação, o que não foi possível por limitações técnicas. Para isso, seria preciso colocar esses dados em um provedor com toda a infraestrutura necessária, o que o projeto, nesse momento, não possui. Uma saída para isso seria o próprio Ministério

do Esporte (ME), em conjunto com o MMA, montar uma base de dados geográficos para subsidiar a gestão de seus projetos.

Uma das evidências disso é que a escolha dos núcleos do Programa PELC poderia levar em consideração também sua localização geográfica, para permitir uma melhor cobertura espacial, um direcionamento para zonas específicas e uma espécie de interligação entre mais de um dos núcleos no atendimento a comunidades carentes de baixa renda.

Os levantamentos demonstraram que os núcleos avaliados atendem às populações que residem mais próximas à sua localização. Os deslocamentos até os núcleos são bem curtos, o que facilita o acesso dos atendidos pelo programa.

É possível afirmar que a zona de cobertura dos núcleos não é muito abrangente, o que poderia apontar a pertinência de dinamizar mais núcleos por RA.

O planejamento e a gestão das cidades, especificamente no que tange aos equipamentos de esporte e lazer, deveriam levar em consideração as reais necessidades das comunidades que habitam os espaços urbanos. Avaliar a percepção das populações locais em relação ao posicionamento e funcionamento dos núcleos poderia contribuir para esse tipo de análise.

As políticas públicas, elaboradas com o objetivo de equalizar os problemas urbanos e também do esporte e lazer, poderiam trabalhar as questões comuns desses dois temas, para aproveitar melhor os espaços públicos e promover atividades que motivassem as comunidades que habitam essas áreas urbanas modernas.

Conhecer a localização dos núcleos em um mapa, as informações cadastrais de cada um e as características das comunidades que eles atendem em um meio de amplo acesso como é o caso da Internet nos dias de hoje, facilita muito a tarefa não só dos administradores de recursos públicos, mas também de estudantes e pesquisadores sobre a temática do esporte e lazer nas cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- GEIGER, Pedro G. A urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos In: GONÇALVES, Maria F. (org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- HARVEY, D. **Explanation in geography**. New York: St. Martin's Press, 1969.
- _____. **Social justice and the city**. Oxford: Blackwell, 1988.
- _____. **The condition of postmodernity**. London: Basil Blackwell, 1989.
- HATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- OLIGARI, Tatiana C. **O sistema de planejamento territorial e urbano do Distrito Federal a partir da década de 90: uma avaliação dos planos diretores locais de Sobradinho e Taguatinga**. Dissertação de mestrado. Departamento de Urbanismo – DeU da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB, 2002.
- ROSA, Roberto. Geotecnologias na geografia aplicada. In: **Revista do Departamento de Geografia**, v. 16, p. 81-90. 2005.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. **Os caminhos da reflexão sobre cidade urbana**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1992.
- SOUZA, Marcelo L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2002.
- MAPSERVER. **Servidor de Mapas**. Disponível em: < <http://mapserver.gis.umn.edu/bem-vindo-ao-mapserver>>. Acesso em: 16 de out. 2008.

SOBRE OS AUTORES

Alfredo Feres Neto. Universidade de Brasília. Doutor e Mestre em Educação Física pela Unicamp. Professor Adjunto da Universidade de Brasília. Áreas de interesse: mídias, educação e políticas públicas.

Ana Amélia Neri. Universidade de Brasília. Mestrado em Educação Física pela Universidade de Brasília. Bolsista Capes. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Áreas de interesse: políticas públicas, sociologia do esporte e lazer.

Carlos Emanuel Sautchuk. Universidade de Brasília. Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Doutor em Antropologia. Área de interesse: antropologia da técnica e do corpo; pesca, caça, meio ambiente e sociedades caboclas amazônicas e atividades corporais em contextos urbanos (esportes, *fitness* e lazer).

Diego Guedes Considera. Universidade de Brasília. Licenciado em Educação Física pela Universidade de Brasília.

Dulce Filgueira. Universidade de Brasília. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, com pós-doutorado em Sociologia pela Universidad de Salamanca/Espanha (bolsista Capes). Professora Associada da Faculdade de Educação Física e do Departamento de Sociologia. Pesquisadora dos temas corpo, políticas públicas e lazer.

Edson Marcelo Húngaro. Doutor em Educação Física (UNICAMP), mestre em Serviço Social (PUC/SP), professor da Faculdade de Educação Física (FEF) da Universidade de Brasília/UnB e co-coordena-

dor do AVANTE – Grupo de pesquisa e formação sociocrítica em educação física, esporte e lazer da FEF/UnB.

Fernando Mascarenhas. Universidade de Brasília. Doutor em Educação Física pela Unicamp. Professor Adjunto da Faculdade de Educação Física. Área de interesse: políticas públicas e estudos do lazer.

Ingrid Dittrich Wiggers. Universidade de Brasília. Professora associada I da Universidade de Brasília. Doutora em Educação. Áreas de interesse: infância, mídia-educação, educação do corpo, escola, formação de professores e arte infantil.

Juarez Oliveira Sampaio. Mestrando em Educação Física (UnB), especialista em Educação Física Escolar (UnB), professor da Faculdade de Educação Física da UnB cedido pelo Governo do Distrito Federal/GDF e pesquisador do AVANTE/FEF/UnB.

Júlio Ferreira da Costa Neto. Centro Universitário de Brasília. Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília. Analista ambiental do Instituto Chico Mendes e Conservação da Biodiversidade e Professor B2 do Centro Universitário de Brasília. Área de interesse: geociências, com ênfase em geoprocessamento.

Luana Sousa Damasceno. Estudante do curso de Geografia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Bolsista do Centro de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer (REDE CEDES) no decorrer da pesquisa.

Lucas de Melo Ferreira. Estudante do curso de Geografia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Bolsista do Centro de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer (REDE CEDES) no decorrer da pesquisa.

Luiz Renato Vieira. Universidade de Brasília. Doutor em Sociologia da Cultura UnB, com período Sandwich no Institut d'Etude du Développement Economique et Social da Universidade de Paris I – Panthéon Sorbonne), com pós doutorado no programa de pós graduação em História Comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultor legislativo do Senado Federal na área de Cultura.

Pedro Fernando Athayde. Universidade de Brasília. Doutorando em Serviço Social pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação Física pela Universidade de Brasília. Áreas de interesse: políticas públicas e programas sociais, projetos/eventos esportivos.

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo. Mestre em Educação Física (UnB), especialista em Direitos Humanos (UFG/UAB), professor de Educação Física da Secretaria de Educação do Distrito Federal/GDF, formador do Programa Esporte e Lazer da Cidade/ ME e pesquisador do AVANTE/FEF/UnB.

Roberto Lião Junior. Doutorando em Educação Física (UNICAMP), mestre em Educação Física (UNICAMP), professor de Educação Física da Secretaria de Educação do Distrito Federal/GDF e pesquisador do AVANTE/FEF/UnB.

Simone Tourinho da Silva. Universidade de Brasília. Licenciada em Educação Física pela Universidade de Brasília. Estagiária Técnica prestando assessoria relacionada à pesquisa científica, através do Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza, credenciado ao Centro de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer (REDE CEDES) do Ministério do Esporte.

Esporte e Lazer: a cidadania em construção foi composto em tipografia Adobe Life BT, corpo 10,5pt, impresso em papel Chambril 90g nas oficinas da THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA. Acabou-se de imprimir em julho de 2012.

Com esta Coletânea a Thesaurus Editora continua o projeto editorial da Coleção Dossiê, que é destinada a publicações voltadas para as seguintes temáticas: políticas públicas, meio ambiente, esporte, lazer e educação. Pretende apresentar resultados de pesquisas científicas, seja por meio de publicações individuais, seja com base em coletâneas organizadas por um conjunto de autores. A Coleção Dossiê proporciona debates acerca de temas pertinentes aos campos das Ciências Sociais, Ciência Política, Meio Ambiente, Educação e Educação Física, com base em perspectivas críticas e realizadas por pesquisadores com relevante produção científica. Para tanto, a Thesaurus Editora apresenta um novo conselho editorial, tendo em seu corpo, pesquisadores de reconhecimento nacional e internacional. Esta Coleção representa, portanto, mais um esforço da Thesaurus no sentido de conquistar espaço na divulgação de trabalhos científicos.

A presente publicação é resultado de um estudo realizado entre os anos de 2006 e 2011, tendo como foco a análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade tanto em nível nacional como local, particularmente referindo-se ao contexto do Distrito Federal e entorno.

Para tanto, e tendo em vista a complexidade do fenômeno social investigado, foi necessária a combinação de diferentes técnicas de investigação e de análise, a fim de dar conta de um objeto de estudo dinâmico, que diz respeito a um programa social de nível federal atualmente em desenvolvimento no Brasil. Portanto, precisamos de mediações quantitativas na pesquisa qualitativa pelos seguintes aspectos: natureza do objeto do estudo; pretensão de generalização e, por fim, a busca por uma análise um pouco mais aprofundada e que abrangesse aspectos objetivos, mas que gozasse, em certas circunstâncias, de perspectivas interpretativas.

Com esse ímpeto, decidir por um caminho metodológico tortuoso, mas, ao tempo, prazeroso trouxe grande aprendizado para a equipe.